



Carta Educativa do
Município de Montalegre

Maio 2006

Equipa Técnica

Prof. Rui Oliveira

Eng.^a Ana Margarida Garrido

Eng.^o Pedro Pinto

Eng.^o Pedro Trocado

Eng.^a Ana Júlia Pinto

Eng.^o Ricardo Domingues

Eng.^a Isabel Mourão

Ana Carla Alves

NOTA PRÉVIA

A Carta Educativa visa dotar o município de Montalegre com um instrumento de planeamento que permita adequar a rede educativa do Concelho à procura previsível no médio prazo, nomeadamente até ao ano de 2013. O estudo foi realizado pelo CESUR – Centro de Sistemas Urbanos e Regionais do Instituto Superior Técnico – no âmbito de protocolo assinado entre este e a Associação de Municípios do Alto Tâmega.

Este documento está organizado em três partes que correspondem às três fases de desenvolvimento do estudo.

Assim, a Parte I, para além de aspectos introdutórios de enquadramento legislativo e orientador e de caracterização sintética do concelho de Montalegre, é dedicada à caracterização da rede educativa actual e sua evolução recente, culminando com elementos sintéticos de diagnóstico preliminar.

Em documento separado, que constitui um anexo a esta carta, são apresentadas fichas de caracterização dos estabelecimentos que constituíam a rede escolar do concelho de Montalegre no ano lectivo de 2003/04. As referidas fichas foram elaboradas com base nos Inquéritos realizados às Escolas em 2003, posteriores melhoramentos nas escolas ou desactivação destas não são por isso contemplados.

Na Parte II são apresentadas análises demográficas e projecções demográficas, elaboradas com base num modelo de *cohort survival*, que sustentam as previsões da procura de ensino futura (a médio prazo, até 2013).

A Parte III constitui a parte propositiva da Carta Educativa. São explicitados os princípios orientadores, objectivos e critérios de re-ordenamento, elaboram-se diagnósticos prospectivos e apresentam-se as propostas de reorganização da rede educativa e o plano de actuações que operacionaliza aquelas propostas na vertente infra-estrutural, com estimativas dos custos de investimento, calendarização e identificação das entidades responsáveis.

Culmina-se com recomendações sobre a monitorização da Carta Educativa.

O presente documento resulta da adaptação dos relatórios intercalares que foram sendo produzidos ao longo do estudo. Por referência a esses relatórios, foram

eliminadas da Parte I as considerações relativas à proposta de Lei de Bases da Educação que foi elaborada pelo 15º Governo Constitucional e aprovada na Assembleia da República, mas que não chegou a ser promulgada pelo Presidente da República e que informou em parte a elaboração do relatório da Fase I.

Deste modo, houve que introduzir correcções, nomeadamente no sentido de eliminar elementos de enquadramento e princípios orientadores emanados da referida nova Lei de Bases (não promulgada) que constavam do relatório da Fase I. Do mesmo modo, não são contemplados na Parte III alguns exercícios de cenarização anteriormente apresentados e que, por terem sido preteridos em favor das propostas retiradas e agora apresentadas, perderam relevância.

Agradece-se a prestimosa colaboração das entidades e personalidades que contribuíram de formas diversas para a elaboração desta Carta Educativa, merecendo particular menção:

- Câmara Municipal de Montalegre
- Associação de Municípios do Alto Tâmega
- Direcção Regional de Educação do Norte
- Escolas do Concelho de Montalegre
- Departamento de Avaliação e Análise Prospectiva do Ministério da Educação

INDICE

INDICE	V
NOTA PRÉVIA	III
1. INTRODUÇÃO	7
1.1. A CARTA EDUCATIVA: CONCEITO E OBJECTIVOS	7
1.2. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO E ORIENTADOR	10
1.3. O CONCELHO DE MONTALEGRE: CARACTERIZAÇÃO SINTÉTICA	13
PARTE I – CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO NO CONCELHO DE MONTALEGRE	21
I.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	21
I.2. A REDE DE ESCOLAS DO CONCELHO DE MONTALEGRE	32
<i>I.2.1. Agrupamentos Escolares</i>	<i>33</i>
<i>I.2.2. Carta de Localização dos estabelecimentos de ensino</i>	<i>36</i>
I.3. A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	38
I.4. ENSINO BÁSICO 1.º CICLO	45
I.5. ENSINO BÁSICO 2º E 3º CICLOS E SECUNDÁRIO	55
<i>I.5.1. Caracterização das escolas</i>	<i>55</i>
I.5.1.1. Caracterização das Infra-estruturas e equipamentos de apoio	57
<i>I.5.2. Ensino Básico – 2º Ciclo</i>	<i>58</i>
<i>I.5.3. Ensino Básico – 3º Ciclo</i>	<i>61</i>
<i>I.5.4. Ensino Secundário</i>	<i>63</i>
I.6. ENSINO RECORRENTE, EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR E ENSINO ESPECIAL	68
I.7. TRANSPORTE ESCOLAR	70
I.8. SÍNTESE CONCLUSIVA	73
PARTE II - PROJECCÕES DEMOGRÁFICAS	77
II.1. INTRODUÇÃO	77
II.2. TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS RECENTES	77
II.3. INDICADORES DEMOGRÁFICOS	87
<i>II.3.1 Taxa de Fecundidade</i>	<i>87</i>
<i>II.3.2 Taxa Migratória</i>	<i>91</i>
II.4. PROJECCÕES DEMOGRÁFICAS 2013	95
<i>II.4.1. Metodologia adoptada para a projecção da população</i>	<i>95</i>
II.4.1.1 Dados de partida	95
II.4.1.2. Projecção da População em Crescimento Natural e com Taxas Migratórias	95
<i>II.4.2. Projecções em Crescimento Natural</i>	<i>97</i>
<i>II.4.3. Projecções com Taxas Migratórias</i>	<i>98</i>
II.4.3.1. Pirâmides Etárias	103
II.5. POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR	105
II.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
PARTE III – PLANO DE REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR	109
III.1. INTRODUÇÃO	109
III.2. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS: PRINCÍPIOS ORIENTADORES	110
<i>III.2.1. Enquadramento Geral</i>	<i>110</i>
<i>III.2.2. Enquadramento Actual</i>	<i>111</i>
<i>III.2.3. Perspectivas Futuras</i>	<i>112</i>
<i>III.2.4. Princípios Orientadores</i>	<i>114</i>
III.3. DELIMITAÇÃO DE TERRITÓRIOS EDUCATIVOS	116

<i>III.3.1. Características do Território Educativo</i>	117
<i>III.3.2. Metodologia de Delimitação dos Territórios Educativos</i>	118
III.3.2.1. Ordenamento do Território	119
III.3.2.2. Limites Administrativos das Freguesias	119
<i>III.3.3. Gestão Educativa</i>	120
<i>III.3.4. Delimitação dos Territórios Educativos</i>	120
III.4. PROJEÇÕES DA PROCURA DE ENSINO PARA 2013	121
III.5. PLANEAMENTO DA REDE ESCOLAR	123
<i>III.5.1. Capacidade dos Equipamentos Escolares Existentes e Programados</i>	123
<i>III.5.2. Balanço Prospectivo – Rede Actual</i>	126
<i>III.5.3. Configuração da Rede Escolar</i>	128
<i>III.5.4. Elevação das ofertas educativas</i>	135
III.6 - PROGRAMA DE INTERVENÇÕES.....	137
III.7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	140

1. INTRODUÇÃO

1.1. A Carta Educativa: conceito e objectivos

Conforme expresso no Artº 10º do D.L. 7/2003 de 15 de Janeiro, “A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município”

Segundo o mesmo diploma (Artº 11º) são objectivos da Carta Educativa:

“ 1 — A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, por forma que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efectiva que ao mesmo nível se manifestar.

2 — A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respectivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projectos educativos das escolas.

3 — A carta educativa deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

4 — A carta educativa deve incluir uma análise prospectiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos.

5 — A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino a todas as crianças e alunos.”

Ainda de acordo com o expresso no mesmo diploma (Artº 19º), a Carta Educativa é parte integrante do Plano Director Municipal (PDM), sendo a sua elaboração da competência da Câmara Municipal, com o apoio técnico do Ministério da Educação.

Deste modo, a Carta Educativa pode ser perspectivada como um instrumento sectorial de planeamento, tendo como objecto a educação, sendo uma peça indispensável do PDM. A Carta Educativa resulta de uma evolução do conceito de Carta Escolar e das Cartas de Equipamentos Colectivos (de Educação, de Saúde, de Desporto, etc).

Na estruturação do território e do tecido urbano é hoje em dia evidente que os equipamentos colectivos assumem um papel fundamental na satisfação de necessidades básicas da população, prestando um contributo valioso nas funções centrais das áreas urbanas onde se inserem.

O conceito de Carta de Equipamentos está associado à necessidade de acrescentar ao planeamento urbanístico e, especificamente, ao planeamento de equipamentos colectivos um enfoque sectorial aprofundado.

As “Cartas” foram concebidas como instrumentos integrantes de um processo de planeamento mais vasto e, como tal, sujeitas a um aprofundamento sucessivo e a uma actualização permanente (monitorização). Nesta óptica, constituem-se como instrumentos sectoriais de planeamento e gestão do território, que organizam o conhecimento sobre cada um dos domínios específicos e propõem estratégias e estruturas base de equipamentos para o desenvolvimento dos concelhos, de acordo com cenários de crescimento populacional estabelecidos e com as necessidades e aspirações da população.

O processo de planeamento não é um acto singular, cabendo ao planeador adoptar uma atitude crítica no que respeita à análise das capacidades actuais ou futuras para cada tipo de equipamento, até porque as necessidades não são estáticas, evoluindo continuamente a forma de satisfazer a procura. “É recomendável, todo o cuidado mesmo na aplicação de padrões de dimensionamento e da qualidade na programação e construção dos equipamentos, adaptando a perspectiva incrementalista dos melhoramentos graduais e acertando soluções *ad hoc* perante situações específicas fora do modelo corrente. É contudo pertinente apontar como

inconvenientes as soluções provisórias, que têm trazido elevados prejuízos económicos, urbanísticos e culturais ao país.”¹

Com o intuito de otimizar as redes de equipamentos existentes, torna-se necessário considerar: a localização e dimensão das instalações, no que respeita à população servida e à distribuição das distâncias a percorrer, determinando se a sua capacidade é suficiente para a procura prevista ou se existem alternativas, adquirindo soluções válidas que melhor sirvam a população abrangida e em estreita articulação com os vectores estratégicos de desenvolvimento do concelho, nomeadamente os que emanam do Plano Director Municipal.

O presente trabalho encontra-se estruturado para que seja perceptível a realidade actual do sistema educativo do concelho, identificando carências e situações de excesso de oferta. A construção de uma base de conhecimentos sólida e coerente permite partir para a elaboração de um diagnóstico rigoroso e objectivo do qual emanam as acções a adoptar tendo em vista corrigir as situações de disfunção, pontual ou generalizada, da Rede de Equipamentos de Ensino do Concelho.

¹ In: "Normas Urbanísticas – Volume 1" DGOTDU / UTL, pág. 87

1.2. Enquadramento Legislativo e Orientador

Os princípios gerais que nortearam a primeira parte deste trabalho encontram-se, para além do referido Decreto-Lei n.º 7/2003², na Lei de Bases do Sistema Educativo³ (LBSE) a qual define as grandes linhas orientadoras do planeamento da rede escolar, num vasto conjunto de diplomas que surgiram na sequência⁴ da LBSE nomeadamente em relação à educação pré-escolar⁵, nos critérios de planeamento da Rede Escolar⁶ propostos pelo Ministério da Educação, bem como nos normativos sobre os novos programas de espaços⁷, na legislação sobre autonomia e gestão das escolas⁸, na legislação específica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território com incidência na Carta Educativa⁹ e no Plano Director Municipal de Montalegre.

Prevê-se para breve alterações no enquadramento do sistema educativo, nomeadamente através do alargamento da escolaridade obrigatória o qual consta no Programa de Governo.

No âmbito deste trabalho, apesar de não estar ainda em vigor, será contemplada a previsível escolaridade obrigatória de 12 anos, mas apenas na fase de elaboração de propostas (Fase III).

O figurino adoptado na elaboração desta Carta Educativa seguirá a estrutura referenciada pelo Decreto-Lei 7/2003 e as recomendações sugeridas pelo Ministério da Educação, nomeadamente através da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN), a saber:

2 Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro – Regula a elaboração e a aprovação de Cartas Educativas.

3 Lei n.º 46/86.

4 Despacho Conjunto n.º 28/SERE/SEAM/88, Decreto-Lei n.º 286/89, Decreto-Lei n.º 108/88, Despacho n.º 33/ME/91.

5 Lei n.º 5/97 – Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, Decreto-Lei n.º 147/97 – Regime jurídico do desenvolvimento da educação pré-escolar e Despacho Conjunto n.º 268/97 – Normas de instalações.

6 Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento, Lisboa, 2000.

7 Direcção Geral da Administração Escolar/Departamento de Gestão dos Recursos Educativos.

8 Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio.

9 Decretos-Lei n.º 69/90, 25/92, 211/92 e 281/93 e no documento "Recintos Escolares - Critérios para designação urbanística".

“A caracterização socio-económica engloba uma descrição sucinta das actividades económicas do concelho e da evolução demográfica, apresentando a hierarquização dos principais aglomerados, de acordo com os Planos Directores Municipais e conferindo um particular destaque às perspectivas de desenvolvimento futuro;

A caracterização e evolução do sistema educativo pretende traçar um quadro retrospectivo e prospectivo do ensino e avaliar os níveis de escolarização, de sucesso e de abandono na actualidade bem como analisar as condições de funcionamento do parque escolar existente;

Estabelecido o diagnóstico e detectadas as principais anomalias da rede escolar, apresentam-se as propostas de reconfiguração, a localização espacial dos estabelecimentos de ensino nas plantas concelhias e um estudo sumário sobre as prioridades de investimento.”

A Lei de Bases do Sistema Educativo em vigor prevê a reconfiguração da rede escolar à luz do espírito da integração do educação pré-escolar e dos três ciclos do ensino básico e da progressiva autonomização do ensino secundário.

No actual enquadramento tomou corpo o conceito de Território Educativo, princípio estruturante das novas redes escolares que permite organizar o espaço geográfico concelhio em áreas nas quais se assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento integrado, contendo, assim, uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico.

A Escola Básica Integrada (EBI/JI), onde funciona a educação pré-escolar e os 3 ciclos do ensino básico, constitui para a Lei de Bases do Sistema Educativo a resposta ideal ao modelo de ensino proposto naquele documento.

Assim, o cumprimento dos princípios de integração e sequencialidade tem que ser conseguido articulando um conjunto de escolas de vários tipos em torno de uma Escola Nuclear que congrega maiores e mais especializados recursos físicos e humanos. Este conjunto de escolas, articuladas em rede, permitirá cumprir toda a escolaridade obrigatória às crianças residentes na sua área de influência.

O modelo de Unidade Território Educativo que será adoptado neste estudo toma ainda em consideração as acessibilidades (pedonal e em transporte colectivo), barreiras naturais existentes e irradiações das várias tipologias de equipamento,

procurando configurar soluções que permitam o acesso, em segurança, aos estabelecimentos do ensino básico.

1.3. O concelho de Montalegre: caracterização sintética

Montalegre, Concelho do interior norte, é um dos catorze municípios pertencente ao distrito de Vila Real e integra a AMAT (Associação de Municípios do Alto Tâmega), conjuntamente com os concelhos de Boticas, Valpaços, Ribeira de Pena, Vila Pouca de Aguiar e Chaves.

O concelho de Montalegre confina a Poente com o distrito de Braga, nomeadamente, com os concelhos de Cabeceiras de Basto, Vieira do Minho e Terras de Bouro, tendo como concelhos limítrofes, no distrito de Vila Real, Boticas (Sul e Poente) e Chaves (Nascente), e, finalmente, a Norte, faz fronteira com a Galiza (Espanha). Aproximadamente 25% do concelho de Montalegre integra o Parque Nacional da Peneda-Gerês, sendo possível observar deste concelho o Vale do Cávado, as serras do Larouco, do Gerês, de Mourela, de Alturas e do Barroso, sendo banhado pelos rios Cávado, Rabagão, Beça e Cabril, constituindo assim as principais referências em termos de elementos hidrográficos e naturais.

Este Município abrange uma área de aproximadamente 742,1 km² e tem cerca de 12800 habitantes (Censos de 2001), sendo composto por trinta e cinco freguesias. Destas destacam-se (ver Quadro I. 1):

- Em termos dos quantitativos de população residente, as freguesias de Salto (1867 habitantes) e Montalegre (1817 habitantes), a grande distância da terceira mais populosa (Chã, com 928 habitantes), enquanto que a freguesia com menos população é Donões, com apenas 72 habitantes;
- Em termos de superfície, Cabril (76,2 km²), Chã (56,7 km²) e Outeiro (51,6 km²), enquanto que Fervidelas é a mais pequena, com apenas 5,8 km²;
- Em termos de densidade populacional, a freguesia da sede do concelho com 103,4 hab./km² e a freguesia de Salto com 78,6 hab./km², enquanto que a freguesia de Outeiro apresenta a mais baixa densidade (apenas 3,9 hab./ km²).

Quadro I. 1 – Áreas e Densidades Populacionais das freguesias de Montalegre

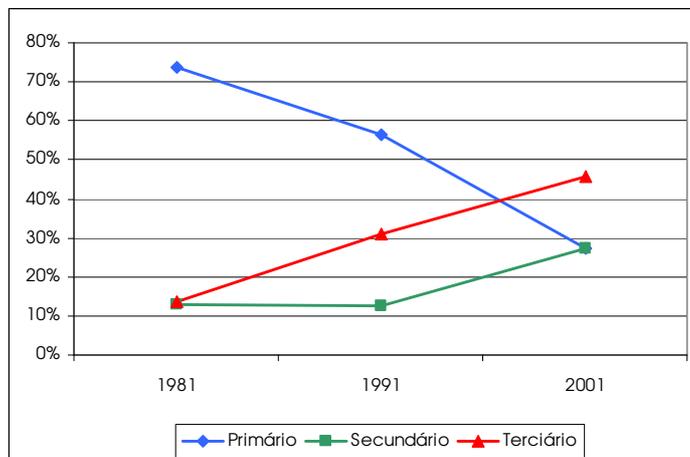
Freguesia	Habitantes (Censo 2001)	Área (ha)	Área (Km ²)	Densidade Populacional (Hab./Km ²)
Cabril	640	7.621	76,2	8,4
Cambeses do Rio	141	1.502	15,0	9,4
Cervos	328	3.307	33,1	9,9
Chã	928	5.760	57,6	16,1
Contim	100	1.125	11,3	8,9
Covêlo do Gerês	254	1.051	10,5	24,2
Covelães	186	1.844	18,4	10,1
Donões	72	939	9,4	7,7
Ferral	547	1.583	15,8	34,6
Fervidelas	116	577	5,8	20,1
Fiães do Rio	104	693	6,9	15,0
Gralhas	235	1.082	10,8	21,7
Meixedo	235	2.082	20,8	11,3
Meixide	127	1.217	12,2	10,4
Montalegre	1.817	1.758	17,6	103,4
Morgade	275	2.095	21,0	13,1
Mourilhe	144	2.292	22,9	6,3
Negrões	196	1.898	19,0	10,3
Outeiro	203	5.158	51,6	3,9
Padornelos	151	1.552	15,5	9,7
Padroso	119	903	9,0	13,2
Paradela	221	1.234	12,3	17,9
Pitões das Júnias	201	3.689	36,9	5,4
Pondras	193	1.112	11,1	17,4
Reigoso	200	1.695	17,0	11,8
Salto	1.867	2.375	23,8	78,6
Santo André	271	1.982	19,8	13,7
São Miguel de Vilar de Perdizes	532	2.556	25,6	20,8
Sarraquinhos	378	3.294	32,9	11,5
Sezelhe	145	1.281	12,8	11,3
Solveira	214	1.217	12,2	17,6
Tourém	185	1.661	16,6	11,1
Venda Nova	401	797	8,0	50,3
Viade de Baixo	781	4.200	42,0	18,6
Vila da Ponte	255	1.073	10,7	23,8
Concelho de Montalegre	12.762	74.205	742,1	17,2

Fonte: INE / C.M.M.

Uma análise mais detalhada sobre os aspectos demográficos e dinâmicas dos aglomerados urbanos do Concelho é apresentada na Parte II deste documento.

Em termos de actividade económica, observando a evolução da população empregada por sectores (ver Figura I.1), o sector Primário, que em 1981 correspondia a cerca de 75% da população empregada, tem vindo a perder acentuadamente a sua importância nos últimos vinte anos em detrimento principalmente da subida do sector Terciário, enquanto o sector Secundário apenas teve um crescimento mais acentuados na última década, apresentando em 2001 um peso semelhante ao do sector Primário.

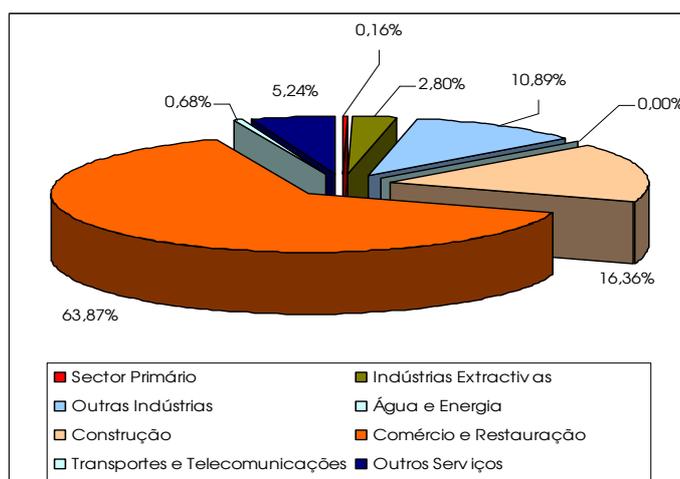
Figura I. 1 – Evolução da percentagem da população residente empregada, segundo o sector de actividade económica (1981-2001)



Fonte: INE

Em termos de volume de vendas das sociedades com sede no concelho de Montalegre (ver Figura I.2) constata-se que o sector do Comércio e Restauração é o que apresenta maior peso (63,9% das vendas totais), seguido da Construção (16,4%) e do sector industrial (10,9%), excluindo as Indústrias Extractivas. De sublinhar que, nestas estatísticas do INE, o sector Primário não tem qualquer representatividade.

Figura I. 2 – Volume de vendas das Sociedades com Sede no Concelho de Montalegre (2001)



Fonte: INE

Em 2001, a população activa residente está repartida quase equitativamente entre os sectores Primário (27%) e Secundário (27%), mas o sector Terciário tem uma

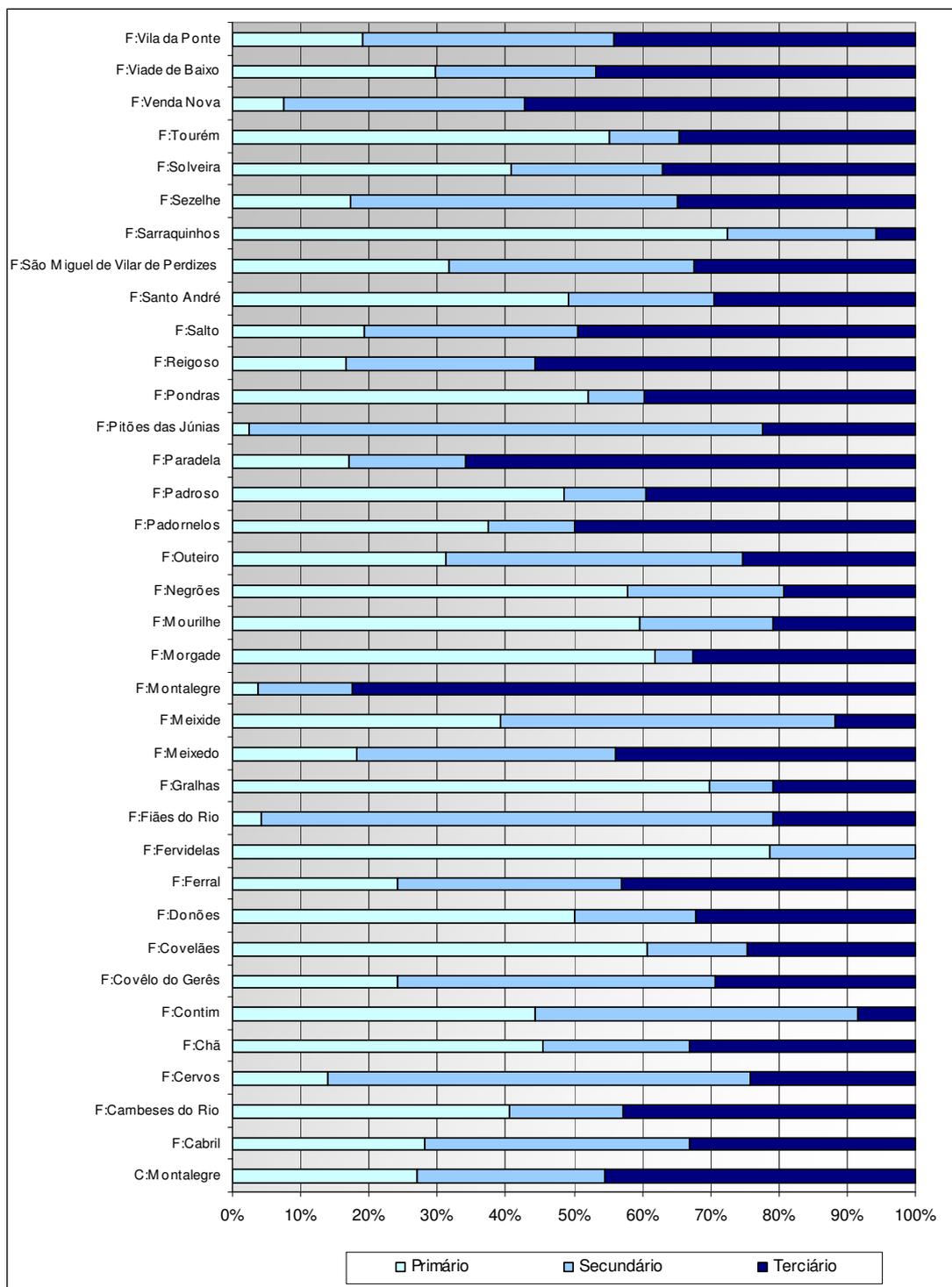
predominância (46%) em relação aos sectores anteriores. Para tal contribuem, essencialmente, as freguesias de Montalegre e Paradela, cuja população empregada no sector Terciário é 82% e 66%, respectivamente (Quadro I.2 e Figura I.3), enquanto que as freguesias com mais população activa nos sectores Primário e Secundário são Fervidelas (79%) e Pitões das Júnias (75%), respectivamente.

Quadro I. 2 – População residente empregada, segundo o sector de actividade económica (2001)

	Total	Primário	%	Secundário	%	Terciário					
						Total	%	Serviços de Natureza Social	%	Serviços Relacionados com Activ.-Económica	%
C:Montalegre	3818	1035	27%	1044	27%	1739	46%	930	53%	809	47%
F:Cabril	188	53	28%	73	39%	62	33%	40	65%	22	35%
F:Cambeses do Rio	42	17	40%	7	17%	18	43%	8	44%	10	56%
F:Cervos	108	15	14%	67	62%	26	24%	15	58%	11	42%
F:Chã	299	136	45%	64	21%	99	33%	51	52%	48	48%
F:Contim	36	16	44%	17	47%	3	8%	0	0%	3	100%
F:Covelães	61	37	61%	9	15%	15	25%	12	80%	3	20%
F:Covêlo do Gerês	58	14	24%	27	47%	17	29%	12	71%	5	29%
F:Donões	28	14	50%	5	18%	9	32%	5	56%	4	44%
F:Ferral	149	36	24%	49	33%	64	43%	29	45%	35	55%
F:Fervidelas	33	26	79%	7	21%	0	0%	0	0%	0	0%
F:Fiães do Rio	24	1	4%	18	75%	5	21%	2	40%	3	60%
F:Gralhas	53	37	70%	5	9%	11	21%	5	45%	6	55%
F:Meixedo	66	12	18%	25	38%	29	44%	16	55%	13	45%
F:Meixide	51	20	39%	25	49%	6	12%	2	33%	4	67%
F:Montalegre	775	29	4%	107	14%	639	82%	374	59%	265	41%
F:Morgade	89	55	62%	5	6%	29	33%	14	48%	15	52%
F:Mourilhe	72	43	60%	14	19%	15	21%	9	60%	6	40%
F:Negrões	57	33	58%	13	23%	11	19%	8	73%	3	27%
F:Outeiro	83	26	31%	36	43%	21	25%	12	57%	9	43%
F:Padornelos	8	3	38%	1	13%	4	50%	3	75%	1	25%
F:Padroso	33	16	48%	4	12%	13	39%	9	69%	4	31%
F:Paradela	47	8	17%	8	17%	31	66%	10	32%	21	68%
F:Pitões das Júnias	85	2	2%	64	75%	19	22%	8	42%	11	58%
F:Pondras	48	25	52%	4	8%	19	40%	10	53%	9	47%
F:Reigoso	18	3	17%	5	28%	10	56%	6	60%	4	40%
F:Salto	513	99	19%	160	31%	254	50%	122	48%	132	52%
F:Santo André	71	35	49%	15	21%	21	30%	14	67%	7	33%
F:Sarraquinhos	69	50	72%	15	22%	4	6%	4	100%	0	0%
F:Sezelhe	23	4	17%	11	48%	8	35%	4	50%	4	50%
F:Solveira	27	11	41%	6	22%	10	37%	7	70%	3	30%
F:Tourém	58	32	55%	6	10%	20	34%	10	50%	10	50%
F:Venda Nova	131	10	8%	46	35%	75	57%	34	45%	41	55%
F:Viade de Baixo	192	57	30%	45	23%	90	47%	36	40%	54	60%
F:Vila da Ponte	84	16	19%	31	37%	37	44%	21	57%	16	43%
F:São Miguel de Vilar de Perdizes	139	44	32%	50	36%	45	32%	18	40%	27	60%

Fonte: INE

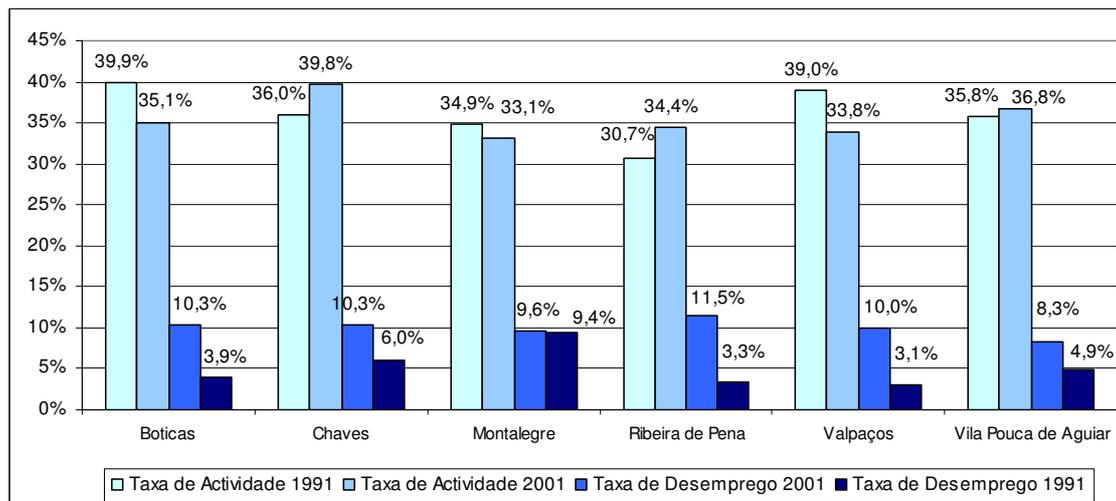
Figura I. 3 – Percentagem da população residente empregada, segundo o sector de actividade económica (2001)



Fonte: INE

A taxa de desemprego¹⁰ cresceu 0,2% na globalidade do concelho na última década. A taxa de actividade¹¹ do Concelho (33,1%), quando comparada com os concelhos limítrofes (Figura I.4) encontra-se um pouco abaixo da média (36%) destes, pois decresceu cerca de 1,8% na última década.

Figura I. 4 – Evolução da taxa de actividade e desemprego no concelho de Montalegre concelhos limítrofes (1991-2001)



Fonte: INE

Ao nível de habilitações literárias dos seus residentes, o Concelho apresenta uma taxa de analfabetismo de 22,6%, que sofreu uma diminuição de cerca de 1,5% na última década, apresentando, no entanto, a terceira menor variação desta taxa, quando comparado com os concelhos limítrofes (ver Quadro I.3 e Figura I.5). Verifica-se ainda que o concelho de Montalegre, no ano censitário de 2001, é o que possui o segundo valor da taxa de analfabetismo mais elevado de entre os concelhos limítrofes, e muito acima dos valores do Continente e da zona Norte. Uma análise mais detalhada de outros indicadores relativos ao desempenho do sistema educativo é apresentada na Parte I deste documento.

¹⁰ Taxa de desemprego – taxa que permite definir a relação entre a população desempregada e a população activa total (número de desempregados por 100 activos)

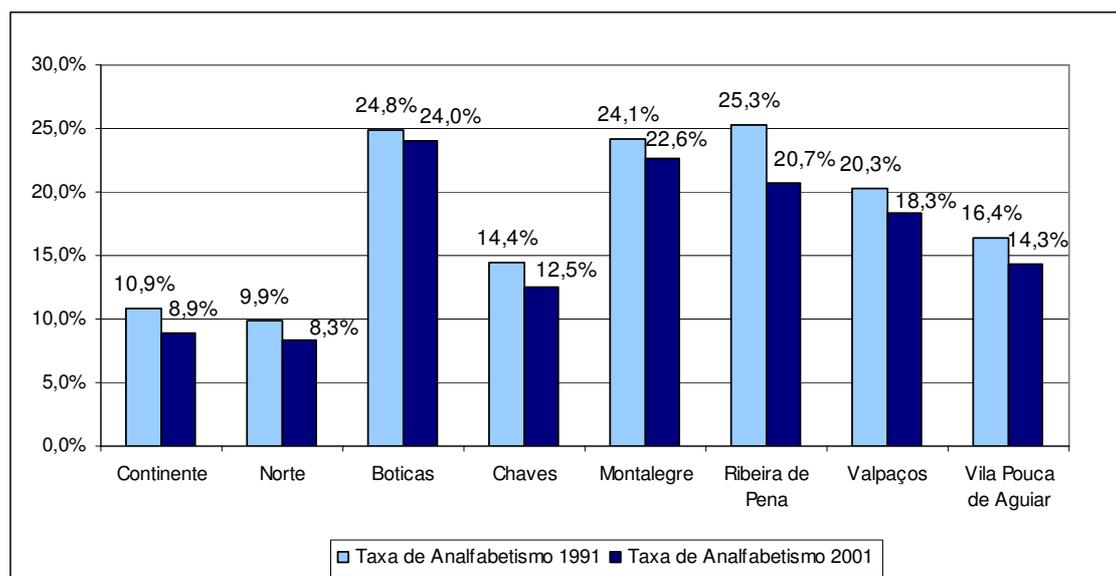
¹¹ Taxa de actividade – taxa que permite definir a relação entre a população activa e a população total (número de activos por 100 habitantes)

Quadro I. 3 – Comparação da Taxa de Analfabetismo nos concelhos da AMAT , região Norte e Portugal Continental

	Taxa de Analfabetismo 1991	Taxa de Analfabetismo 2001
Continente	10,9%	8,9%
Norte	9,9%	8,3%
Boticas	24,8%	24,0%
Chaves	14,4%	12,5%
Montalegre	24,1%	22,6%
Ribeira de Pena	25,3%	20,7%
Valpaços	20,3%	18,3%
Vila Pouca de Aguiar	16,4%	14,3%

Fonte: INE

Figura I. 5 – Evolução da taxa de analfabetismo no concelho de Montalegre e concelhos limítrofes (1991-2001)



Fonte: INE

Parte I - Diagnóstico e Caracterização da Situação Actual da Rede Escolar

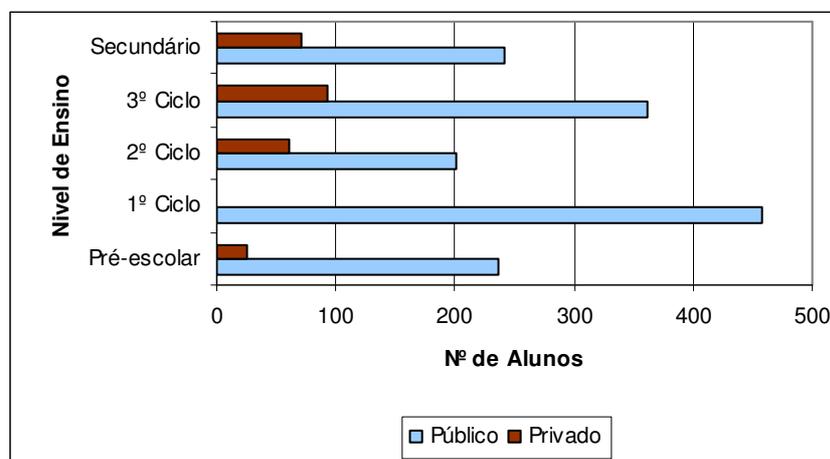
PARTE I – Diagnóstico e Caracterização da Situação Actual da Rede Escolar

I.1. Considerações Gerais

No concelho de Montalegre verifica-se que a grande maioria dos alunos frequentam a rede escolar pública, sendo esta a oferta largamente superior à da rede privada.

Apresenta-se na Figura I.6 a distribuição da oferta de ensino entre público e privado, sendo possível verificar que a oferta de ensino no concelho de Montalegre é maioritariamente pública, salientando-se que ao nível do 1º Ciclo, todas as escolas são públicas. Note-se que o número de alunos que frequentam o ensino privado é significativo ao nível do secundário e 3º Ciclo. Refira-se ainda que no 2º Ciclo o número de alunos a frequentar o ensino privado é também significativo, uma vez que existem duas escolas privadas e duas escolas públicas a garantir a oferta para este nível de ensino.

Figura I. 6- Distribuição da Oferta entre Público e Privado (2003/04)



Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às escolas

Apresenta-se no Quadro I.4 a repartição dos alunos do concelho de Montalegre, pelos diferentes tipos de oferta e níveis de ensino, podendo constatar-se que o número de alunos que frequenta a rede escolar pública (85% do total de alunos) é muito superior ao que frequenta escolas não públicas (15% do total) e que o número de alunos a frequentar o ensino recorrente é muito reduzido, representando apenas 4% do total de alunos da rede escolar do Concelho.

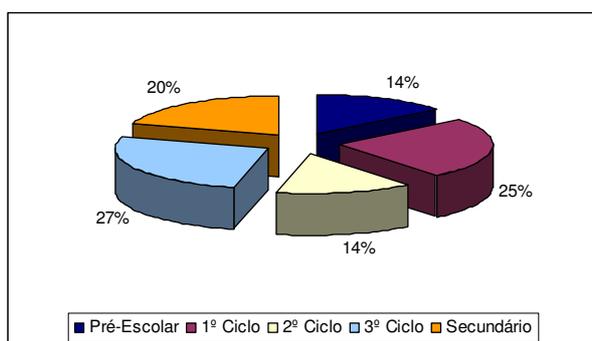
**Quadro I. 4 - Repartição dos Alunos pelos Vários Níveis e Redes de Ensino
(Ano Lectivo de 2003/04)**

EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR	Nº de Alunos	%
Rede Pública	236	91%
Rede Privada - Particular	0	0%
Rede Privada - IPSS	25	9%
Total	261	100%
ENSINO BÁSICO - 1º CICLO	Nº de Alunos	%
Público	458	100%
Rede Privada - Particular	0	0%
Rede Privada - IPSS	0	0%
Público - Recorrente	0	0%
Total	458	100%
ENSINO BÁSICO - 2º CICLO	Nº de Alunos	%
Público	201	77%
Público - Recorrente	0	0%
Privado	61	23%
Privado - Recorrente	0	0%
Total	262	100%
ENSINO BÁSICO - 3º CICLO	Nº de Alunos	%
Público	362	76%
Público - Recorrente	16	3%
Privado	93	19%
Privado - Recorrente	7	1%
Total	478	100%
ENSINO SECUNDÁRIO	Nº de Alunos	%
Público	242	65%
Público - Recorrente	40	11%
Privado	71	19%
Privado - Recorrente	20	5%
Total	373	100%
ENSINO PROFISSIONALIZANTE	Nº de Alunos	%
Total	0	0%
TOTAL DO ENSINO DO CONCELHO DE MONTALEGRE	Nº de Alunos	%
Público - Regular	1499	82%
Público - Recorrente	56	3%
Não Público - Regular	250	14%
Não Público - Recorrente	27	1%
Total	1832	100%

Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às escolas

A distribuição dos alunos pelos diversos níveis de ensino encontra-se representada na Figura I.7, concluindo-se que existe uma distribuição pouco equilibrada, com um peso elevado do 3º (talvez devido aos efeitos de níveis elevados de retenção), enquanto que o Pré-escolar e o secundário apresentam pesos relativos mais baixos (indiciando eventualmente baixos níveis de cobertura).

Figura I. 7- Distribuição dos Alunos pelos Vários Níveis de Ensino (2003/04)



Fonte: C.M.M. – Inquéritos Realizados às Escolas

Nota: Foram tidos em conta os valores do Ensino Regular e Ensino Recorrente

No Quadro I.5 apresenta-se a comparação do número total de alunos matriculados com o número médio de alunos por ano de escolaridade, podendo concluir-se que o Pré-escolar e o 2º Ciclo têm uma menor expressão a nível do Concelho (261 e 262 alunos, respectivamente).

É de salientar que o 1º e 3º Ciclos são os níveis de escolaridade que apresentam maior número de alunos matriculados, embora, os números médios de alunos por ano de escolaridade mais elevados encontram-se no 2º e 3º Ciclos.

Verifica-se ainda que existe um significativo decréscimo no número total de alunos matriculados, do 3º Ciclo para o Ensino Secundário, o que pode levar a concluir que um significativo número de alunos não prossegue os estudos após a conclusão do Ensino Obrigatório (9º ano), ou que alguns alunos estarão a usufruir da oferta de outros concelhos neste nível de ensino.

Quadro I. 5 - Número Total e Médio de Alunos por Ano de Escolaridade (Rede Pública e Privada)

	Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
Nº Total de Alunos Matriculados (2003/04)	261	458	262	455	313
Nº Médio de Alunos por Ano de Escolaridade	87	115	131	152	104

Fonte: C.M.M.: – Inquéritos Realizados às Escolas

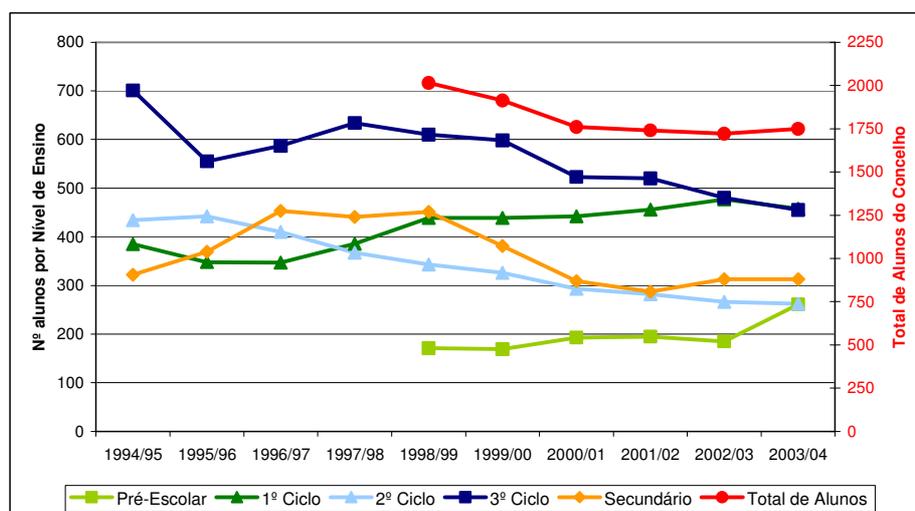
Nota: Foram tidos em conta os valores do Ensino Regular e Ensino Recorrente

No Quadro I.6 apresenta-se a evolução do número de alunos matriculados na rede de ensino no concelho de Montalegre desde o ano de 1994/95 até 2003/2004, podendo concluir-se que:

- O Concelho tem vindo a sofrer alguma perda no número de alunos matriculados nos vários níveis de ensino, à excepção do pré-escolar e do 1º Ciclo, notando-se um incremento do número de alunos matriculados nos últimos dez anos lectivos. No 1º Ciclo, esta é uma conclusão um pouco surpreendente face às perdas populacionais verificadas, o que poderá suscitar reservas quanto à fiabilidade da base estatística utilizada (baseada nos inquéritos às escolas);
- O decréscimo da população escolar desde 94/95 é mais acentuado nos 2º e 3º Ciclos, talvez consequência natural da redução da população residente no concelho;
- No Ensino Secundário não se verifica um decréscimo significativo do número de alunos matriculados nos últimos dez anos, apesar da quebra populacional, constatando-se uma relativa estabilidade do número de alunos matriculados nos quatro últimos anos lectivos.

Quadro I. 6 - Evolução do n.º de Alunos Matriculados Na Rede Pública no Concelho de Montalegre desde o Ano Lectivo de 1994/95 até 2003/04

Ano Lectivo	Pré-Escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Total de Alunos
1994/95		385	434	701	322	
1995/96		348	442	555	369	
1996/97		347	410	587	453	
1997/98		386	367	634	441	
1998/99	171	439	343	610	451	2014
1999/00	169	439	326	598	381	1913
2000/01	193	442	293	523	309	1760
2001/02	195	456	282	520	287	1740
2002/03	185	477	266	480	313	1721
2003/04	261	458	262	455	313	1749

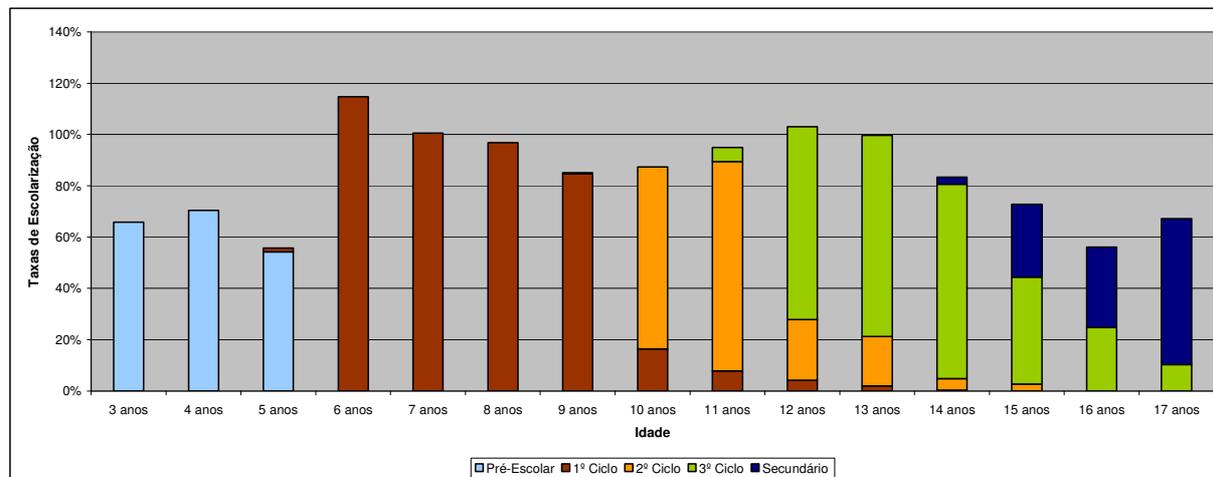


Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às escolas

Apresentam-se no Quadro I.7 as taxas de escolarização para as diversas idades avaliadas para o ano censitário de 2001. As referidas taxas de escolarização são calculadas através do quociente entre o número de alunos de cada idade, matriculados em cada um dos níveis de ensino (média dos anos lectivos de 2000/2001 e 2001/2002) e a população residente com essa mesma idade (censo de 2001). A taxa de escolarização média estimada para o Concelho foi obtida com base na população escolar recolhida dos inquéritos aos estabelecimentos de ensino. A utilização dos dados do censo populacional de 2001, em conjugação com os dados de frequência para os anos lectivos de 2000/01 e 2001/02, não está eventualmente isenta de alguma distorção, nomeadamente como resultado de não haver uma perfeita coincidência temporal da recolha de dados.

Quadro I.7– Taxas de Escolarização por Idades e Níveis de Ensino no concelho de Montalegre (2001)

	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 anos	21 anos	22 anos	23 anos	TOTAL		
População	98	103	105	88	91	108	124	122	128	133	132	165	171	174	181	170	151	174	178	144	163	2903		
Pré-Escolar	65	73	57																				194	
Taxa de escolarização (%)	66%	70%	54%																					
1º Ciclo			2	101	92	105	105	20	10	6	3	1											442	
Taxa de escolarização (%)			1%	115%	101%	97%	85%	16%	8%	4%	2%	0,3%												
2º Ciclo							1	87	105	32	26	8	5										261	
Taxa de escolarização (%)							0%	71%	82%	24%	19%	5%	3%											
3º Ciclo									7	100	104	125	72	43	19	3	3						474	
Taxa de escolarização (%)									5%	75%	78%	76%	42%	25%	10%	2%	2%							
Secundário												5	49	55	103	33	17	4	2	1	1		267	
Taxa de escolarização (%)												3%	28%	31%	57%	19%	11%	2%	1%	1%	0%			
TOTAL de Alunos	65	73	59	101	92	105	106	107	122	137	132	138	125	98	122	36	20	4	2	1	1		1638	
TOTAL Taxa de escolarização	66%	70%	56%	115%	101%	97%	85%	87%	95%	103%	100%	83%	73%	56%	67%	21%	13%	2%	1%	1%	0%		56%	
	64%		98%			91%			94%			55%												
				95%									65%											



Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às escolas

De referir ainda que os dados do número de alunos em cada ano de escolaridade, por idade, não coincide com o número de alunos matriculados em cada ano de escolaridade fornecido nos inquéritos, pelo que o total de alunos do Quadro I.7 pode não coincidir com outros números apresentados mais adiante.

Ainda que com as reservas associadas a eventuais falhas nas bases estatísticas utilizadas, da análise do Quadro I.7, é possível concluir-se o seguinte:

- Nas idades correspondentes ao Pré-escolar (3-5 anos), as taxas de escolarização oscilam entre um mínimo de 56% para os 5 anos e um máximo de 70% para os 4 anos, conduzindo a uma taxa global de 64%, ainda longe portanto da cobertura integral da população neste escalão etário;
- Para as idades próprias do Ensino Básico (6-14 anos) a taxa de escolarização global é de 95%, valor baixo atendendo a que se trata de idades de escolaridade obrigatória, o que indicia níveis significativos de abandono escolar, particularmente na faixa etária dos 9-10 anos e 14 anos com taxas de escolarização abaixo dos 90%.
- A taxa de escolarização assume também valores baixos para as idades próprias do Ensino Secundário (15-17 anos), com um valor médio de 65%, atingindo um mínimo de 56% para os 16 anos, o que indica uma proporção significativa de jovens que não prossegue estudos após conclusão da escolaridade obrigatória.

No Quadro I.7 pode ainda observar-se a proporção de alunos que frequentam cada ciclo de estudos fora da idade própria do ciclo em causa, fruto do insucesso escolar e correspondente retenção. Estas ocorrências assumem particular acuidade para os 15 anos (com mais de metade dos jovens ainda a frequentar o 3º ciclo) e para os 10 anos (com 16% alunos desta idade ainda a frequentar o 1º ciclo).

As taxas de ocupação da rede escolar são apresentadas no Quadro I.8. A par da indicação da Capacidade em turmas das instalações (dados fornecidos pelas próprias escolas), e da Capacidade em número de alunos dessas instalações, obtida pela multiplicação do número de turmas por 24 (número de alunos por turma), é também indicada a População Matriculada em cada nível de ensino, para o ano lectivo 2003/04. A partir destes dados calcula-se a Taxa de Ocupação (dada pela razão entre o número de alunos matriculados no nível de ensino e a capacidade total das escolas desse mesmo nível). Este indicador dá informação sobre o grau de saturação dos equipamentos de ensino, no concelho de Montalegre.

Quadro I. 8 - Taxa de ocupação dos Equipamentos escolares (Equipamentos e Alunos)

	Capacidade em Turmas	Capacidade (nº de Turmas*24)	População Matriculada (2003/04)	Tx. de Ocupação dos Eqs. existentes (nº de alunos/ Capacidade)
Jl	17	408	261	64%
EB1	50	1200	458	38%
EB23	44	1059	717	68%
E. Secundária	23	544	313	58%
EB 2,3+ES	67	1608	1030	64%

Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às escolas

De notar que os valores da capacidade em turmas para os 2º e 3º Ciclos e Secundário (que se apresentam no Quadro I.8), foram obtidos através da proporção entre o número de turmas a funcionar em cada nível de ensino, e a capacidade (em turmas) das escolas do Concelho. Esta é uma repartição de algum modo artificial, mas retratando a afectação no ano lectivo de 2003/2004.

Pode constatar-se que os estabelecimentos de ensino apresentam Taxas de Ocupação reduzidas, sendo de salientar que apenas os 2º e 3º Ciclos e Secundário apresentam valores superiores a 50%. Deste modo, as escolas do concelho de Montalegre apresentam uma grande margem para acolher um número superior de alunos.

Faz-se de seguida uma análise comparativa do desempenho do sistema educativo do concelho de Montalegre com o de outros concelhos e regiões, com base em alguns indicadores, relativos ao ano de 2001, apresentados no Quadro I.9.

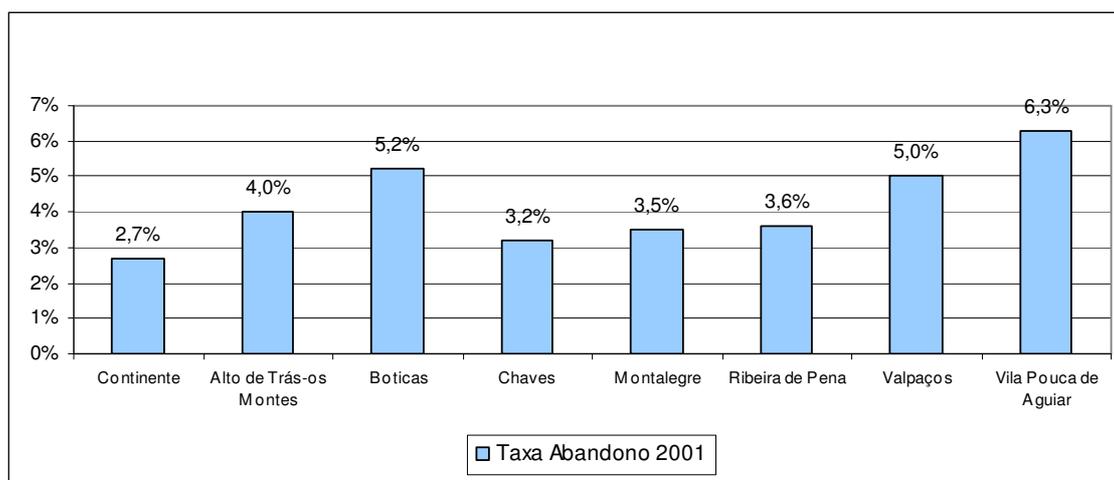
Quadro I. 9 - Indicadores de desempenho escolar (2001)

	Ensino Básico			Ensino Secundário	
	Taxa de Abandono	Taxa de Retenção	Taxa de Saída Antecipada	Taxa de Saída Precoce	Aproveitamento no Ensino Secundário
Continente	2,7%	12,7%	24,0%	44,0%	63,0
Alto de Trás os Montes	4,0%	14,7%	24,8%	42,6%	61,3
Boticas	5,2%	17,4%	33,0%	52,2%	-
Chaves	3,2%	13,9%	22,4%	40,9%	62,8
Montalegre	3,5%	13,8%	27,3%	48,1%	64,5
Ribeira de Pena	3,6%	15,1%	41,1%	62,0%	73,7
Valpaços	5,0%	18,4%	32,8%	50,6%	66,7
Vila Pouca de Aguiar	6,3%	15,8%	34,5%	53,8%	63,8

Fonte: Ministério da Educação

No que se refere ao abandono no Ensino Básico (obrigatório), o concelho de Montalegre apresenta uma Taxa de Abandono (3,5%) consideravelmente acima da média nacional (2,7%) mas abaixo da média dos concelhos da NUT III Alto de Trás-os-Montes, sendo ainda de referir que se encontra numa posição relativamente favorável face aos concelhos da AMAT (Figural.8).

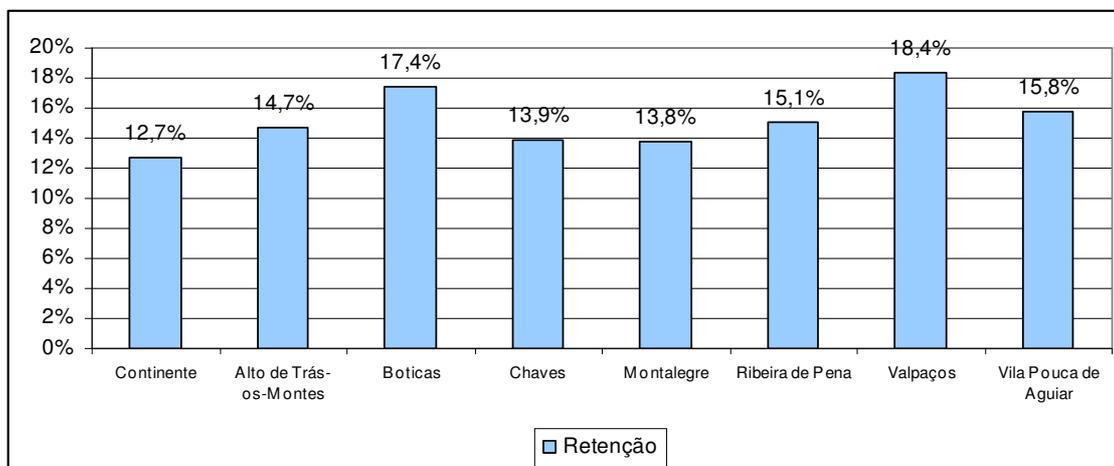
Figura I. 8 - Comparação de Taxas de Abandono



Fonte: Ministério da Educação

A Taxa de Retenção no Ensino Básico do concelho de Montalegre (ver Figura I.9), é a mais baixa entre os concelhos da AMAT, com apenas um ponto percentual acima da média nacional e um ponto abaixo de Alto de Trás-os-Montes.

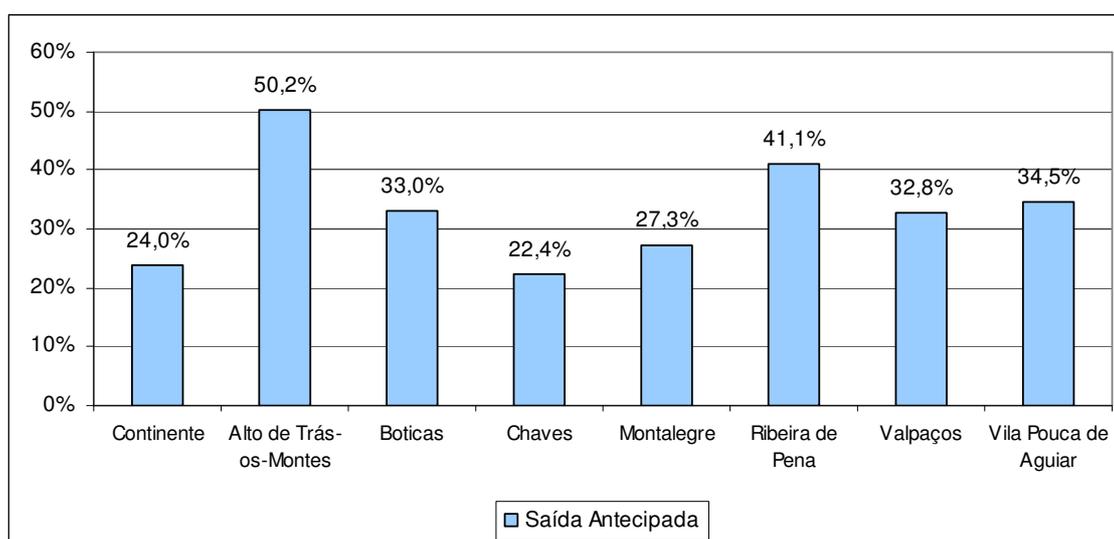
Figura I. 9 - Comparação de Taxas de Retenção no Ensino Básico



Fonte: Ministério da Educação

A Taxa de Saída Antecipada (definida como a percentagem da população residente na faixa etária 18-24 anos que não concluiu o 9º ano, nem está a frequentar qualquer nível de ensino) é de 27,3% (o que significa que 27% da população jovem nesta faixa etária não concluiu o ensino obrigatório), valor que se encontra acima da média nacional e da média da NUTIII, mas com uma posição relativamente favorável em comparação com os concelhos da AMAT (Figura I.10), com exceção de Chaves.

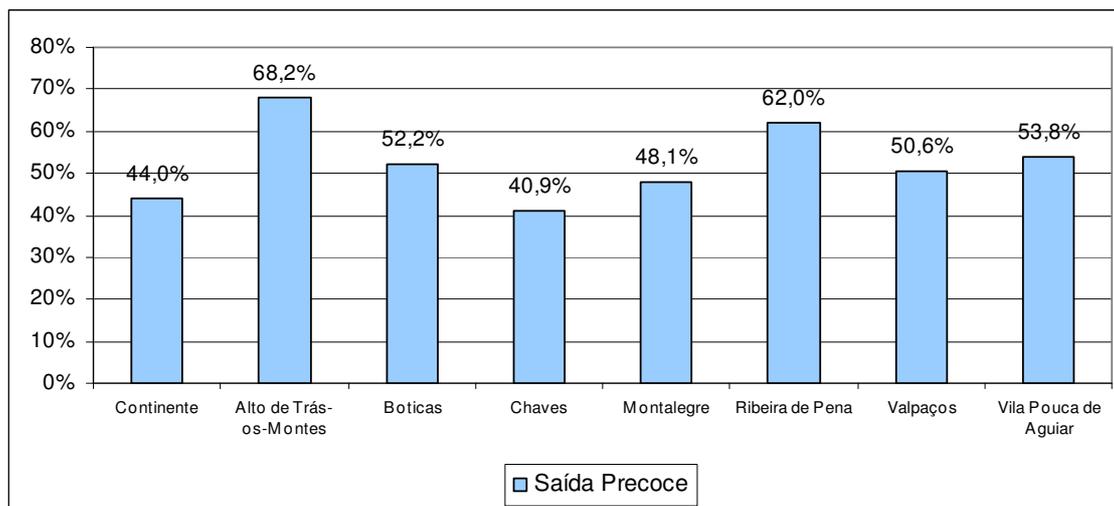
Figura I. 10 - Comparação de Taxas de Saída Antecipada



Fonte: Ministério da Educação

A Taxa de Saída Precoce (Figura I.11) - definida como a percentagem de residentes na faixa etária 18-24 anos que não concluíram nem estão a frequentar o Ensino Secundário - no concelho de Montalegre (48%) é significativamente superior à média nacional e à média da NUTIII e a segunda mais baixa entre os concelhos da AMAT. De sublinhar que esta taxa apresenta um valor muito elevado, traduzindo-se num claro indicador de que muitos jovens não prosseguem os estudos após conclusão do ensino obrigatório (9º ano), constituindo um desafio adicional à implantação da escolaridade obrigatória de 12 anos conforme previsto na nova Lei de Bases da Educação.

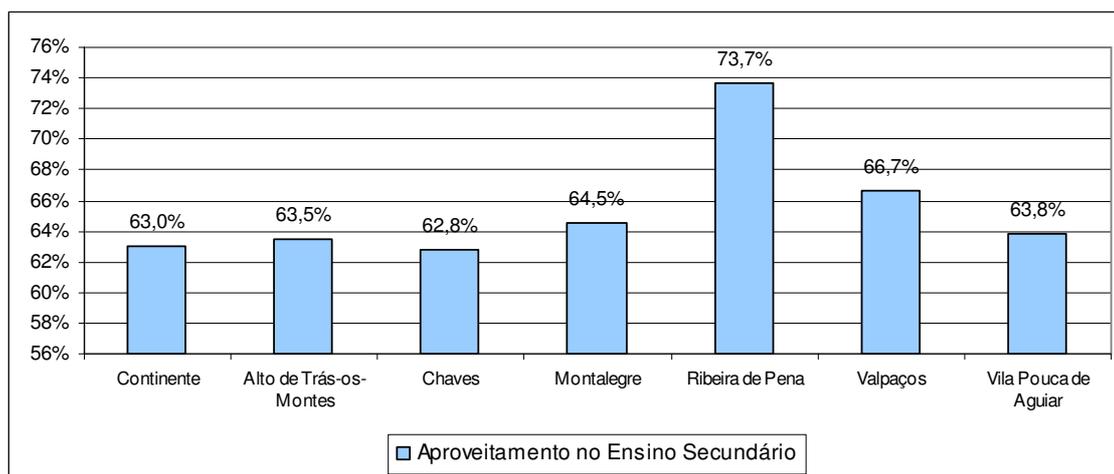
Figura I. 11 - Comparação de Taxas de Saída Precoce



Fonte: Ministério da Educação

Na Figura I.12 apresenta-se a Taxa de Transição no Ensino Secundário, ou o Aproveitamento no Ensino Secundário, verificando-se que Montalegre se encontra acima da média do continente e da média da NUTIII, apresentando valores similares aos dos restantes concelhos da AMAT, à excepção de Ribeira de Pena que apresenta uma elevada Taxa de Transição neste nível de ensino.

Figura I. 12 – Taxa de Transição no Ensino Secundário



Fonte: Ministério da Educação

I.2. A rede de escolas do concelho de Montalegre

Conforme o Quadro I.10, existem no concelho de Montalegre 42 estabelecimentos de ensino no ano lectivo 2003/04, dos quais apenas 3 são privados (um Jardim-de-Infância e duas EB2,3+S). Relativamente às escolas públicas, constata-se que 25 das 39 existentes são escolas básicas do 1º ciclo e que existem 7 que integram a educação pré-escolar com Ensino Básico de 1º ciclo.

Quadro I.10 – Número de Escolas no Concelho

	Pública	Privado	Total
Jl	5	1	6
EB1/Jl	7	0	7
EB1	25	0	25
EB2,3/S	2	2	4
Total	39	3	42

Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às escolas

Analisando o Quadro I.11, que apresenta a distribuição destas escolas pelas as freguesias do concelho, verifica-se que, relativamente ao pré-escolar, apenas 11 das 35 freguesias dispõem equipamentos deste tipo. A um nível mais global, existe uma grande concentração de estabelecimentos nas freguesias de Salto e Montalegre (7 e 6, respectivamente).

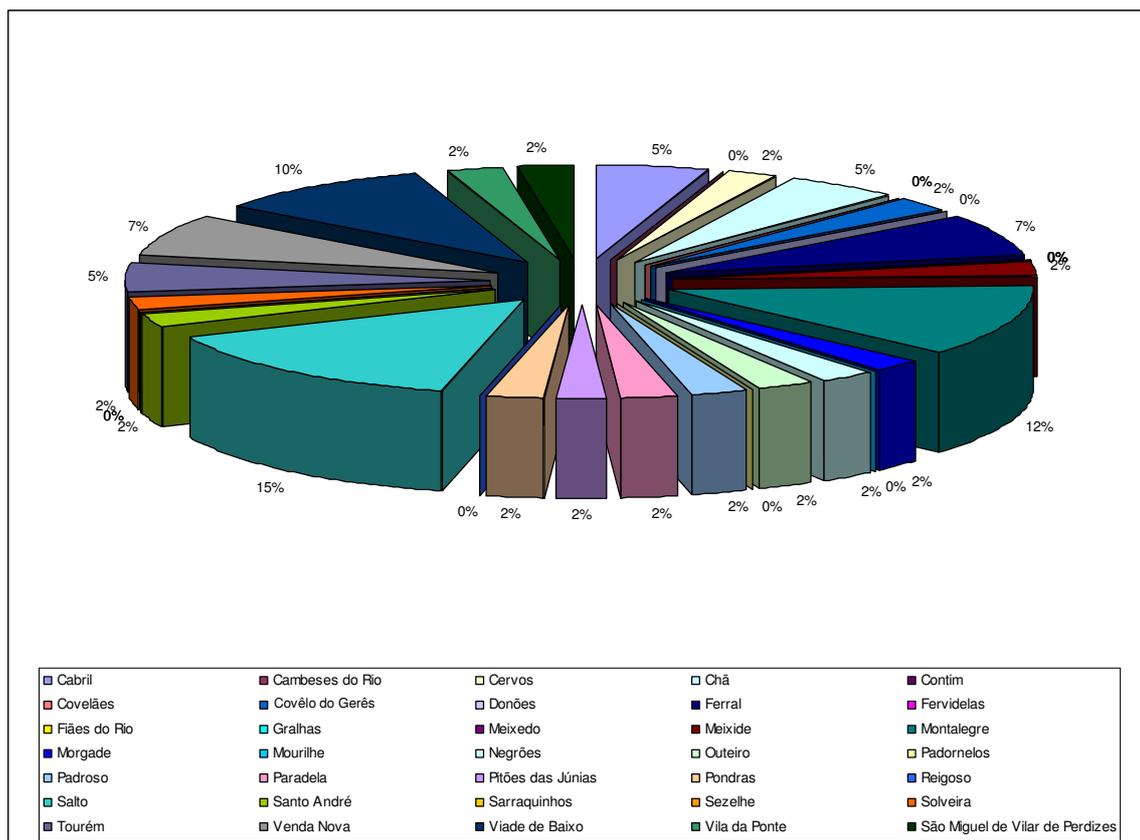
Quadro I.11 – Locais onde é administrado cada nível de ensino

Freguesia	Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ensino Secundário	Total por Freguesia
Cabril	1	2				3
Cervos		1				1
Chã	1	2				3
Covêlo do Gerês		1				1
Ferral		2	1	1	1	5
Meixide		1				1
Montalegre	3	2	1	1	1	8
Morgade	1	1				2
Negrões		1				1
Outeiro		1				1
Padroso		1				1
Paradela do Rio	1	0				1
Pitões das Júnias		1				1
Pondras		1				1
Salto	2	4	1	1	1	9
Solveira		1				1
Santo André	1	0				1
Tourém	1	1				2
Venda Nova		2	1	1	1	5
Viade de Baixo	1	2				3
Vila da Ponte	1	1				2
Vilar de Perdizes	1	1				2
Concelho de Montalegre	14	29	4	4	4	55

Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às escolas

Na Figura I.13 é bem patente este desequilíbrio da repartição destas instalações dado o grande número de freguesias que têm percentagens que rondam os 2 a 3%. Existem ainda outras que não se encontram representadas na figura uma vez que não possuem qualquer estabelecimento de ensino.

Figura I. 13 – Estabelecimentos por freguesia como % do total do concelho



Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às escolas

I.2.1. Agrupamentos Escolares

A criação de agrupamentos escolares teve como estratégia de base a criação de condições de gestão das escolas, de racionalização dos meios e de aumento da qualidade geral do ensino. A reforma estrutural do Ministério da Educação e do sistema educativo (através do Despacho nº 13313/2003 de 8 de Julho) foi um importante impulso para que tal acontecesse. Conforme o D.L. 115/98 de 4 de Maio, um Agrupamento de Escolas “é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação

pré-escolar e de um ou mais níveis e ciclos de ensino, a partir de um projecto pedagógico comum, com vista à realização das finalidades seguintes:

- a) Favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica;*
- b) Superar situações de isolamento de estabelecimentos e prevenir a exclusão social;*
- c) Reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos;*
- d) Garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão, nos termos do presente diploma;*
- e) Valorizar e enquadrar experiências em curso.”*

Os critérios que estão na base da constituição de agrupamentos escolares estão relacionados com a existência de projectos pedagógicos comuns, a construção de percursos escolares integrados, a articulação curricular entre níveis e ciclos educativos, a proximidade geográfica, a expansão da educação pré-escolar e, finalmente, com a reorganização da rede educativa.

O objectivo referido em a) vem reforçar a ideia de que os agrupamentos escolares deverão ser verticais, isto é, deverão englobar todos os níveis de ensino. Apenas em casos excepcionais são admitidos agrupamentos horizontais, isto é, de escolas de um mesmo nível de ensino.

Sublinha-se desta forma a necessidade de se ponderar a conveniência de fundir os conceitos de Território Educativo e de Agrupamento de Escolas, por forma a constituir unidades estruturantes únicas para efeitos de planeamento e também de gestão da rede em todas as suas vertentes (administrativa, pedagógica, etc.).

Conforme se verifica no Quadro I.12, existem apenas dois agrupamentos escolares: o de Montalegre e o das escolas de Baixo Barroso. O primeiro é composto por 18 escolas do 1º ciclo, sendo que o ensino correspondente ao 2º ciclo, 3º ciclo e secundário é garantido por dois estabelecimentos (EB2 de Montalegre e ES/3 Dr. Bento da Cruz). No agrupamento do Baixo Barroso existe igualmente uma escola básica do 2º, 3º ciclos e secundário, mais treze escolas do 1º ciclo. Importa ainda referir que há duas escolas que não pertencem a qualquer agrupamento: a escola P.

Minas da Borralha (2º, 3º e secundário) e a Misarela COOP (também do 2º, 3º e secundário).

Quadro I.12 – Estabelecimentos por Agrupamento de Escolas

Agrupamento Escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
Montalegre	EB1 de Aldeia Nova	Escola ES/3 Dr. Bento da Cruz	Escola ES/3 Dr. Bento da Cruz	Escola ES/3 Dr. Bento da Cruz
	EB1 de Peirezes			
	EB1 de Arcos			
	EB1 Montalegre nº1			
	EB1 Nº2 de Montalegre			
	EB1 de Lamachã			
	EB1 de Outeiro			
	EB1 de Padroso			
	EB1 de Paradela			
	EB1 de Pitões das Júnias			
	EB1 de Solveira			
	EB1 de Santo André			
	EB1 de Tourém			
	EB1 de Viade nº2			
	EB1 de Parafita			
	EB1 de Viade nº1			
EB1 de Vilar de Perdizes				
EB1 de Meixide				
Escolas do Baixo Barroso	EB1 de Fafião	EB2,3/S Baixo Barroso	EB2,3/S Baixo Barroso	EB2,3/S Baixo Barroso
	EB1 de Cabril			
	EB1 de Covêlo do Gerês			
	EB1 de Ferral			
	EB1 de Vila Nova			
	EB1 de Pereira			
	EB1 de Pondras			
	EB1 das Minas da Borralha			
	EB1 de Salto nº2 (Corva)			
	EB1 de Salto			
	EB1 de Venda Nova			
	EB1 de Codeçoso			
	EB1 de Vila da Ponte			
Sem Agrupamento	EB1 de Criande	Escola Profissional Minas da Borralha	Escola Profissional Minas da Borralha	Escola Profissional Minas da Borralha
		Misarela COOP	Misarela COOP	Misarela COOP

Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às escolas

I.2.2. Carta de Localização dos estabelecimentos de ensino

Apresenta-se de seguida a Carta de Localização dos Estabelecimentos de Educação existentes (Carta I.1).

A simbologia adoptada permite uma fácil leitura dos níveis de ensino oferecidos por cada estabelecimento.

Em documento separado, que constitui um anexo a esta carta, são apresentadas fichas de caracterização dos estabelecimentos que constituíam a rede escolar do concelho de Montalegre no ano lectivo de 2003/04. As referidas fichas foram elaboradas com base nos Inquéritos realizados às Escolas em 2003, posteriores melhoramentos nas escolas ou desactivação destas não são por isso contemplados.

Carta I.1 – Localização das Escolas

I.3. A Educação Pré-Escolar

A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação escolar, sendo complementar da acção educativa das famílias. Esta destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e os 6 anos, idade de ingresso no 1º Ciclo do Ensino Básico. A frequência da educação pré-escolar é facultativa, competindo, porém, ao Estado contribuir para a universalização da sua oferta, prioritariamente das crianças de 5 anos de idade. Deve articular-se este tipo de educação com os serviços de creche, de forma a obter um modelo coerente e sequencial de educação de infância.

No Quadro I.13 verifica-se que no concelho de Montalegre existem 14 jardins-de-infância, dos quais apenas um é gerido por uma IPSS. Importa também salientar que a maior parte destes estabelecimentos (9 no total – todos eles públicos) funcionam de forma integrada com Escolas Básicas do 1º ciclo. Os restantes são, por exclusão de partes, estabelecimentos que funcionam autonomamente.

Quadro I. 13 – Jardins-de-infância no Concelho (2003/04)

Código	Estabelecimento	Gestão	Localidade	Freguesia	Integração
1706358	Jardim de Infância de Cabril	Público	Cabril	Cabril	EB 1.º C.
1706146	Jardim de Infância de Aldeia Nova	Público	Aldeia Nova	Chã	EB 1.º C.
1706163	Infantário Santa Casa da Misericórdia de Montalegre	IPSS	Montalegre	Montalegre	Autónomo
1706237	Jardim de Infância de Montalegre nº1	Público	Montalegre	Montalegre	Autónomo
1706167	Jardim de Infância nº2 Montalegre	Público	Montalegre	Montalegre	EB 1.º C.
1706627	Jardim de Infância de Criande	Público	Criande	Morgade	EB 1.º C.
1706989	Jardim de Infância de Paradela	Público	Paradela	Paradela	EB 1.º C.
1706991	Jardim de Infância de Salto	Público	Salto	Salto	EB 1.º C.
1706998	Jardim de Infância da Borralha	Público	Borralha	Salto	Autónomo
1706096	Jardim de Infância de Santo André	Público	Santo André	Santo André	EB 1.º C.
1706020	Jardim de Infância de Tourém	Público	Tourém	Tourém	Autónomo
1706402	Jardim de Infância de Pisões	Público	Pisões	Viade de Baixo	Autónomo
1706300	Jardim de Infância de Vila da Ponte	Público	Vila da Ponte	Vila da Ponte	EB 1.º C.
1706482	Jardim de Infância de Vilar de Perdizes	Público	São Miguel de Vilar de Perdizes	São Miguel de Vilar de Perdizes	EB 1.º C.

Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às escolas

Relativamente à taxa de cobertura, o concelho de Montalegre apresenta globalmente um valor aproximadamente igual a 63% (Quadro I.14). Refinando a análise para o nível das freguesias, verificam-se grandes discrepâncias nos seus valores. Este facto explica-se pela existência de 24 freguesias onde não existe qualquer equipamento deste nível hierárquico. Dentro deste grupo, encontram-se algumas freguesias como a de Contim e Fiães do Rio que, pelo facto de não terem qualquer habitante neste estrato etário (dos 3 aos 5 anos), poderão ser considerados como excepções. Por outro lado, freguesias como a de Ferral que têm 17 crianças com estas idades que não são servidas por qualquer estabelecimento, são casos que merecem uma reflexão mais atenta. Mesmo existindo casos em que o número de inscrições foi superior ao número de crianças residentes com idades entre os 3 e os 5, este excedente não permitiu obter uma taxa de cobertura satisfatória ao nível do concelho.

O Decreto-Lei nº 147/97 que estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede pré-escolar pública e privada, estabelece como objectivo *“elevar, até ao final do século, a oferta global de educação pré-escolar em cerca de 20% de modo a abranger 90% das crianças de 5 anos, 75% das de 4 anos e 60% das de 3 anos”*. Os valores obtidos para o concelho de Montalegre (ver Quadro I.7) mostram que estes objectivos (fixados para o final do século passado) ainda estão longe de ser atingidos.

Quadro I.14 – Taxas de Cobertura por Freguesia, em 2001

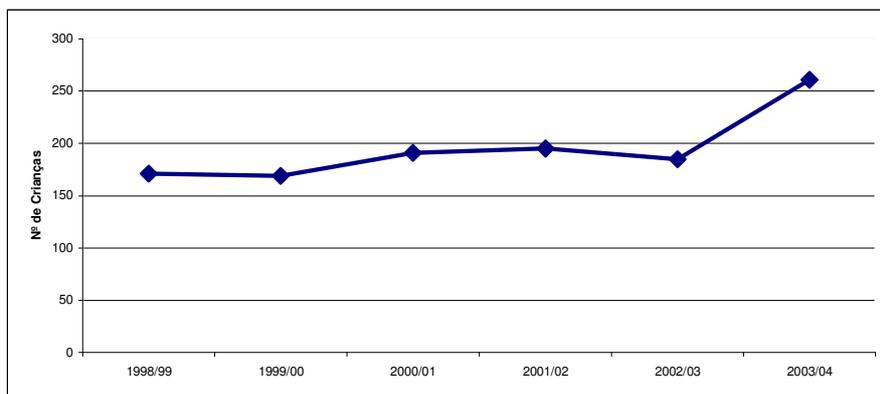
Freguesia	População com 3-5 anos (2001)		Nº de crianças inscritas (Média 00/01 e 01/02)		Taxa de Cobertura (%)
	Nº	%	Nº	%	
Cabril	15	4,9%	14	8,3%	93,3%
Cambeses do Rio	-	-	-	-	-
Cervos	5	1,6%	-	-	-
Chã	27	8,8%	11	6,5%	40,7%
Contim	-	-	-	-	-
Covelães	3	1,0%	-	-	-
Covêlo do Gerês	10	3,3%	-	-	-
Donões	3	1,0%	-	-	-
Ferral	17	5,6%	-	-	-
Fervidelas	1	0,3%	-	-	-
Fiães do Rio	-	-	-	-	-
Gralhas	-	-	-	-	-
Meixedo	3	1,0%	-	-	-
Meixide	5	1,6%	-	-	-
Montalegre	57	18,6%	46	27,4%	80,7%
Morgade	4	1,3%	8	4,8%	200,0%
Mourilhe	7	2,3%	-	-	-
Negrões	4	1,3%	-	-	-
Outeiro	4	1,3%	-	-	-
Padornelos	4	1,3%	-	-	-
Padroso	2	0,7%	-	-	-
Paradela	2	0,7%	3	1,8%	150,0%
Pitões das Júnias	4	1,3%	-	-	-
Pondras	3	1,0%	-	-	-
Reigoso	4	1,3%	-	-	-
Salto	49	16,0%	35	20,8%	71,4%
Santo André	2	0,7%	10	6,0%	500,0%
Sarraquinhos	12	3,9%	-	-	-
Sezelhe	6	2,0%	-	-	-
Solveira	3	1,0%	-	-	-
Tourém	4	1,3%	4	2,4%	100,0%
Venda Nova	6	2,0%	-	-	-
Viade de Baixo	27	8,8%	16	9,5%	59,3%
Vila da Ponte	5	1,6%	7	4,2%	140,0%
São Miguel de Vilar de Perdizes	8	2,6%	15	8,9%	187,5%
Concelho de Montalegre	306	100,0%	168	100,0%	54,9%

Fontes: C.M.M. – Inquéritos realizados às escolas; INE

A observação do Quadro I.15 permite verificar que o número de alunos inscritos na educação pré-escolar tem vindo a aumentar nos últimos anos lectivos. A única excepção verificou-se na passagem do ano lectivo 2001/2002 para 2002/2003 tendo ocorrido uma diminuição dos 195 para os 185 inscritos. A esta tendência não é alheio o aumento da oferta nomeadamente com a criação de dois jardins-de-infância no início do período em estudo: o de Pisões e o Número 2 de Montalegre.

Quadro I.15 – Evolução do n.º de crianças na Educação Pré-escolar

	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
Nº de Alunos Inscritos	171	169	191	195	185	261



Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às escolas

No Quadro I.16 apresenta-se o número de crianças inscritas por estabelecimento, bem como os respectivos educadores, auxiliares e salas de actividades disponíveis. São também apresentados rácios de crianças por sala e por educador, que se encontram tipicamente abaixo dos valores máximos recomendáveis.

Todos os Jardins-de-Infância do concelho de Montalegre são de pequena dimensão, dispendo apenas de uma sala de actividades (e um só educador), com apenas três excepções (duas na sede de concelho e ainda o JI de Salto, com duas salas de actividades). Verifica-se que o JI número 2 de Montalegre é o que tem maior dimensão em termos de número de crianças recebidas (46), sendo também o que emprega maior número de Educadores e Auxiliares (3 e 5, respectivamente). Um outro dado a reter é que apenas o JI da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre atingiu o limite da sua capacidade.

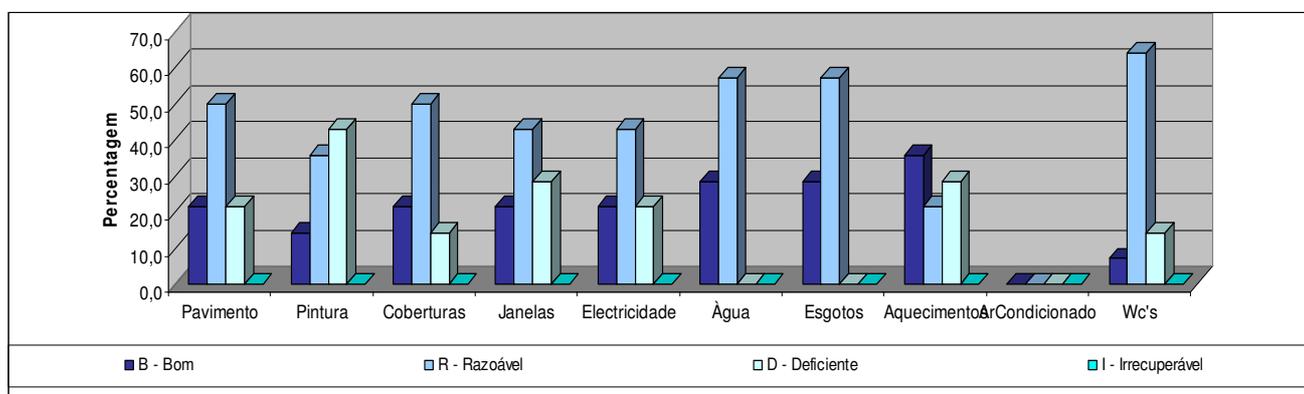
Quadro I.16 – Número de Crianças e Educadores na Educação Pré-Escolar, no Ano Lectivo de 2003/04

Código	Estabelecimento	Modalidade	Matriculas por Idade (2003/04)					Docentes e Não Docentes		Nº de Salas de Actividades	Rácio Crianças por Sala	Rácio Crianças por Educador	Tx. Ocupação
			3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	Total	Educadores	Auxiliares				
1706358	Jardim de Infância de Cabril	Público	3	4	7	0	14	1	1	1	14,0	14,0	58%
1706146	Jardim de Infância de Aldeia Nova	Público	0	2	4	0	6	1	1	1	6,0	6,0	25%
1706163	Infantário Santa Casa da Misericórdia de Montalegre	IPSS	13	5	7	0	25	1	2	1	25,0	25,0	104%
1706237	Jardim de Infância de Montalegre nº1	Público	16	11	14	0	41	2	2	2	20,5	20,5	85%
1706167	Jardim de Infância nº2 Montalegre	Público	5	12	27	2	46	3	5	2	23,0	15,3	96%
1706627	Jardim de Infância de Criande	Público	3	2	0	0	5	1	1	1	5,0	5,0	21%
1706989	Jardim de Infância de Paradela	Público	3	7	3	0	13	1	1	1	13,0	13,0	54%
1706991	Jardim de Infância de Salto	Público	7	17	10	1	35	2	2	2	17,5	17,5	73%
1706998	Jardim de Infância da Borralha	Público	5	7	11	0	23	1	0	1	23,0	23,0	96%
1706096	Jardim de Infância de Santo André	Público	2	2	4	0	8	1	1	1	8,0	8,0	33%
1706020	Jardim de Infância de Tourém	Público	1	3	1	0	5	1	1	1	5,0	5,0	21%
1706402	Jardim de Infância de Pisões	Público	4	6	10	0	20	1	1	1	20,0	20,0	83%
1706300	Jardim de Infância de Vila da Ponte	Público	2	1	3	0	6	1	1	1	6,0	6,0	25%
1706482	Jardim de Infância de Vilar de Perdizes	Público	3	6	5	0	14	1	1	1	14,0	14,0	58%
Total do Concelho			67	85	106	3	261	18	20	17	15,4	14,5	64%

Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às escolas

No que diz respeito ao estado de conservação das instalações, de referir que houve a necessidade de proceder a obras de adaptação em 6 dos 14 Jardins-de-Infância existentes em Montalegre. Conforme a Figura I.14 observa-se que as componentes que mais problemas apresentam são a pintura, o aquecimento e as janelas. Nas restantes verifica-se que na maioria dos casos as instalações encontram-se num estado de conservação aceitável. No entanto, refira-se que tanto o JI de Vilar de Perdizes como o de Santo André e nº 2 de Montalegre têm as suas instalações eléctricas num deficiente estado de conservação. Contudo, estes são problemas que poderão ser remediados com obras de conservação convenientes. De facto, constata-se que nenhum dos casos em que o estado de conservação é menos satisfatório foi considerado irrecuperável.

Figura I. 14 – Estado de Conservação de infra-estruturas

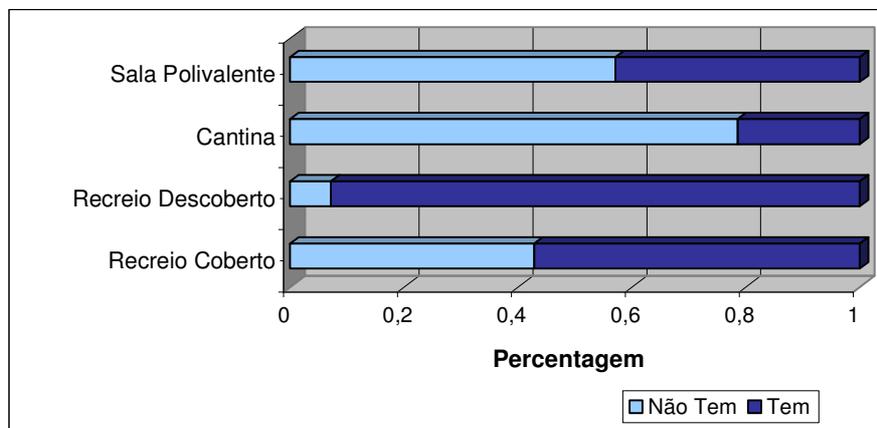


Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às escolas

Analisando a dotação de infra-estruturas de apoio (Quadro I.17) observa-se que o único JI que não tem um recreio descoberto é o JI de Pisões. Neste caso em particular, esta situação é agravada ainda pela não existência de um recreio coberto, de uma cantina e de uma sala polivalente. Nos restantes casos, verifica-se que todos os JI possuem pelo menos uma das infra-estruturas de apoio sem que, no entanto, nenhum deles inclua todas elas simultaneamente. De sublinhar ainda que os estabelecimentos que estão melhor servidos são o JI de Paradela e o Infantário da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre (instituição privada). Para concluir estas análises, importa ainda evidenciar que apenas estes dois estabelecimentos possuem uma cantina.

Quadro I. 17 – Dotação de infra-estruturas (Jardins de Infância)

Estabelecimento	Recreio Coberto	Recreio Descoberto	Cantina	Sala Polivalente
Infantário Santa Casa da Misericórdia de Montalegre	Não	Sim	Sim	Sim
Jardim de Infância de Vila da Ponte	Sim	Sim	Não	Sim
Jardim de Infância de Cabril	Sim	Sim	Não	Não
Jardim de Infância de Salto	Não	Sim	Sim	Não
Jardim de Infância de Vilar de Perdizes	Sim	Sim	Não	Não
Jardim de Infância de Paradela	Sim	Sim	Sim	Não
Jardim de Infância de Montalegre nº1	Não	Sim	Não	Sim
Jardim de Infância de Criande	Sim	Sim	Não	Não
Jardim de Infância de Aldeia Nova	Sim	Sim	Não	Sim
Jardim de Infância de Santo André	Sim	Sim	Não	Não
Jardim de Infância de Pisões	Não	Não	Não	Não
Jardim de Infância de Tourém	Não	Sim	Não	Não
Jardim de Infância nº2 Montalegre	Sim	Sim	Não	Sim
Jardim de Infância da Borralha	Não	Sim	Não	Sim



Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às Escolas

I.4. Ensino Básico 1.º Ciclo

No Quadro I.18 é feita uma caracterização dos equipamentos escolares do 1º ciclo existentes no concelho de Montalegre. Importa referir que a capacidade foi calculada com base no valor de alunos por sala considerado recomendável – 24 alunos por sala.

Quadro I. 18 – Caracterização das Escolas Básicas de 1º Ciclo (2003/04)

Código	Nome do Estabelecimento	Freguesia	Nº de Professores	Capacidade (Turmas)	Nº de Alunos	Nº de Alunos por Turma	Nº de Alunos por Professor	Capacidade (nº de alunos)	Taxa de Ocupação
1706825	EB1 de Fafião	Cabril	1	1	4	4	4	24	16,7%
1706156	EB1 de Cabril	Cabril	2	1	21	21	11	24	87,5%
1706491	EB1 de Arcos	Cervos	2	1	5	5	3	24	20,8%
1706062	EB1 de Aldeia Nova	Chã	1	1	7	7	7	24	29,2%
1706552	EB1 de Peirezes	Chã	1	1	6	6	6	24	25,0%
1706985	EB1 de Covêlo do Gerês	Covêlo do Gerês	2	1	15	15	8	24	62,5%
1706364	EB1 de Ferral	Ferral	2	1	21	21	11	24	87,5%
1706392	EB1 de Vila Nova	Ferral	1	1	4	4	4	24	16,7%
1706764	EB1 de Meixide	Meixide	1	1	5	5	5	24	20,8%
1706001	EB1 Montalegre Nº 1	Montalegre	3	2	40	20	13	48	83,3%
1706774	EB1 Montalegre Nº 2	Montalegre	9	7	124	18	14	168	73,8%
1706718	EB1 de Criande	Morgade	1	1	3	3	3	24	12,5%
1706867	EB1 de Lamachã	Negrões	1	1	8	8	8	24	33,3%
1706805	EB1 de Outeiro	Outeiro	1	1	9	9	9	24	37,5%
1706368	EB1 de Padroso	Padroso	1	1	5	5	5	24	20,8%
1706935	EB1 de Paradela	Paradela	1	4	12	3	12	96	12,5%
1706188	EB1 de Pitões das Júnias	Pitões das Júnias	1	1	6	6	6	24	25,0%
1706959	EB1 de Pondras	Pondras	1	1	2	2	2	24	8,3%
1706593	EB1 das Minas da Borralha	Salto	3	2	28	14	9	48	58,3%
1706405	EB1 de Pereira	Salto	1	1	4	4	4	24	16,7%
1706542	EB1 de Salto nº 2 (Corva)	Salto	1	1	5	5	5	24	20,8%
1706147	EB1 de Salto	Salto	3	4	38	10	13	96	39,6%
1706580	EB1 de Solveira	Solveira	1	3	2	1	2	72	2,8%
1706697	EB1 de Santo André	Stº André	1	1	6	6	6	24	25,0%
1706657	EB1 de Tourém	Tourém	1	1	6	6	6	24	25,0%
1706761	EB1 de Venda Nova	Venda Nova	1	1	9	9	9	24	37,5%
1706444	EB1 de Codeçoso	Venda Nova	2	1	5	5	3	24	20,8%
1706331	EB1 de Viade Nº2	Viade	1	1	18	18	18	24	75,0%
1706978	EB1 de Parafita	Viade de Baixo	2	1	4	4	2	24	16,7%
1706849	EB1 de Viade Nº 1	Viade de Baixo	1	1	11	11	11	24	45,8%
1706055	EB1 de Vila da Ponte	Vila da Ponte	1	2	14	7	14	24	29,2%
1706478	EB1 de Vilar de Perdizes	Vilar de Perdizes	1	2	11	6	11	48	22,9%
Total do concelho de Montalegre			52	50	458	9	9	1200	38,2%

Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às Escolas

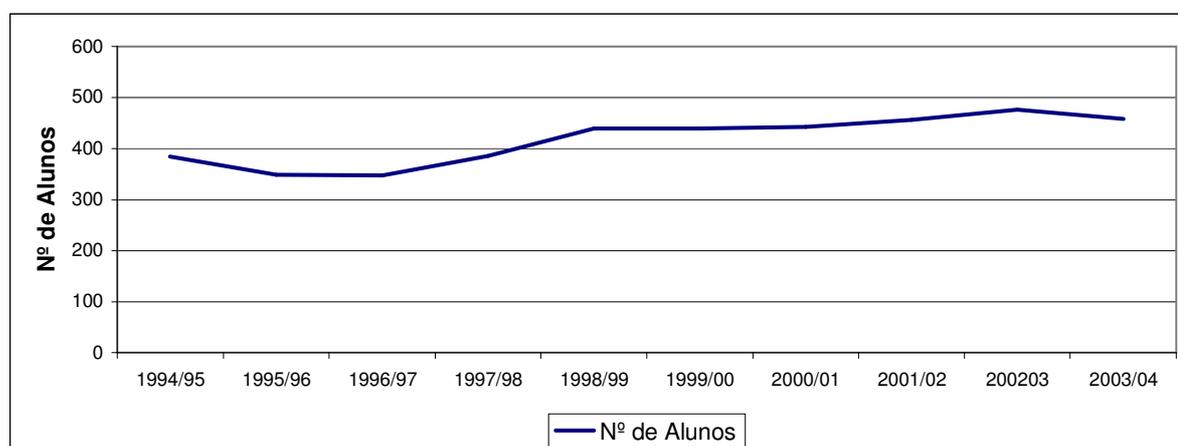
A rede de equipamentos de ensino do 1º ciclo em Montalegre é constituída por 32 escolas que acolhem um total de 458 alunos, o que representa uma média de cerca de 14 alunos por escola. Este valor ilustra bem o facto de que, na sua generalidade, as escolas deste concelho apresentam valores muito baixos de alunos por sala e por professor. Outro dado que confirma esta evidência é o valor das taxas de ocupação que são tipicamente muito baixas e, para a globalidade do concelho, se queda pelos 38%.

Analisando agora a Figura I.15, verifica-se que existe uma ténue tendência crescente no número de alunos inscritos no 1º ciclo, facto que não deixa de ser

surpreendente face às quebras populacionais verificadas no concelho. No entanto, verificam-se grandes disparidades quando são analisadas as escolas de uma forma isolada. Conforme o Quadro I.19, são observadas variações do número de alunos entre 1994 e 2003 que vão desde os -78% (escola do 1º ciclo de Solveira) até aos 150% (escola do 1º ciclo de Meixide). As maiores variações percentuais representam, na maior parte dos casos, estabelecimentos que no início do período em análise tinham muito poucos alunos, o que significa que mesmo para pequenas variações do número de matriculados, se verificarem grandes variações percentuais sem que tal possa ser considerado significativo na globalidade. A título de exemplo, refira-se o caso da EB1 de Meixide: no ano lectivo de 94/95, este estabelecimento apenas tinha 2 alunos matriculados; no ano de 2003/2004, apenas se verificou um aumento de 3 alunos que, comparado com as 2 inscrições de 94/95, representa o tal aumento de 150%. No entanto, esta variação vista numa perspectiva global de concelho, não tem qualquer significado dados os valores que estão em jogo (cerca de 450 alunos).

Figura I. 15 – Evolução do número de alunos no 1.º Ciclo

	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
Nº de Alunos	385	348	347	386	439	439	442	456	477	458



Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às Escolas

Quadro I. 19 – Evolução do número de alunos matriculados por estabelecimento de ensino do 1º ciclo

Código	Estabelecimento	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	Var. (94-04)
1706062	EB1 de Aldeia Nova	16	10	10	14	17	11	14	11	8	7	-56%
1706491	EB1 de Arcos	10	10	8	8	8	10	11	12	8	5	-50%
1706718	EB1 de Oriande	11	13	10	11	12	9	6	3	4	3	-73%
1706867	EB1 de Lamachã	7	5	7	7	7	6	7	6	6	8	14%
1706764	EB1 de Maixide	2	2	5	7	7	6	4	5	5	5	150%
1706001	EB1 Montalegre nº1	27	27	27	27	25	28	30	40	47	40	48%
1706774	EB1 nº2 de Montalegre	88	79	76	81	87	93	99	103	117	124	41%
1706805	EB1 de Outeiro	8	9	7	8	9	8	7	6	8	9	13%
1706368	EB1 de Padroso	5	3	4	6	6	5	5	3	4	5	0%
1706935	EB1 de Paracela	8	5	6	7	8	14	17	14	16	12	50%
1706552	EB1 de Pezazes	6	7	12	9	10	8	6	9	10	6	0%
1706978	EB1 de Parafita	11	12	11	10	8	7	6	6	4	4	-64%
1706188	EB1 de Pitões das Júnias	12	13	10	12	15	12	11	8	6	6	-50%
1706697	EB1 de Santo André	21	18	16	15	12	11	7	6	6	6	-71%
1706580	EB1 de Solveira	9	10	11	8	11	10	1	1	2	2	-78%
1706657	EB1 de Tourém	7	7	7	7	7	7	8	7	6	6	-14%
1706849	EB1 de Viade nº1	6	6	6	6	6	6	7	6	14	11	83%
1706331	EB1 de Viade nº2	20	15	13	16	11	9	15	18	18	18	-10%
1706478	EB1 de Vilar de Perdizes	12	12	12	12	12	11	11	14	13	11	-8%
1706825	EB1 de Fafião	11	9	7	10	7	9	9	8	7	4	-64%
1706593	EB1 das Minas da Borralha	45	41	36	33	36	35	34	35	29	28	-38%
1706405	EB1 de Pereira	3	3	3	3	3	5	6	5	5	4	33%
1706959	EB1 de Pondras	7	5	5	6	8	6	6	4	2	2	-71%
1706761	EB1 de Venda Nova	9	9	9	8	8	5	8	6	10	9	0%
1706444	EB1 de Codeço	7	8	6	5	5	3	3	3	1	5	-29%
1706055	EB1 de Vila da Ponte	6	6	6	6	6	6	8	9	16	14	133%
1706156	EB1 de Cabril	16	16	16	16	16	23	19	22	15	21	31%
1706985	EB1 de Covêlo do Gerês	15	15	16	17	17	17	14	12	13	15	0%
1706364	EB1 de Ferral	12	9	8	9	10	11	14	20	21	21	75%
1706392	EB1 de Vila Nova	11	12	12	12	13	10	10	6	5	4	-64%
1706542	EB1 de Salto nº2 (Conva)	8	8	6	6	6	7	6	4	6	5	-38%
1706147	EB1 de Salto	35	30	36	34	33	31	33	44	45	38	9%
Total do concelho		471	434	424	436	446	439	442	456	477	458	-3%

Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às Escolas

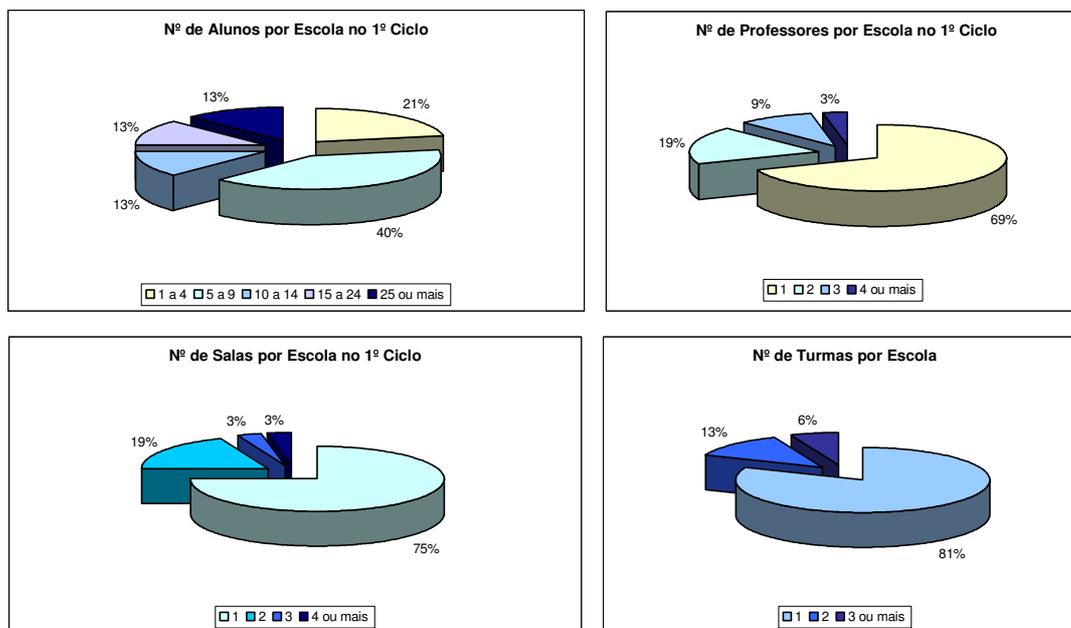
Na Figura I.16 estão representados valores do número de alunos, professores, salas e turmas nas escolas do 1º ciclo do Concelho de Montalegre no ano lectivo de 2003/2004. No que diz respeito ao número de alunos, é patente a grande percentagem de escolas (40%) com 5 a 9 alunos inscritos. Mais preocupante ainda é o facto de mais de 20% das escolas do Concelho terem menos de 4 alunos que, somado ao valor indicado anteriormente, indica que mais de 60% das escolas de Montalegre têm menos de 9 alunos inscritos. Relativamente ao número de professores, verifica-se que quase 70% das escolas contam com apenas um professor nos seus quadros, o que se justifica plenamente pelo reduzido número de alunos indicado anteriormente.

O terceiro gráfico da Figura I.16 ilustra o número de salas por cada escola. Mais uma vez, constata-se uma realidade semelhante à dos alunos e professores: a esmagadora maioria (75%) das escolas possui apenas uma sala de aula. Para terminar, dados os valores apresentados, não surpreende que 81% das escolas tenham apenas uma turma que, comparado com a percentagem de escolas que têm

menos de 25 alunos (87%) permite concluir que mesmo as escolas que têm duas ou mais turmas têm valores muito baixos em termos de alunos por turma.

Todos estes resultados apresentados tornam evidente a necessidade de intervir, tendo em vista a melhoria das condições pedagógicas e de sociabilização destas crianças e também como garantia de viabilidade do funcionamento dos próprios estabelecimentos. Nestes casos, é de encarar seriamente a possibilidade de integrar estas escolas em redes de maior dimensão, procurando desta forma melhorar as suas condições de funcionamento pedagógico e de desenvolvimento integral das crianças que as frequentam.

Figura I. 16 – Número de Alunos, Professores, Salas e Turmas nas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico no Ano Lectivo de 2003/04

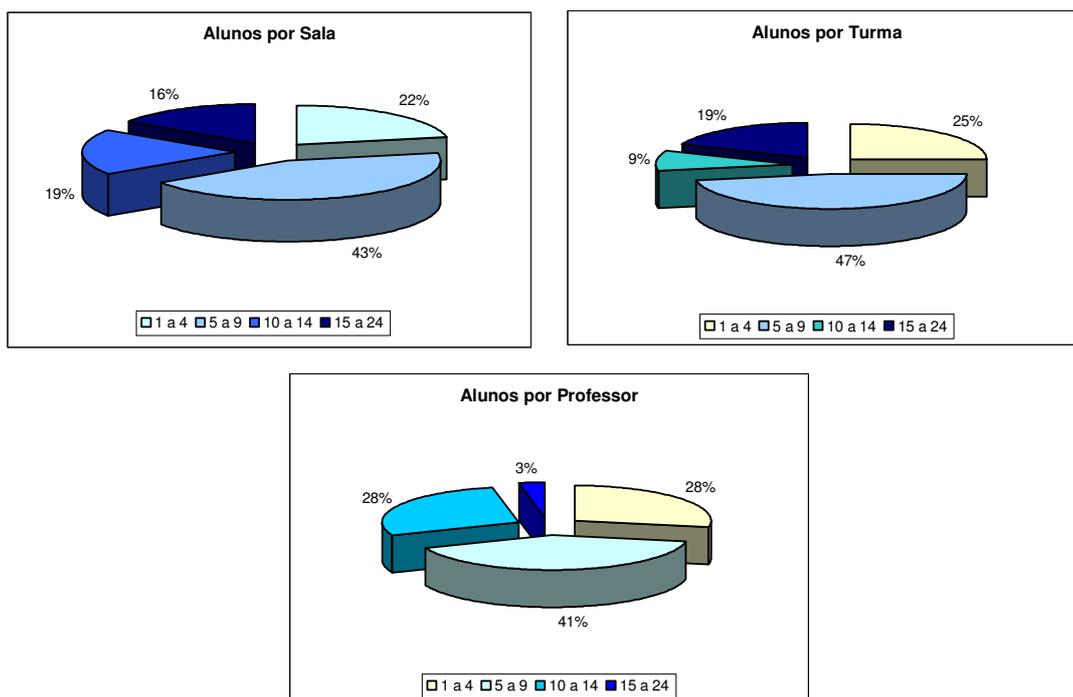


Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às Escolas

O cruzamento da informação que deu origem aos gráficos anteriores permitiu a obtenção da Figura I.17. Relativamente ao primeiro item, constata-se algo já referido anteriormente: mais de metade das escolas têm uma ocupação por sala inferior a 9 alunos. Por outro lado, apenas 16% dos estabelecimentos apresentam valores que se aproximam mais do que é recomendável. Observando agora o número de alunos por turma, não se verificam grandes diferenças relativamente ao item anterior: existe alguma semelhança sobretudo nas percentagens das classes que vão até aos 9 alunos. Finalmente, no terceiro gráfico estão representadas diferentes classes de rácios entre número de alunos e professores. Sem surpresas, as que representam a

maioria das escolas são as que incluem valores mais baixos. No entanto, verifica-se que as classes que compreendem valores entre 1 e 4 alunos por professor e entre os 10 e os 14 alunos por professor são iguais (28%). Uma vez mais, não são verificados valores acima dos 24 alunos.

Figura I. 17 – Número de Alunos por Sala, por Turma e por Professor nas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico no Ano Lectivo de 2003/04

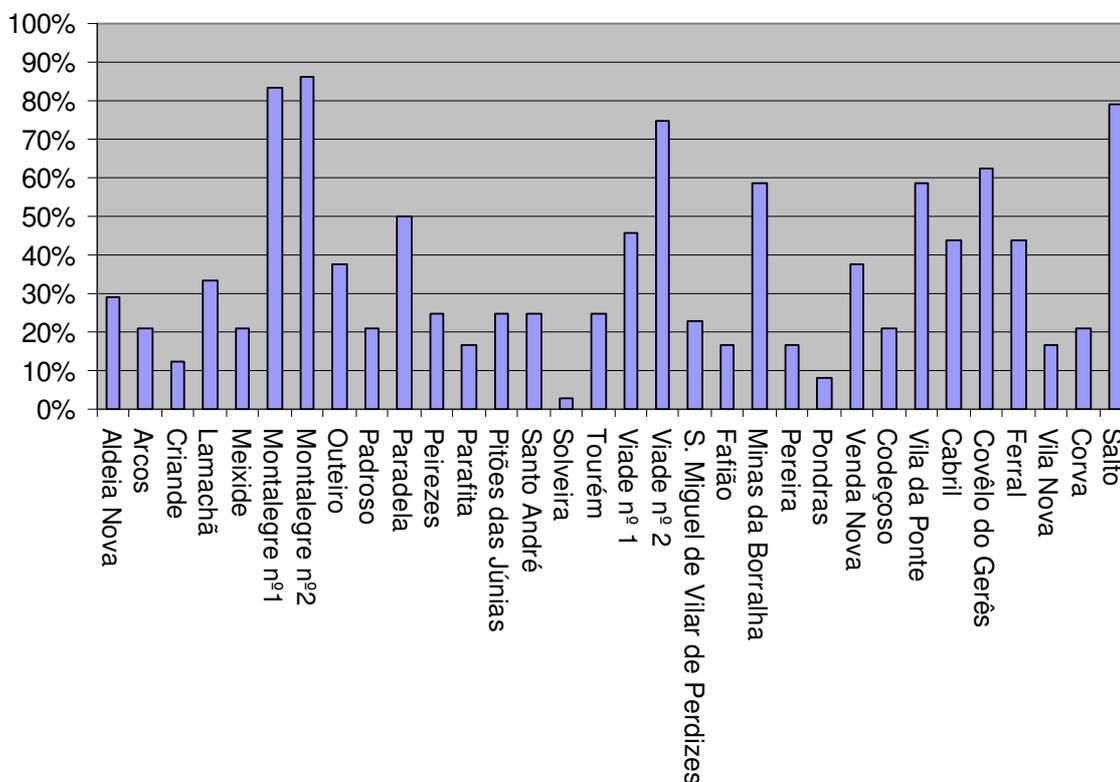


Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às Escolas

Na Figura I.18 estão ilustradas as taxas de ocupação de cada um dos equipamentos escolares do Concelho de Montalegre. Esta taxa obtém-se através da aplicação da expressão abaixo, considerando o pressuposto de que a capacidade por sala é de 24 alunos (valor recomendado):

$$Taxa_de_Ocupação = \frac{n^{\circ} \text{ alunos_existentes}}{N^{\circ}_de_salas \times Capacidade_por_sala}$$

Figura I. 18 – Taxa de Ocupação das Escolas do 1.º Ciclo (2003/04)



Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às Escolas

O primeiro aspecto que salta à vista é a grande proporção de escolas cujas taxas de ocupação rondam os 20%. As que apresentam maior ocupação (as duas de Montalegre, a de Salto e a n.º2 de Viade) têm valores aceitáveis, rondando os 80%. Ainda assim, existe um grande fosso entre estas e a larga maioria das escolas (cerca de 60% dos estabelecimentos apresentam taxas de ocupação inferiores a 30%).

No Quadro I.20, apresenta-se a taxa de cobertura da população em idade própria do 1º ciclo. Esta taxa representa a razão entre o número de alunos matriculados e a população residente em idade própria de frequência deste ciclo (crianças entre os 6 e os 9 anos de idade). Com o objectivo de tornar esta comparação mais fiável, calculou-se o valor médio de alunos matriculados nos anos lectivos 2000/01 e 2001/02, tendo-se utilizado os valores da população residente com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos que constam do Censo 2001.

Quadro I. 20 – Taxa de Cobertura da População em Idade Própria do 1º ciclo, por freguesia (2001)

Freguesia	População residente com 6 a 9 anos (2001)	Nº de Alunos Matriculados (Média de 00/01 e 01/02)	Taxa de Cobertura
Cabril	23	29	126%
Cambeses do Rio	1	0	0%
Cervos	13	12	88%
Chã	38	20	53%
Contim	1	0	0%
Covelães	4	0	0%
Covêlo do Gerês	8	13	163%
Donões	2	0	0%
Ferral	17	25	147%
Fervidelas	4	0	0%
Fiães do Rio	3	0	0%
Gralhas	3	0	0%
Meixedo	5	0	0%
Meixide	3	5	150%
Montalegre	80	136	170%
Morgade	1	5	450%
Mourilhe	2	0	0%
Negrões	5	7	130%
Outeiro	7	7	93%
Padornelos	2	0	0%
Padroso	5	4	80%
Paradela	9	16	172%
Pitões das Júnias	12	10	79%
Pondras	7	5	71%
Reigoso	3	0	0%
Salto	67	84	125%
Solveira	7	1	14%
Santo André	7	7	93%
Sarraquinhos	5	0	0%
Sezelhe	3	0	0%
Tourém	9	8	83%
Venda Nova	10	10	100%
Viade de Baixo	28	29	104%
Vila da Ponte	7	9	121%
São Miguel de Vilar de Perdizes	10	13	125%
Concelho de Montalegre	411	449	109%

Fontes: C.M.M. – Inquéritos realizados às Escolas; INE

Analisando agora os valores obtidos no Quadro I.20 verifica-se que, ao nível do Concelho de Montalegre, a taxa de cobertura apresenta um valor superior a 100%. Este facto pode ser explicado por dois factores:

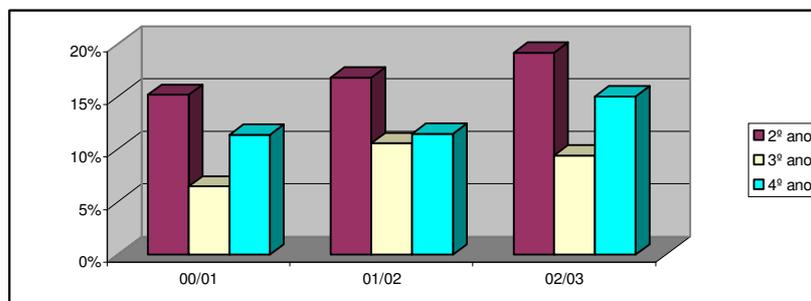
A existência de alguns alunos residentes no Concelho que têm mais de 9 anos de idade (por via das retenções);

Residentes em Concelhos vizinhos que frequentam escolas do 1º ciclo do concelho de Montalegre.

Refinando a análise para o nível das freguesias, verifica-se uma vez mais uma grande heterogeneidade. Importa referir que o valor verificado para a freguesia de Morgade (450%) não deverá ser olhado da mesma forma que os restantes dado que

a razão para a obtenção de tão elevada percentagem resulta do facto de que esta freguesia apenas tem um habitante recenseado neste estrato etário.

Figura I. 19 – Taxa de Retenção nas Escolas de 1.º Ciclo



Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às Escolas

Uma das razões apresentadas para o facto de que algumas taxas de cobertura terem valores superiores a 100% foi a retenção. Na Figura I.19, é apresentada a evolução das taxas de retenção para os 2º, 3º e 4º anos ao longo dos anos lectivos 2000/01, 2001/02 e 2002/03. O ano de escolaridade ficando mais alunos retidos foi sempre o 2º ano, sendo mais preocupante que a tendência é cada vez ficarem retidas maiores percentagens de alunos deste ano. No ano lectivo 2002/03, quase 20% dos alunos ficaram retidos, com a agravante de este valor não incluir ainda o abandono. Nos outros dois anos deste 1º ciclo, verifica-se também uma tendência crescente da taxas de retenção, apesar de mais ténue do que no caso anterior. Ainda assim, todos os valores apresentados merecem uma reflexão pois são, de facto, preocupantes.

Quadro I. 21 – Comparação das Taxas de Retenção no 1º Ciclo para o Concelho de Montalegre e Outros Concelhos da AMAT

1º Ciclo	Concelho de Montalegre				Concelho de Boticas	Concelho de Chaves	Concelho de Valpaços	Concelho de Vila Pouca de Aguiar	Concelho de Ribeira de Pena
	2000/01	2001/02	2002/03	Média	00/01 a 02/03	2001/02	00/01 a 02/03	00/01 a 02/03	00/01 a 02/03
2º ano	15,2%	16,8%	19,2%	17,1%	18,0%	8,0%	13,4%	14,4%	22%
3º ano	6,5%	10,6%	9,4%	8,8%	7,0%	7,0%	7,0%	6,8%	5%
4º ano	11,4%	11,5%	15,0%	12,6%	10,0%	8,0%	9,2%	8,8%	6%
Média	12,8%				11,7%	7,7%	9,9%	10,0%	11%

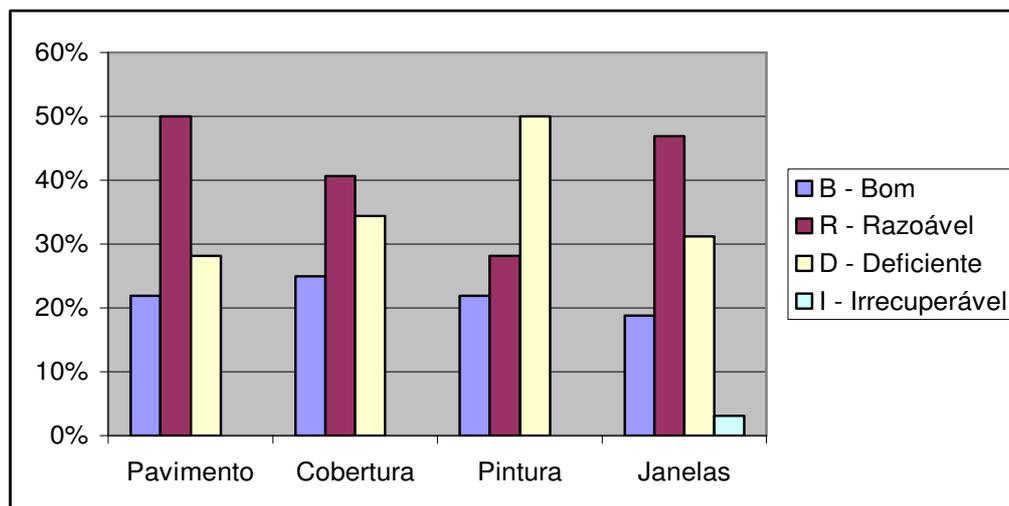
Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às Escolas

O Quadro I.21 apresenta a comparação das taxas de retenção em Montalegre com as de outros concelhos da AMAT, para os quais se dispõe desta informação.

Verifica-se, em termos globais, que Montalegre é o Concelho da AMAT com maior Taxa de Retenção no 1º Ciclo. De notar que apresenta os valores mais elevados de retenção de entre os concelhos da AMAT, para o 2º e 3º anos de escolaridade, verificando-se que no 2º ano, a Taxa de Retenção é apenas superada pelo concelho de Boticas.

Para terminar, analisou-se o estado de conservação dos edifícios dos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo existentes. Em primeiro lugar, apresenta-se na Figura I.20 o estado de conservação do edificado, nomeadamente ao nível dos pavimentos, cobertura, pintura e janelas. Os problemas mais graves verificam-se ao nível da pintura e das janelas. No primeiro caso, cerca de 50% dos estabelecimentos encontram-se num estado deficiente, mas recuperável. No caso das janelas, apesar de mais de metade das escolas se encontrarem em condições aceitáveis, existe um estabelecimento (EB1 nº1 do Ferral) em que o deficiente estado de conservação em que se encontram as janelas as torna irrecuperáveis. É ainda de referir que o facto de mais de 30% das escolas terem a sua cobertura em mau estado de conservação é também um resultado que deverá ser considerado.

Figura I. 20 – Estado de conservação dos Edifícios das Escolas Públicas com 1.º Ciclo



Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às Escolas

No Quadro I.22 é apresentada uma análise às infra-estruturas e equipamentos de apoio existentes nas escolas públicas do 1º ciclo do Concelho de Montalegre. Um dado importante (e negativo) está relacionado com a ausência de sala de informática e de campo de jogos em todos os estabelecimentos analisados. Outro aspecto

também relevante é a grande carência de equipamentos nas zonas de recreio. De facto, apesar de mais de 80% das escolas terem um recreio ao ar livre e cerca de 70% terem recreio em espaço coberto, a percentagem de escolas com equipamento lúdico (baloços) nas suas áreas de recreio é inferior a 5%. Verifica-se também uma enorme carência tanto ao nível das bibliotecas (apenas cerca de 5% das escolas têm uma) como das salas de ATL.

Quadro I. 22 – Equipamentos de Apoio às Escolas Públicas do 1.º Ciclo

Código	Estabelecimento	Sala de Informática	Salas ATL	Biblioteca	Outras Salas	Recreio Coberto	Recreio Descoberto	Baloços	Campo de Jogos
1706062	EB1 de Aldeia Nova	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
1706491	EB1 de Arcos	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
1706718	EB1 de Criande	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
1706867	EB1 de Lamachã	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
1706764	EB1 de Meixide	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
1706001	EB1 Montalegre nº1	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
1706774	EB1 Montalegre nº2	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
1706805	EB1 de Outeiro	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
1706368	EB1 de Padroso	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
1706935	EB1 de Paradela	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não
1706552	EB1 de Peirezes	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
1706978	EB1 de Parafita	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
1706188	EB1 de Pitões das Júnias	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
1706697	EB1 de Santo André	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
1706580	EB1 de Solveira	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
1706657	EB1 de Tourém	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
1706849	EB1 de Viade nº1	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
1706331	EB1 de Viade nº2	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
1706478	EB1 de Vilar de Perdizes	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
1706825	EB1 de Fafião	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
1706593	EB1 das Minas da Borralha	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
1706405	EB1 de Pereira	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
1706959	EB1 de Pondras	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
1706761	EB1 de Venda Nova	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
1706444	EB1 de Codeçoso	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
1706055	EB1 de Vila da Ponte	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
1706156	EB1 de Cabril	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
1706985	EB1 de Covêlo do Gerês	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
1706364	EB1 de Ferral	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
1706392	EB1 de Vila Nova	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
1706542	EB1 de Salto nº2 (Corva)	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
1706147	EB1 de Salto	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não

Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às Escolas

I.5. Ensino Básico 2º e 3º ciclos e Secundário

No concelho de Montalegre existem quatro escolas com 2º e 3º ciclos e Secundário, uma delas situada na sede de concelho e as restantes nas localidades de Venda Nova, Borralha e Sidrós. Deve salientar-se as escolas P. Minas da Borralha e Misarela COOP são de gestão privada.

I.5.1. Caracterização das escolas

O Quadro I.23 apresenta alguns indicadores que ajudam a caracterizar estas escolas do concelho de Montalegre. Consta-se que, no ano lectivo de 2003/04, a frequência dos alunos no 2º ciclo foi de 264 alunos (distribuídos por 12 turmas), no 3º ciclo de 450 alunos (distribuídos por 22 turmas) e no secundário de 320 alunos (distribuídos por 14 turmas). O rácio de alunos por turma em cada estabelecimento de ensino encontra-se no mesmo quadro.

O cálculo do rácio alunos por sala de aula foi efectuado com base no número total de alunos que frequenta cada escola sobre o número de salas de aula de cada escola, tendo sido obtidos, para 2003/04, os resultados apresentados no referido quadro. Destes resultados pode verificar-se que o número de alunos por sala de aula, é inferior a 24, excepto na escola ES/3 Dr. Bento da Cruz, que apresenta cerca de 27, sendo importante salientar que este indicador não atende à existência de outro tipo de salas e laboratórios.

No mesmo quadro, pode observar-se que o rácio de alunos por turma em cada escola, sendo a média do concelho, para esta tipologia de estabelecimentos de ensino, de 18,3 alunos por turma, fracamente abaixo dos limites máximos recomendáveis, embora com situações distintas nos diferentes estabelecimentos, como se analisará mais adiante.

Quadro I.23 – Número de Alunos/Sala, Alunos/Turma e Professores nas Escolas com 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Secundário, no ano lectivo de 2003/04

Código	Nome do Estabelecimento	Alunos Matriculados (2003/04)				Salas de Aula	Nº de Alunos / Nº de Salas	Nº de Turmas(2003/04)				Nº de Alunos / Turma				Professores com Funções Lectivas	Rácio Alunos / Professor
		2º Ciclo	3º Ciclo	Sec.	Total			2º Ciclo	3º Ciclo	Sec.	Total	2º Ciclo	3º Ciclo	Sec.	Total		
1706452	Escola ES/3 Dr. Bento da Cruz	145	280	210	635	23	27,6	6	12	9	27	24,17	23,3	23,3	23,5	77	8,2
1706541	EB 23/S Baixo Barroso	56	82	32	170	8	21,3	3	5	3	11	18,67	16,4	10,7	15,5	35	4,9
1706232	Escola P. Minas da Borralha	52	75	57	184	16	11,5	2	3	3	8	26	25	19,0	23,0	22	8,4
1706563	Misarela COOP	9	18	14	41	13	3,2	1	2	2	5	9	9,0	7,0	8,2	30	1,4
Total		262	455	313	1030	60	17,2	12	22	17	51	21,83	20,68	18,4	20,2	164	6,3

Fonte: C.M.M.. – Inquéritos realizados às Escolas

A taxa de ocupação de cada estabelecimento de ensino é obtida pela razão entre o número de alunos matriculados e a capacidade (Nº de turmas*24). A informação necessária para o cálculo desta taxa, bem como os resultados obtidos, encontram-se no Quadro I.24.

Quadro I. 24 – Taxa de Ocupação das escolas com 2º e 3º ciclos e Secundário no ano lectivo de 2003/04

Código	Nome	Capacidade		Nº de Turmas (2003/04)				Alunos Matriculados (2003/04)				Taxa de Ocupação = Alunos Matriculados/(Turmas*24)
		Turmas	Alunos (Turmas x 24)	2º Ciclo	3º Ciclo	Sec.	Total	2º Ciclo	3º Ciclo	Sec.	Total	
1706452	Escola ES/3 Dr. Bento da Cruz	23	552	6	12	9	27	145	280	210	635	115,0%
1706541	EB 23/S Baixo Barroso	16	384	3	5	3	11	56	82	32	170	44,3%
1706232	Escola P. Minas da Borralha	15	360	2	3	3	8	52	75	57	184	51,1%
1706563	Misarela COOP	13	312	1	2	2	5	9	18	14	41	13,1%
Total		67	1608	12	22	17	51	262	455	313	1030	64,1%

Fonte: C.M.M. / Inquéritos Realizados às Escolas

As taxas de ocupação obtidas para esta tipologia de estabelecimento de ensino, no concelho de Montalegre, mostram que três das quatro escolas (Escola EB 2,3/S Baixo Barroso, Escola P. Minas da Borralha e Escola Misarela COOP) têm um número de alunos inferior às respectivas capacidades, pelo que cada escola ainda poderá acolher um acréscimo significativo de matrículas sem exceder a capacidade máxima. No entanto, a Escola ES/3 Dr. Bento da Cruz apresenta uma taxa de ocupação de 115,8%, estando, assim, a funcionar acima da sua capacidade nominal recomendável. Sublinhe-se no entanto, que a capacidade (em turmas) indicada no inquérito desta escola (23 turmas) estará eventualmente subavaliada face às

características das instalações (com 23 salas de aula, a que acrescem laboratórios, salas de EV, EVT e de Informática, etc.).

1.5.1.1. Caracterização das Infra-estruturas e equipamentos de apoio

As infraestruturas da Escola ES/3 Dr. Bento da Cruz, construída e em funcionamento desde 1986, estão, de uma forma geral, em estado de conservação razoável, apesar de alguns problemas na pintura e nas janelas, tendo sofrido a última intervenção de conservação em 1998. Foi, no entanto, indicado que as casas de banho dos alunos necessitam de obras de conservação. A escola está apetrechada de um sistema de aquecimento razoável. Deve salientar-se ainda o facto das instalações deste estabelecimento não estarem preparadas para acolher cidadãos de mobilidade reduzida.

O edifício da Escola EB 2,3/S Baixo Barroso, construída e em funcionamento desde 1987, encontra-se num estado de conservação razoável/bom, tal como, globalmente, as restantes infraestruturas e equipamentos da escola. Como aspecto negativo, neste estabelecimento, aparece o seu sistema de aquecimento que se encontra em deficiente estado de conservação e, como aspecto positivo, o facto das suas instalações estarem preparadas para receber cidadãos de mobilidade reduzida.

A Escola P. Minas da Borralha encontra-se num bom estado de conservação, pois, apesar de ter sido construída em 1956, sofreu obras de adaptação em 1983 e mais recentemente, em 2002, obras de conservação, nomeadamente, a renovação da cobertura e pintura geral.

Finalmente, a Escola Misarela COOP, tal como o estabelecimento anterior, sofreu obras de conservação recentemente (2001) e, como tal as suas infraestruturas e equipamentos, encontram-se num bom estado de conservação.

No Quadro I.25 podem observar os recursos educativos destas escolas, podendo constatar-se que estão bem dotadas das várias infraestruturas e equipamentos necessários a uma boa qualidade de ensino, devendo ainda referir-se que o estado de conservação destas infraestruturas e equipamentos situa-se entre o bom e o razoável.

Quadro I.25 - Caracterização dos Recursos Educativos das Escolas EB2,3 e Secundárias de Montalegre

Nome do Estabelecimento	Salas de Aula	Salas de EV e EVT	Nº de Laboratórios	Salas de Informática	Biblioteca
Escola ES/3 Dr. Bento da Cruz	23	2	3	2	Sim
EB 23/S Baixo Barroso	8	1	0	1	Sim
Escola P. Minas da Borralha.	16	1	2	1	Sim
Misarela COOP	13	1	2	1	Sim
Nome do Estabelecimento	Auditório	Pav. Gimno-Desportivo	Campo de Jogos	Balneários	Refeitório
Escola ES/3 Dr. Bento da Cruz	Não	Sim	Não	Sim	Sim
EB 23/S Baixo Barroso	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Escola P. Minas da Borralha	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Misarela COOP	Não	Sim	Sim	Sim	Sim

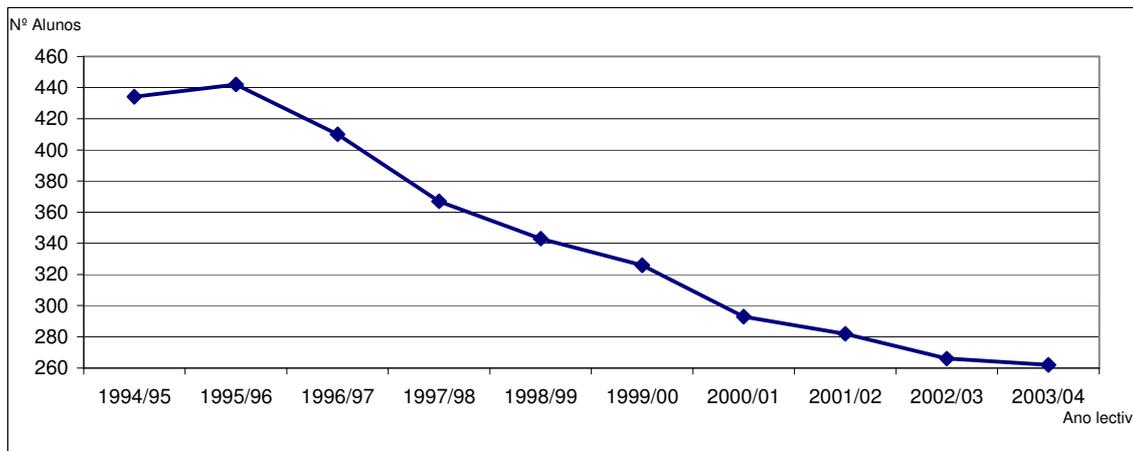
Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às Escolas

I.5.2. Ensino Básico – 2º Ciclo

No concelho de Montalegre, o 2º ciclo do Ensino Básico é ministrado na escola EB/2 de Montalegre, EB2,3/S Baixo Barroso, Escola Profissional Minas da Borralha e na Escola Misarela COOP. Da análise da Figura I.21, constata-se que a população escolar do 2º Ciclo tem vindo a diminuir ao longo dos anos, verificando-se um decréscimo acentuado entre 1995/96 e 2003/04, período em que a população escolar do 2º ciclo desceu cerca de 40%.

Figura I. 21 – Evolução do Número de Alunos Matriculados no 2.º Ciclo do Ensino Básico entre os Anos Lectivos de 1994/95 e 2003/04

Ano Lectivo	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
2º Ciclo	434	442	410	367	343	326	293	282	266	262

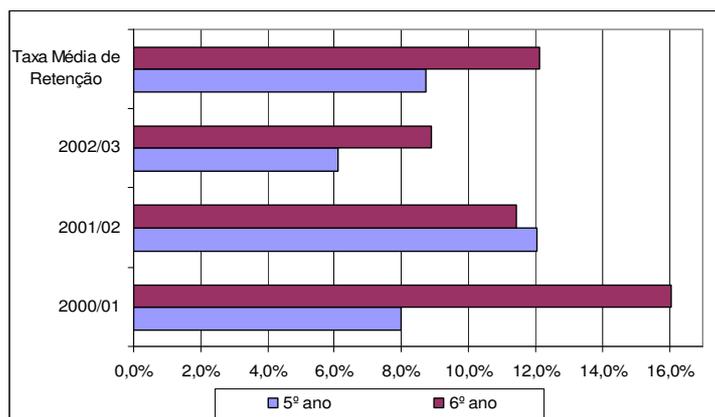


Fonte: C.M.M. / Inquéritos Realizados às Escolas

Em relação à taxa de retenção, representada na Figura I.22, verifica-se que, para o período de três anos lectivos entre 2000/01 e 2002/03, os valores de retenção para o

5º ano não mostram qualquer tendência, variando entre 6,1% (2002/3) e 12,1% (2000/1). Já para o 6º ano, a taxa de retenção apresenta uma tendência decrescente nestes três anos lectivos, apresentando um valor em 2002/03 (8,9%) que é quase metade do apresentado em 2000/01 (16,1%).

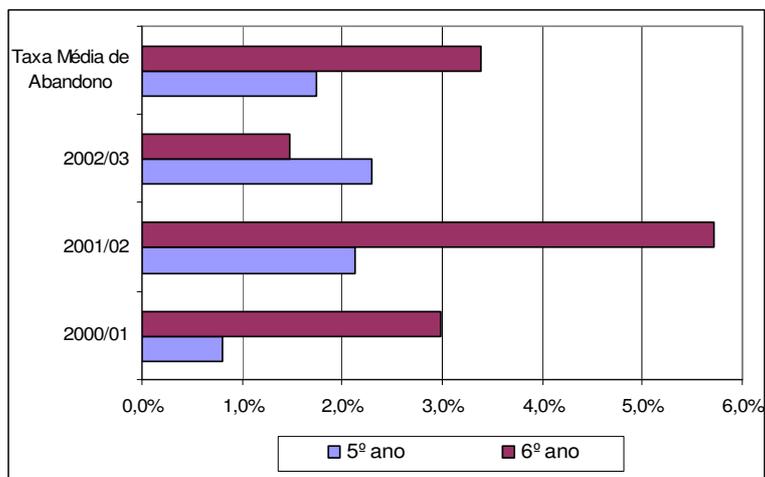
Figura I. 22 – Evolução da Taxa de Retenção do 2º Ciclo, por Ano de Escolaridade, desde 2000/01 até 2002/03 e respectiva Média



Fonte: C.M.M. / Inquéritos Realizados às Escolas

Na Figura I.23 apresenta-se a taxa de abandono para o 2º ciclo, entre os anos lectivos de 2000/01 e 2002/03 e respectiva média. Pode verificar-se que, para o 5º ano, a taxa de abandono, mostra uma tendência crescente durante os três anos, crescendo de 0,8% para 2,3%. No que respeita ao 6º ano, a taxa de abandono é, em média, mais elevada (3,4%) do que a do 5º ano (1,7%), destacando-se o valor da taxa em 2001/02, quando atingiu 5,7 pontos percentuais.

Figura I. 23 – Evolução da Taxa de Abandono do 2º Ciclo, por Ano de Escolaridade desde 2000/01 até 2002/03 e respectiva Média



Fonte: C.M.M. / Inquéritos Realizados às Escolas

No Quadro I.26 apresenta-se uma comparação das taxas de retenção e de abandono com as de outros concelhos da AMAT (para os quais há informação disponível), podendo observar-se que, para o município de Montalegre, a taxa combinada de retenção e abandono é, para o 5º ano, significativamente inferior à verificada nos restantes concelhos. Para o 6º ano a taxa combinada de retenção e abandono é a mais baixa de entre os concelhos da AMAT, e ligeiramente inferior à taxa verificada em Chaves, todos os outros concelhos assumem Taxas de Retenção significativamente mais elevadas. De notar ainda que no que diz respeito à taxa combinada de retenção e abandono média para este nível de ensino, o concelho de Montalegre apresenta o valor mais reduzido face aos restantes concelhos da AMAT.

Quadro I. 26 – Comparação da Taxa Média de retenção e Abandono com Outros Concelhos da AMAT

2º Ciclo	Concelho de Montalegre									Concelho de Botlicas	Concelho de Chaves	Concelho de Valpaços	Concelho de Vila Pouca de Aguiar	Concelho de Ribeira de Pena					
	Taxa de Retenção				Taxa de Abandono				Taxa de Retenção + Taxa de Abandono (Média 00/01 a 02/03)						Taxa de Retenção + Taxa de Abandono				
	2000/01	2001/02	2002/03	Taxa Média Retenção	2000/01	2001/02	2002/03	Taxa Média Abandono							00/01 a 02/03	2001/02	00/01 a 02/03	00/01 a 02/03	00/01 a 02/03
5º ano	8,0%	12,1%	6,1%	8,7%	0,8%	2,1%	2,3%	1,7%	10,5%	14,9%	13,2%	19,7%	24,1%	15,3%					
6º ano	16,1%	11,4%	8,9%	12,1%	3,0%	5,7%	1,5%	3,4%	15,5%	18,4%	15,9%	17,9%	23,6%	23,1%					
Média 2º Ciclo	12,0%	11,7%	7,5%	10,4%	1,9%	3,9%	1,9%	2,6%	13,0%	16,7%	14,6%	18,8%	23,8%	19,2%					

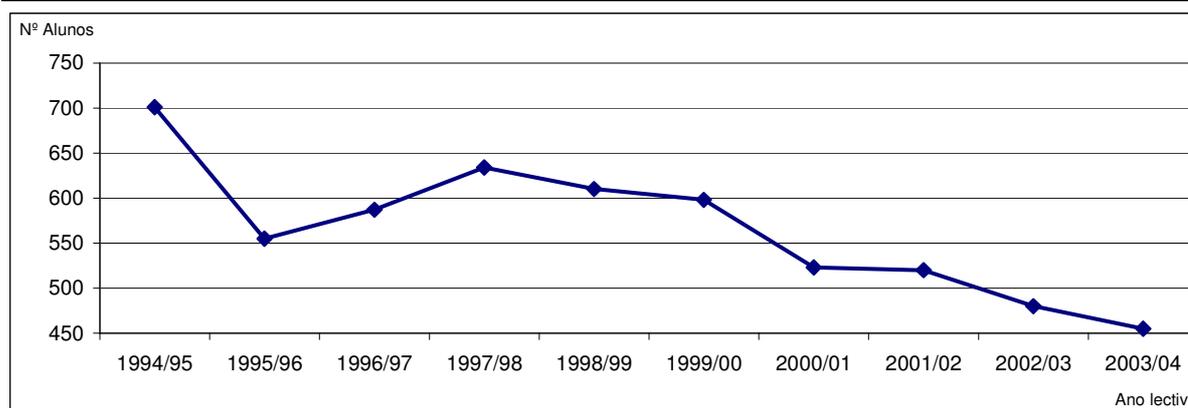
Fonte: C.M.M. / Inquéritos Realizados às Escolas

I.5.3. Ensino Básico – 3º Ciclo

Na Figura I.24 pode observar-se que no 3º ciclo se verifica uma perda de alunos no concelho de Montalegre, embora esta não seja tão acentuada como no 2º ciclo: a população escolar do 3º ciclo decresceu cerca 150 alunos entre 1994/95 e 1995/96, que traduz uma quebra de 21 pontos percentuais no número de matrículas. Apenas entre os anos lectivos de 1995/96 e 1997/98 se assistiu a uma ligeira inflexão na redução do número de alunos, mas desde então este número tem sofrido um decréscimo, até 2003/04. Assim, o concelho de Montalegre, na última década perdeu cerca de 250 alunos que frequentam o 3º ciclo, o que corresponde a uma perda de 35% do número de alunos em 1994/95.

Figura I. 24 – Evolução do Número de alunos Matriculados no 3º Ciclo do Ensino Básico entre os Anos Lectivos de 1994/95 e 2003/04

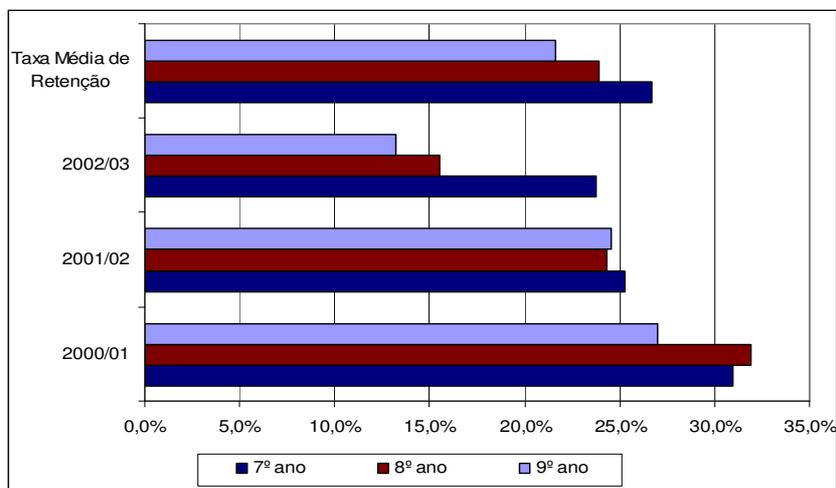
Ano Lectivo	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
3º Ciclo	701	555	587	634	610	598	523	520	480	455



Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às Escolas

Como se pode observar na Figura I.25, a taxa de retenção no 3º ciclo tem vindo a diminuir desde 2000/01, com maior ênfase no caso dos alunos matriculados no 8º e 9º ano de escolaridade, que tiveram uma variação de 16,4 e 13,8 pontos percentuais, respectivamente, de 2000/01 para 2002/03. A taxa de retenção do 7º ano apresenta uma menor oscilação (7,2%), e é o maior valor percentual (23,8%) quando comparada com as taxas do 8º e 9º anos (15,5 e 13,2%, respectivamente), em 2002/03.

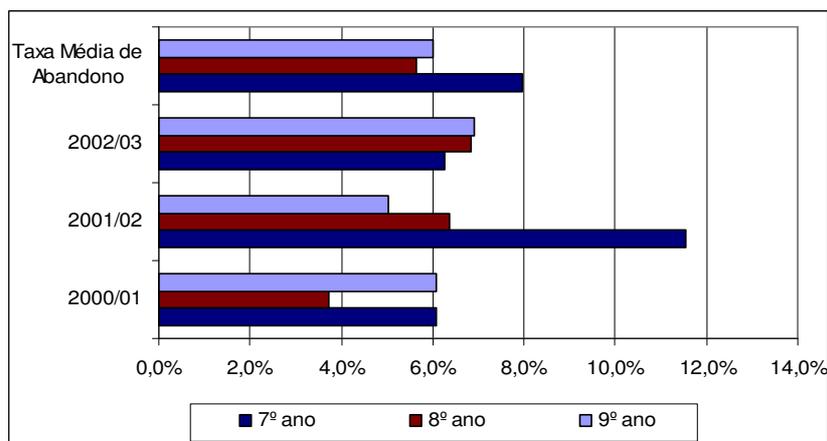
Figura I. 25 – Evolução da Taxa de Retenção do 3º Ciclo, por Ano de Escolaridade, desde 2000/01 até 2002/03 e respectiva Média



Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às Escolas

Analisando a Figura I.26, verifica-se a maior taxa de abandono no 3º ciclo se verificou entre os alunos do 7º ano e no ano lectivo de 2001/02 (11,5%), e a menor ocorreu no 8º ano, durante o ano lectivo de 2000/01 (3,7%). Da análise dos três anos de escolaridade deve assinalar-se que a taxa de abandono que mais cresceu, de 2000/01 para 2002/03, foi a do 8º ano (cresceu 3,1%), pois, apesar do 7º ano registar a mais alta taxa entre esses anos lectivos, apenas cresceu 0,2% quando se analisa apenas o crescimento entre os anos referidos.

Figura I. 26 – Evolução da Taxa de Abandono do 3º Ciclo, por Ano de Escolaridade desde 2000/01 até 2002/03 e respectiva Média



Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às Escolas

No Quadro I.27 apresenta-se a comparação, com os outros concelhos da AMAT já analisados e verificando-se que Montalegre tem valores medianos de taxa combinada de retenção e abandono face aos restantes concelhos da AMAT, para os três anos de escolaridade em análise, bem como para a Taxa média do 3º Ciclo.

Quadro I. 27 – Comparação da Taxa Média de Retenção e Abandono com Outros Concelhos da AMAT

3º Ciclo	Concelho de Montalegre									Concelho de Botiças	Concelho de Chaves	Concelho de Valpaços	Concelho de Vila Pouca de Aguiar	Concelho de Ribeira de Pena					
	Taxa de Retenção				Taxa de Abandono				Taxa de Retenção + Taxa de Abandono (Média 00/01 a 02/03)						Taxa de Retenção + Taxa de Abandono				
	2000/01	2001/02	2002/03	Tx Média Retenção	2000/01	2001/02	2002/03	Tx Média Abandono							00/01 a 02/03	2001/02	00/01 a 02/03	00/01 a 02/03	00/01 a 02/03
7º ano	30,9%	25,3%	23,8%	26,7%	6,1%	11,5%	6,3%	8,0%	34,6%	35,0%	22,8%	26,9%	26,9%	37,7%					
8º ano	31,9%	24,3%	15,5%	23,9%	3,7%	6,4%	6,8%	5,6%	29,5%	30,8%	21,8%	17,1%	23,6%	35,9%					
9º ano	27,0%	24,5%	13,2%	21,6%	6,1%	5,0%	6,9%	6,0%	27,6%	29,5%	16,0%	24,0%	16,2%	32,1%					
Média 3º Ciclo	30,0%	24,7%	17,5%	24,0%	5,3%	7,6%	6,7%	6,5%	30,6%	31,8%	16,8%	20,1%	22,2%	35,2%					

Fonte: C.M.M. / Inquéritos Realizados às Escolas

I.5.4. Ensino Secundário

O ensino Secundário de uma região deve ser organizado de forma a oferecer a maior diversidade possível de cursos, tendo em conta os interesses regionais e locais.

Esta tipologia de ensino constitui um ciclo de estudos com características próprias, integrando percursos orientados para o prosseguimento de estudos no ensino superior e outros mais vocacionados para a integração no mercado de trabalho. Relativamente a estes últimos, o ensino secundário prepara técnicos intermédios, habilitados com uma qualificação profissional de nível 3, que poderão exercer a sua actividade profissional de forma autónoma e com responsabilidades de enquadramento e coordenação.

Ao nível do ensino secundário existe uma diversidade de cursos que, dando resposta às diferentes expectativas e necessidades das populações, orientam-se segundo duas vertentes:

Cursos Predominantemente Orientados para o Prosseguimento de Estudos (CSPOPE) ou Cursos Gerais, os quais proporcionam uma formação de base no respectivo domínio de conhecimento e visam, prioritariamente, o acesso ao ensino

superior. Estes cursos têm a duração de 3 anos lectivos, correspondentes aos 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade.

Os Cursos Tecnológicos Predominantemente Orientados para a Vida Activa (CSPOVA) ou Cursos Tecnológicos, dada a sua natureza técnica e tecnológica, proporcionam a aprendizagem de competências profissionalmente qualificantes e visam, prioritariamente, o ingresso no mercado de trabalho, permitindo também o prosseguimento de estudos no ensino superior.

As exigências pedagógicas em termos de instalações, material didáctico e recursos humanos, aconselham a criação destas escolas em centros que, pela sua acessibilidade e áreas de irradiação, permitam uma abrangência maior da população a escolarizar e a fixação de uma corpo docente especializado.

No concelho de Montalegre existem quatro escolas com ensino secundário, sendo de referir que duas delas são de natureza privada. Note-se que as escolas secundárias existentes, não garantem todas o mesmo tipo de ofertas: três oferecem Cursos Predominantemente Orientados para o Prosseguimento de Estudos e uma Cursos Tecnológicos Predominantemente Orientados para a Vida Activa (ver Quadro I.28).

No Quadro I.28 apresentam-se os cursos ministrados ao nível do ensino secundário, no concelho de Montalegre, verificando-se que a oferta do concelho a este nível privilegia Cursos Predominantemente Orientados para o Prosseguimento de estudos (CSPOPE), com um total de 256 alunos, ministrados em três escolas, garantindo também oferta ao nível de Cursos Tecnológicos Predominantemente Orientados para a Vida Activa (CSPOVA), com 57 alunos, a frequentar uma só escola do Concelho.

Quadro I. 28 – Cursos Ministrados no Ensino Secundário e respectivos alunos no Ano Lectivo de 2003/2004

Escola	Modalidade	CSPOPE (1)				CSPOVA (2)				Total de Alunos
		Nº de Alunos				Nº de Alunos				
		10º Ano	11º Ano	12º Ano	Total	10º Ano	11º Ano	12º Ano	Total	
Escola ES/3 Dr. Bento da Cruz	Público	90	62	58	210	0	-	-	0	210
EB 23/S Baixo Barroso	Público	13	6	13	32	-	-	-	0	32
Escola P. Minas da Borralhe	Privado	-	-	-	0	24	15	18	57	57
Misarela COOP	Privado	0	8	6	14	-	-	-	0	14

– Cursos Secundários Predominantemente Orientados para o Prosseguimento de Estudos

– Cursos Secundários Predominantemente Orientados para a Vida Activa

Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às Escolas

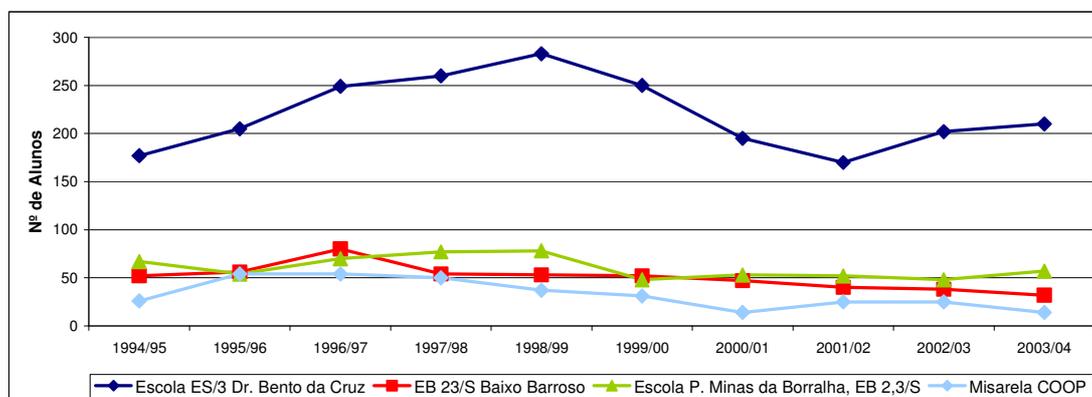
As escolas do município de Montalegre acolhem 313 alunos de Secundário, que se traduz num número de alunos inferior do que os que frequentam o 3º Ciclo (455 alunos), levando a pressupor que tal se deve ao facto de o Ensino Secundário não ser ainda obrigatório, levando ao não prosseguimento de estudos após a conclusão do ensino obrigatório por parte de muitos jovens, em prol da procura de um emprego e consequente inserção no mercado de trabalho.

No Quadro I.29 apresenta-se a evolução dos alunos matriculados no ensino secundário nos últimos dez anos lectivos, podendo constatar-se que existe uma notória diferença entre o número de alunos matriculados na Escola ES/3 Dr. Bento da Cruz e os matriculados nas outras escolas secundárias do concelho de Montalegre. Verifica-se que esta última escola é a que apresenta um maior número de alunos matriculados no ensino secundário, em todos os anos lectivos, sendo que as restantes escolas apresentam valores muito similares entre si.

É ainda de notar que, desde o ano lectivo de 2001/02, se constata um significativo incremento no número de alunos matriculados neste nível de ensino.

Quadro I. 29 – Evolução dos Alunos Matriculados no Ensino Secundário entre os Anos Lectivos de 1994/95 e 2003/04

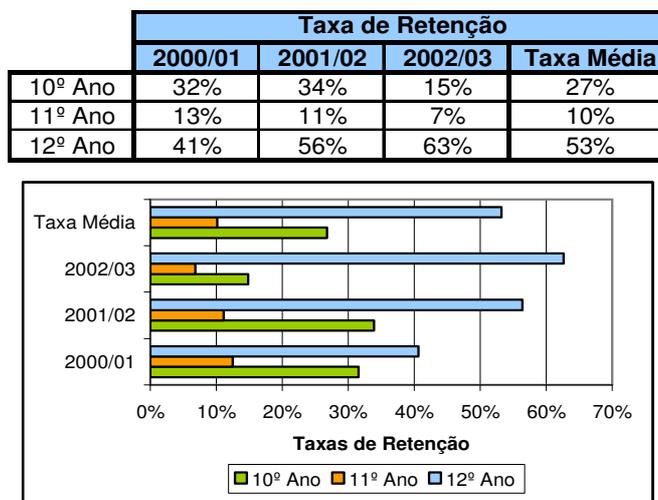
Estabelecimento	Gestão	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
Escola ES/3 Dr. Bento da Cruz	Público	177	205	249	260	283	250	195	170	202	210
EB 23/S Baixo Barroso	Público	52	56	80	54	53	52	47	40	38	32
Escola P. Minas da Borralha, EB 2,3/S	Privado	67	54	70	77	78	48	53	52	48	57
Misarela COOP	Privado	26	54	54	50	37	31	14	25	25	14
Total	-	322	369	453	441	451	381	309	287	313	313



Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às Escolas

A taxa de retenção no Ensino Secundário apresenta-se na Figura I.27, pode constatar-se que o 10º ano apresenta Taxas de Retenção significativamente elevadas, bem como o 12º ano, para o qual a Taxa de Retenção Média é muito elevada (53%). Note-se que as Taxas de Retenção aumentaram entre os anos lectivos de 2000/01 e 2002/03, no 10º e 12º anos de escolaridade, contrariamente ao que acontece com o 11º ano, onde as Taxas de Retenção diminuem.

Figura I. 27 – Evolução da Taxa de Retenção do Secundário, por Ano de Escolaridade, desde 2000/01 até 2002/03 e respectiva Média

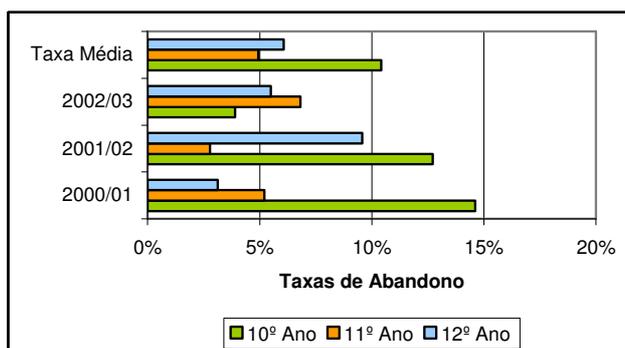


Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às Escolas

Na Figura I.28 apresentam-se as Taxas de Abandono no Ensino Secundário, verificando-se que a maior parte dos abandonos toma lugar logo no primeiro ano do Secundário, sendo ainda de mencionar que as Taxas de Abandono no 10º ano diminuiriam significativamente de 2000/01 até 2002/03.

Figura I. 28 – Evolução da Taxa de Abandono do Secundário, por Ano de Escolaridade desde 2000/01 até 2002/03 e respectiva Média

	Taxa de Abandono			
	2000/01	2001/02	2002/03	Taxa Média
10º Ano	15%	13%	4%	10%
11º Ano	5%	3%	7%	5%
12º Ano	3%	10%	5%	6%



Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às Escolas

No Quadro I.30 apresentam-se os valores da Taxa Média de Retenção e Abandono de outros concelhos da AMAT, para os quais se dispõe desta informação, a fim de preceder a uma comparação entre os mesmos e os valores registados no concelho de Montalegre. Pode concluir-se que a Taxa combinada de Retenção e Abandono no concelho de Montalegre é, de uma forma geral, superior à dos restantes concelhos analisados, sendo de sublinhar que é mais do dobro da de Chaves. É ainda de referir que Montalegre apresenta valores preocupantemente elevados para a Taxa de Retenção Média nos três anos de escolaridade do ensino secundário, particularmente para o 12º ano em que o insucesso atinge os 59%.

Quadro I. 30 – Comparação da Taxa Combinada de Retenção e Abandono no Ensino Secundário, com Outros Concelhos da AMAT

Secundário	Concelho de Montalegre									Concelho de Botlicas	Concelho de Chaves	Concelho de Vila Pouca de Aguiar	Concelho de Ribeira de Pena
	Taxa de Retenção				Taxa de Abandono				Taxa de Retenção + Taxa de Abandono (Média 00/01 a 02/03)				
	2000/01	2001/02	2002/03	Taxa Retenção Média	2000/01	2001/02	2002/03	Taxa Abandono Média					
	00/01 a 02/03	2000/01	00/01 a 02/03	00/01 a 02/03									
10º Ano	32%	34%	15%	27%	15%	13%	4%	10%	37%	13,5%	14,9%	37,9%	48,5%
11º Ano	13%	11%	7%	10%	5%	3%	7%	5%	15%	13,3%	10,7%	13,9%	19,3%
12º Ano	41%	56%	63%	53%	3%	10%	5%	6%	59%	26,7%	16,9%	49,7%	42,5%
Média Secundário	28%	34%	28%	30%	8%	8%	5%	7%	37%	17,8%	14,2%	33,8%	36,8%

Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às Escolas

I.6. Ensino Recorrente, Educação Extra-Escolar e Ensino Especial

O concelho de Montalegre não tem, actualmente, oferta ao nível da Educação Extra-Escolar ou do Ensino Especial.

O Ensino Recorrente define-se como um subsistema destinado a um público específico, pretendendo garantir o acesso à Educação a todos os cidadãos, sendo este um direito previsto e consignado na Constituição da República Portuguesa. Este corresponde a um dos tipos de respostas institucionais de formação para adultos, garantida pelo sistema de ensino.

O Ensino Recorrente enquanto “modalidade especial de educação especial”, destina-se aos indivíduos que ultrapassem a idade normal de frequência dos ensinos básicos e secundário sem o(s) haverem frequentado, ou que o fizeram sem sucesso (ao nível do ensino básico a partir dos 15 anos e ao nível do secundário a partir dos 18 anos).

Os cursos de ensino recorrente, ao nível do ensino básico, organizam-se em três ciclos que visam:

A eliminação/redução do analfabetismo (1.º Ciclo);

Proporcionar a obtenção da escolaridade obrigatória e a preparação para o prosseguimento de estudos para além do ensino básico (3.º Ciclo);

Desenvolvimento de competências profissionais, para além de proporcionar formação sócio – cultural para uma melhor inserção social (2º e 3º ciclos).

No ano lectivo de 2003/2004, o Ensino Recorrente no concelho de Montalegre foi ministrado apenas nas escolas ES/3 Dr. Bento da Cruz e Misarela COOP, tendo sido frequentado por um total de 85 alunos do 3º ciclo do Ensino Básico e Secundário.

No Quadro I.31 apresenta-se a repartição, por nível de ensino e por estabelecimento de ensino, do número de alunos que frequentam os Ensino Recorrente.

Quadro I. 31 – Número de alunos do Ensino Recorrente, por estabelecimento de ensino e por nível de ensino, no concelho de Montalegre (2003/2004)

Código DAPP	Nome do Estabelecimento	Ensino Recorrente		
		3º Ciclo	Secundário	Total
1706452	Escola ES/3 Dr. Bento da Cruz	21	37	58
1706563	Misarela COOP	7	20	27
Total		28	57	85

Fonte: C.M.M. – Inquéritos realizados às Escolas

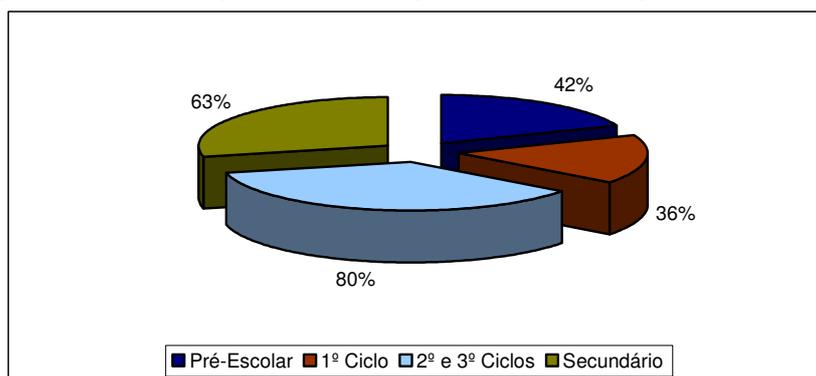
Deve ainda referir-se que no Concelho de Montalegre não se verifica a existência de oferta ao nível do Ensino Recorrente para o 1º e 2º Ciclos.

I.7. Transporte Escolar

A Figura I.29 ilustra o número de alunos que beneficiam de transporte escolar (1040 alunos) por nível de ensino, face ao número de alunos matriculados no ano lectivo 2003/2004, por nível de ensino.

Figura I. 29 – Alunos que beneficiam de Transporte Escolar por Nível de Ensino

Níveis de Ensino	Nº Alunos Matriculados (2003/2004)	Alunos com Transporte Escolar	
		Número	%
Pré-Escolar	261	109	42%
1º Ciclo	458	163	36%
2º e 3º Ciclos	717	572	80%
Secundário	313	196	63%
Total	1749	1040	59%



Fonte: C.M.M.

Relativamente aos dados apresentados sobre número de alunos que beneficiam de transporte escolar, é de salientar que é nos 2º e 3º ciclos que os alunos mais beneficiam deste transporte (80%) e os do Pré-escolar e 1º ciclo os que menos usufruem (36 e 37%, respectivamente). Assim, cerca de 58% da população matriculada no ano lectivo 2003/4 beneficiou de transporte escolar, o que representa um esforço significativo da Autarquia.

No Quadro I.32 apresenta-se o número de alunos que beneficiam de transporte escolar por nível de ensino e por estabelecimento de ensino, valores estes apurados com base nos inquéritos às escolas, sendo de referir que são constatáveis diferenças significativas relativamente aos números globais constantes na Figura I.29 (fornecidos directamente pela C.M.M.).

Quadro I.32 – Escolas de destino e número de alunos que beneficiam do transporte escolar

	Código	Nome do Estabelecimento	N.º Alunos Matriculados (2003/2004)	N.º Alunos que beneficiam de transporte escolar	
				N.º	%
Pré-escolar	1706163	Infantário Santa Casa da Misericórdia de Montalegre	25	0	0%
	1706300	Jardim de Infância de Vila da Ponte	6	2	33%
	1706358	Jardim de Infância de Cabril	14	6	43%
	1706991	Jardim de Infância de Salto	35	16	46%
	1706482	Jardim de Infância de Vilar de Perdizes	14	0	0%
	1706989	Jardim de Infância de Paradela	13	10	77%
	1706237	Jardim de Infância de Montalegre nº1	41	0	0%
	1706627	Jardim de Infância de Criande	5	2	40%
	1706146	Jardim de Infância de Aldeia Nova	6	0	0%
	1706096	Jardim de Infância de Santo André	8	0	0%
	1706402	Jardim de Infância de Pisões	20	13	65%
	1706020	Jardim de Infância de Tourém	5	3	60%
	1706167	Jardim de Infância nº2 Montalegre	46	0	0%
1706998	Jardim de Infância da Borralha	23	0	0%	
1º Ciclo	1706062	EB1 de Aldeia Nova	7	0	0%
	1706491	EB1 de Arcos	5	4	80%
	1706718	EB1 de Criande	3	1	33%
	1706867	EB1 de Lamachã	8	0	0%
	1706764	EB1 de Meixide	5	0	0%
	1706001	EB1 Montalegre Nº 1	40	0	0%
	1706774	EB1 nº 2 Montalegre	124	74	60%
	1706805	EB1 de Outeiro	9	5	56%
	1706368	EB1 de Padroso	5	0	0%
	1706935	EB1 de Paradela	12	10	83%
	1706552	EB1 de Peirezes	6	0	0%
	1706978	EB1 de Parafita	4	0	0%
	1706188	EB1 de Pitões das Júnias	6	0	0%
	1706697	EB1 de Santo André	6	0	0%
	1706580	EB1 de Solveira	2	0	0%
	1706657	EB1 de Tourém	6	0	0%
	1706849	EB1 de Viade nº 1	11	5	45%
	1706331	EB1 de Viade nº2	18	15	83%
	1706478	EB1 de Vilar de Perdizes	11	0	0%
	1706825	EB1 de Fafião	4	0	0%
	1706593	EB1 das Minas da Borralha	28	5	18%
	1706405	EB1 de Pereira	4	0	0%
	1706959	EB1 de Pondras	2	0	0%
	1706761	EB1 de Venda Nova	9	0	0%
	1706444	EB1 de Codeçoso	5	0	0%
	1706055	EB1 de Vila da Ponte	14	9	64%
	1706156	EB1 de Cabril	21	11	52%
	1706985	EB1 de Covêlo do Gerês	15	8	53%
	1706364	EB1 de Ferral	21	20	95%
	1706392	EB1 de Vila Nova	4	0	0%
1706542	EB1 de Salto nº 2 (Corva)	5	0	0%	
1706147	EB1 de Salto	38	12	32%	
2º, 3º ciclos e Secundário	1706452	Escola ES/3 Dr. Bento da Cruz	635	0	0%
	1706541	EB 2,3/S Baixo Barroso	170	160	94%
	1706232	Escola P. Minas da Borralha	184	125	68%
	1706563	Misarela COOP	41	27	66%

Fonte: C.M.M. / Inquéritos às Escolas

Analisando o mesmo quadro, pode observar-se que os estabelecimentos de ensino com maior percentagem dos seus alunos a beneficiar de transporte escolar, por nível de ensino (Pré-escolar, 1º, 2º, 3º Ciclos e Secundário), são, respectivamente, o

Jardim de Infância de Paradela (77%), a EB1 de Ferral (95%) e a EB 2,3/S Baixo Barroso (94%), realçando-se o facto de nestes dois últimos estabelecimentos quase todos os alunos matriculados beneficiarem de transporte escolar.

I.8. Síntese Conclusiva

Da caracterização atrás apresentada resultam os seguintes elementos de diagnóstico sintético centrado nas principais debilidades identificadas e para as quais importa, na fase subsequente do trabalho, encontrar soluções adequadas que permitam a sua superação.

Da análise comparativa baseada numa bateria de indicadores de desempenho apresentada no Capítulo 1 da Parte I conclui-se que o desempenho do sistema educativo do concelho de Montalegre se compara desfavoravelmente com as médias nacionais mas ainda assim de um modo genericamente favorável relativamente à maioria dos concelhos que integram a AMAT. Comparativamente com as médias nacionais, refira-se nomeadamente:

Altas Taxas de Abandono de Retenção no Ensino Básico;

Taxas de Saída Antecipada e de Saída Precoce elevadas, de que resultam nomeadamente baixos níveis de qualificação académica da população residente no concelho, o qual apresenta também a segunda mais alta Taxa de Analfabetismo da AMAT (apenas suplantado por Boticas) e cerca de 14 pontos percentuais acima da média nacional.

Baixas Taxas de Escolarização (ver Capítulo 1 da Parte I) sobretudo para as idades próprias de Pré-escolar (3-5 anos) e de Ensino Secundário (15-17 anos), sendo de sublinhar que para a faixa etária dos 6 aos 14 anos (corresponde às idades próprias de frequência do Ensino Básico) a Taxa de Escolarização Global não ultrapassa os 95%, valor relativamente baixo atendendo a que se trata de idades abrangidas pela escolaridade obrigatória.

A rede de educação pré-escolar abarca apenas 11 das 35 freguesias do concelho, com uma taxa de cobertura global da ordem dos 63%. Convém, no entanto, sublinhar que o número de crianças na faixa etária 3 - 5 anos nas freguesias não servidas por este tipo de oferta é muito reduzido (tendo como base os apuramentos do Censo de 2001), o que obviamente dificulta a implantação de uma cobertura geográfica mais abrangente. Adicionalmente, os estabelecimentos existentes não têm a sua capacidade esgotada, o que poderá ser um indício que a oferta existente dá cobertura integral à procura gerada, pelo menos nos locais onde essa oferta está

implantada. O número de crianças que tem frequentado o Pré-Escolar tem vindo a crescer nos últimos anos, e todos os Jardins de Infância existentes são de pequena dimensão, não apresentam deficiências sérias em termos de estado de conservação, embora estejam tipicamente mal dotados de infra-estruturas e equipamentos.

Relativamente ao 1º ciclo do Ensino Básico é de sublinhar o seguinte:

A rede de escolas abrange 22 das 35 freguesias do concelho, proporcionado uma “oferta de proximidade” que pode ser apontada como factor positivo.

No entanto, a dispersão desta rede de escolas, conjugada com a rarefacção da população residente, conduz a números muito reduzidos de alunos na esmagadora maioria dos estabelecimentos de 1º ciclo que são tipicamente de muito pequena dimensão e estão mal dotados de infra-estruturas e equipamentos.

Para além da clara sub-utilização de recursos (instalações e professores), a situação actual não propicia a criação de melhores condições pedagógicas, de sociabilização e de desenvolvimento integral das crianças que frequentam estas escolas.

As projecções demográficas apresentadas na Parte II não apontam no sentido da superação desta situação por via do aumento da procura deste nível de ensino. Julga-se, deste modo, que se impõe um reordenamento da rede escolar de 1º ciclo que, para além de permitir uma maior racionalização da utilização dos recursos educativos, suporte uma estratégia de superação de isolamento dos alunos e professores e o reforço da capacidade pedagógica e elevação da oferta educativa, tendo em vista a formação integral e o combate ao insucesso e abandono escolar e à exclusão social. Este reordenamento deve apoiar-se (e, simultaneamente, servir de suporte) nos vectores estratégicos de desenvolvimento do concelho adoptados pela Câmara Municipal de Montalegre e vertidos em sede de revisão do Plano Director Municipal e/ou outros planos de desenvolvimento à escala municipal ou regional.

Ao nível do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, as quatro escolas com este tipo de oferta (duas públicas e duas privadas) têm globalmente capacidade excedentária relativamente à procura de ensino do concelho, muito embora a escola da sede de concelho (ES/3 Dr. Bento Cruz) tenha a sua capacidade esgotada. Todas estas escolas apresentam estado de conservação razoável a bom e estão razoavelmente

dotadas de infra-estruturas e equipamentos. O número de alunos no 2º e 3º ciclos tem vindo a diminuir significativamente nos últimos anos.

O Ensino Secundário é oferecido nas mesmas escolas em que funcionam os 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, estando uma das escolas privadas (E.P. Minas da Borralha) dedicada apenas a cursos predominantemente orientados para a vida activa (CSPOVA) e duas das outras escolas apresentam um número muito reduzido de alunos, pelo que apenas na escola secundária da sede de concelho se verifica um número significativo de alunos, estando a sua capacidade esgotada. Esta é uma situação que, conjugada com as baixas taxas de escolarização para os 15-17 anos, levanta dificuldades óbvias à implementação do alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos, conforme previsto no Programa do Governo e para qual importa encontrar respostas adequadas nas fases subsequentes deste trabalho.

Finalmente, não é por demais sublinhar o esforço notável da Câmara Municipal de Montalegre ao nível da Acção Social Escolar, nomeadamente no que respeita ao Transporte Escolar de que beneficiam cerca de 58% dos alunos que frequentam escolas do concelho.

Parte II – Projecções demográficas

PARTE II - PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS

II.1. Introdução

A projecção demográfica para o concelho de Montalegre, nomeadamente para o horizonte temporal de 2013 (idade ano a ano, ao nível da freguesia), é baseada em modelos de “cohort survival”.

A partir desta projecção da população residente, é identificado o número de crianças e jovens nos escalões etários correspondentes às idades próprias de frequência de cada nível de ensino que servirá para estimar a procura de ensino.

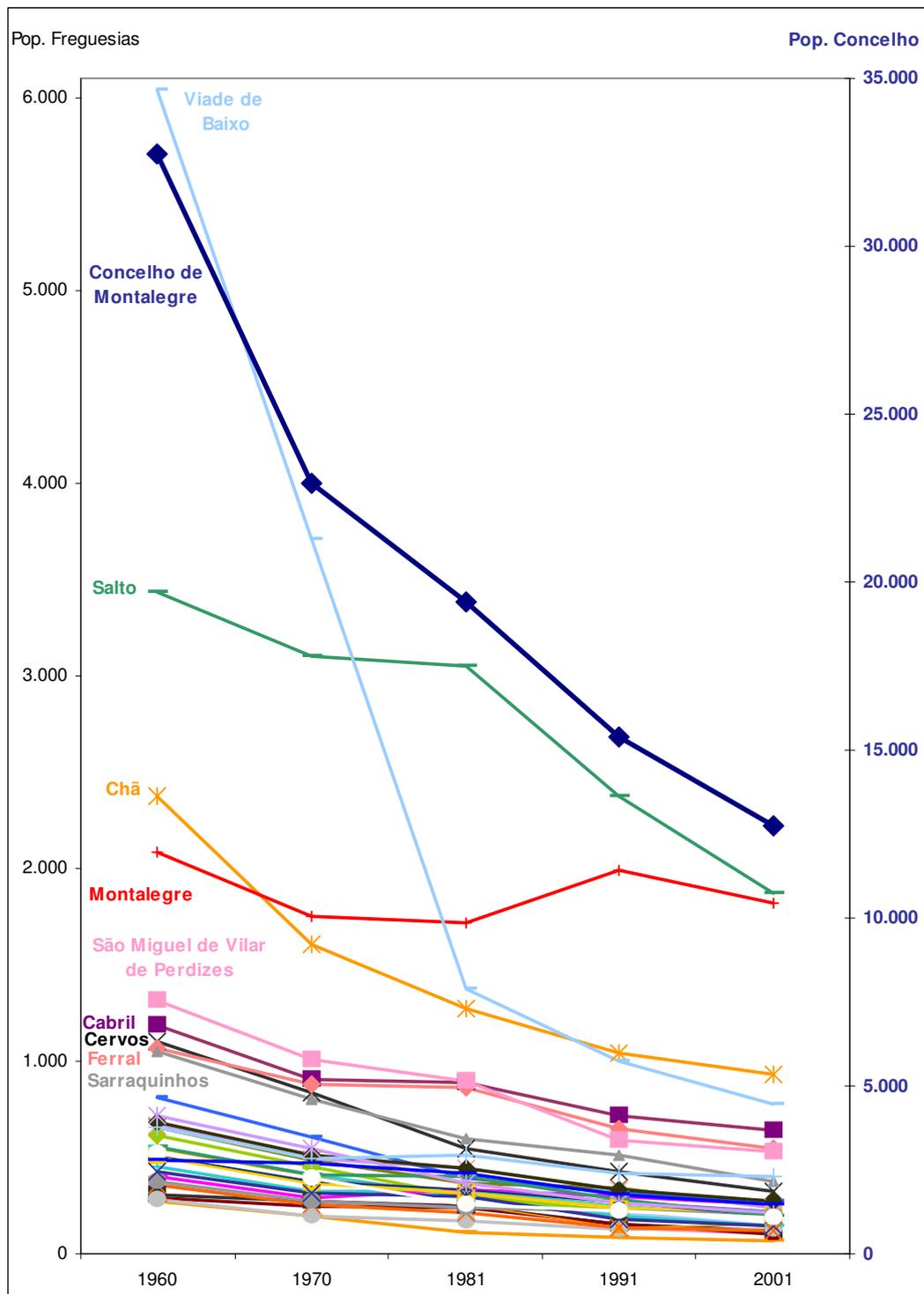
No presente capítulo, a secção 2 é dedicado à caracterização socio-demográfica do concelho, sendo depois apresentados na secção 3 os principais indicadores demográficos utilizados no modelo demográfico, cuja metodologia e resultados surgem na secção 4. A secção final é dedicada às previsões do número de residentes em idade própria para a frequência dos diferentes níveis de educação e ensino.

II.2. Tendências demográficas recentes

O concelho de Montalegre, composto por trinta e cinco freguesias, cento e trinta e cinco aldeias, ocupa uma área de aproximadamente 800 Km² tendo uma população de cerca de 12.762 habitantes (Censo de 2001) que vivem essencialmente da agricultura.

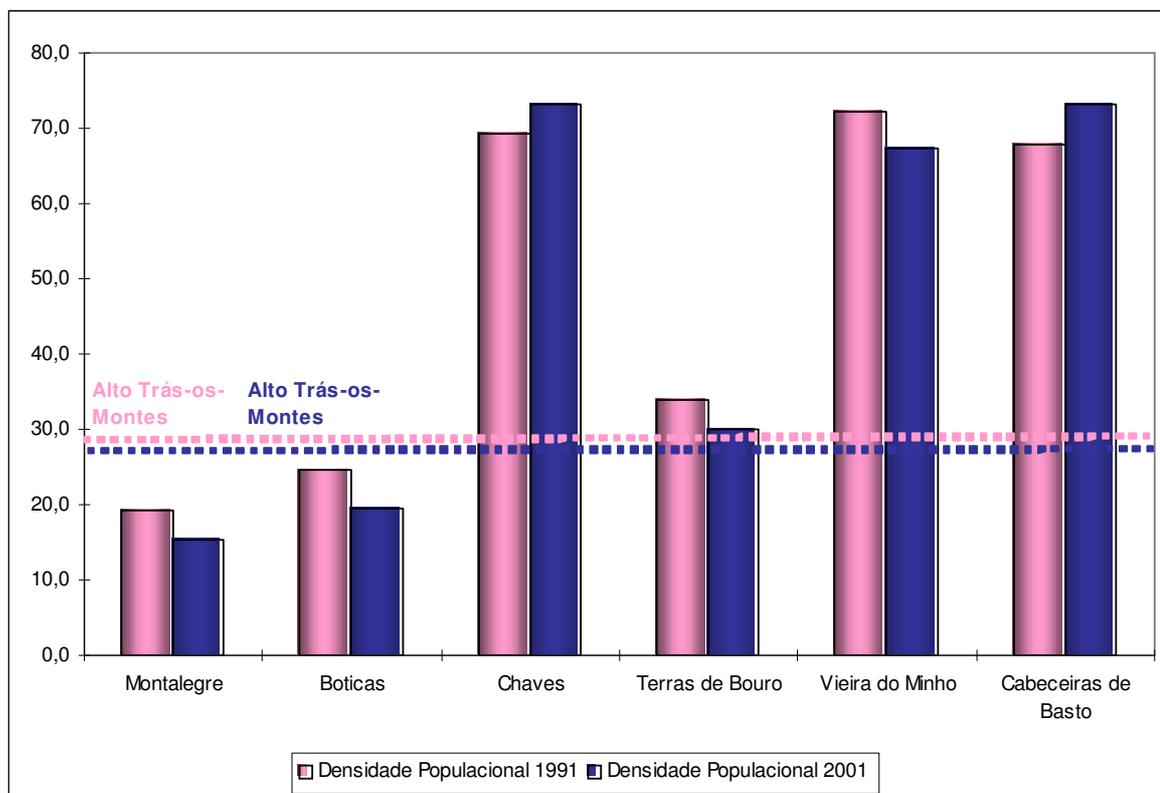
Nas últimas décadas, o concelho sofreu uma forte redução populacional em resultado da emigração que partiu em busca de melhores oportunidades e condições de vida e de uma taxa de mortalidade relativamente elevada (em quarenta anos o concelho de Montalegre perdeu mais de 60% da sua população e cerca de 17% na última década - Figura II.1).

Figura II.1 – Evolução da população no concelho de Montalegre por freguesia (1960-2001)



Fonte: INE

Figura II.2 – Evolução da densidade populacional no concelho de Montalegre e concelhos limítrofes (1991-2001)



Fonte: INE

Essa perda reflectiu-se também na densidade populacional, cerca de 15 habitantes/Km² em 2001, valor bastante inferior aos verificados na maioria dos concelhos limítrofes e na própria região de Alto Trás-os-Montes (Figura II.2). No Quadro II.1 e Carta II.1 apresenta-se a densidade populacional por freguesia no concelho de Montalegre em 2001. Como se pode ver, as densidades populacionais mais elevadas encontram-se nas freguesias de Montalegre, Venda Nova e Ferral.

As três maiores freguesias do concelho em 1960 sofrem, desde esse ano, um acentuado decréscimo de população nas últimas décadas (principalmente a freguesia de Viade de Baixo), correspondendo a uma perda global de 70%. Todo este decréscimo é contrariado somente na década de oitenta, na freguesia sede de concelho, que volta a perder população na década seguinte. Cerca de 30% da população concelhia reside nas freguesias de Montalegre e Salto.

Quadro II.1 – Densidade Populacional em 2001, distância à sede de concelho e povoações das freguesias de Montalegre

Freguesia	Distância a Montalegre (Km)	Nº Habitantes 2001	Área (Km ²)	Densidade Populacional (Hab/Km ²)	Povoações
Cabril	45	640	76,21	8,40	Azevedo, Bostochão, Cabril, Cavalos, Chelo, Fafião, Lapela, Pincães, São Ane, São Lorenzo, Xertelo
Cambeses do Rio	6	141	15,02	9,39	Cambeses do Rio, Frades
Cervos	15	328	33,07	9,92	Arcos, Barracão, Cervos, Cortiço, Fontão, Videiro, Vilarinho dos Arcos
Chã	5	928	57,6	16,11	Aldeia Nova de São Mateus, Aldeia Nova do Barroso, Castanheira da Chã, Firvidas, Gralhas, Lage, Gorda, Medeiros, Peireses, Penedones, São Vicente da Chã, Torquada, Travassos da Chã
Contim	14	100	11,25	8,89	Contim, São Pedro, Vilaça
Covelães	14	186	18,44	10,09	Covelães, Paredes
Covêlo do Gerês	34	254	10,51	24,17	Covêlo do Gerês, Peneda
Donões	3	72	9,39	7,67	Donões
Ferral	34	547	15,83	34,55	Ferral, Nogueiró, Sacozeiro, Santa Marinha, Sidrós, Vila Nova, Viveiro
Fervidelas	19	116	5,77	20,10	Fervidelas, Lamas
Fiães do Rio	18	104	6,93	15,01	Fiães do Rio, Loivos
Gralhas	9	235	10,82	21,72	Gralhas
Meixedo	5	235	20,82	11,29	Codeçoso, Meixedo
Meixide	23	127	12,17	10,44	Meixide
Montalegre	0	1817	17,58	103,36	Montalegre
Morgade	12	275	20,95	13,13	Carvalhais, Criande, Morgade e Rebordelo
Mourilhe	6	144	22,92	6,28	Mourilhe, Sabuzedo
Negrões	17	196	18,98	10,33	Lamachã, Negrões, Vilarinho
Outeiro	20	203	51,58	3,94	Cela, Outeiro, Parada de Outeiro, Sirvozeiro
Padornelos	6	151	15,52	9,73	Padornelos, Sendim
Padroso	5	119	9,03	13,18	Padroso
Paradela	21	221	12,34	17,91	Paradela, Ponteira
Pitões das Júnias	24	201	36,89	5,45	Pitões das Júnias
Pondras	29	193	11,12	17,36	Paio Afonso, Pondras, Ormeche, S. Fins
Reigoso	32	200	16,95	11,80	Currais, Ladrugães, Reigoso
Salto	41	1867	77,89	23,97	Ameal, Amiar, Beçós, Bessada, Borralha, Bagulhão, Caniço, Carvalho, Cerdeira, Corva, Lodeiro d'Arque, Linharelhos, Paredes, Pereira, Pomar da Rainha, Póvoa, Reboreda, Seara e Tabuadela
Santo André	14	271	19,82	13,67	Santo André de Vilar de Perdizes
São Miguel de Vilar de Perdizes	17	532	25,56	20,81	São Miguel de Vilar de Perdizes
Sarraquinhos	14	378	32,94	11,48	Antigo, Cepêda, Pedrário, Sarraquinhos, Zebra
Sezelhe	10	145	12,81	11,32	Sezelhe, Travassos
Solveira	14	214	12,17	17,58	Solveira
Tourém	30	185	16,61	11,14	Tourém
Venda Nova	36	401	7,97	50,31	Codeçoso, Padrões, Sanguinhedo, Venda Nova
Viade de Baixo	15	781	42,00	18,60	Antigo, Brandim, Friães, Parafita, Pisões, Telhado, Viade de Baixo, Viade de Cima
Vila da Ponte	22	255	10,73	23,77	Bustelo, Vila da Ponte

Fonte: INE

Carta II.1 – Densidade populacional no concelho de Montalegre em 2001.

Relativamente à evolução da população nas últimas duas décadas por aglomerado urbano com mais de duzentos habitantes, analisando o Quadro II.2 e Figura II.3 constata-se que:

A Figura II.3 evidencia uma clara tendência de concentração da população na sede do concelho e em Salto, cujos pesos relativos (expressos em termos de percentagem da população total do concelho) subiram de 9% para 14% e de 3% para 5% em 1981 e 2001, respectivamente;

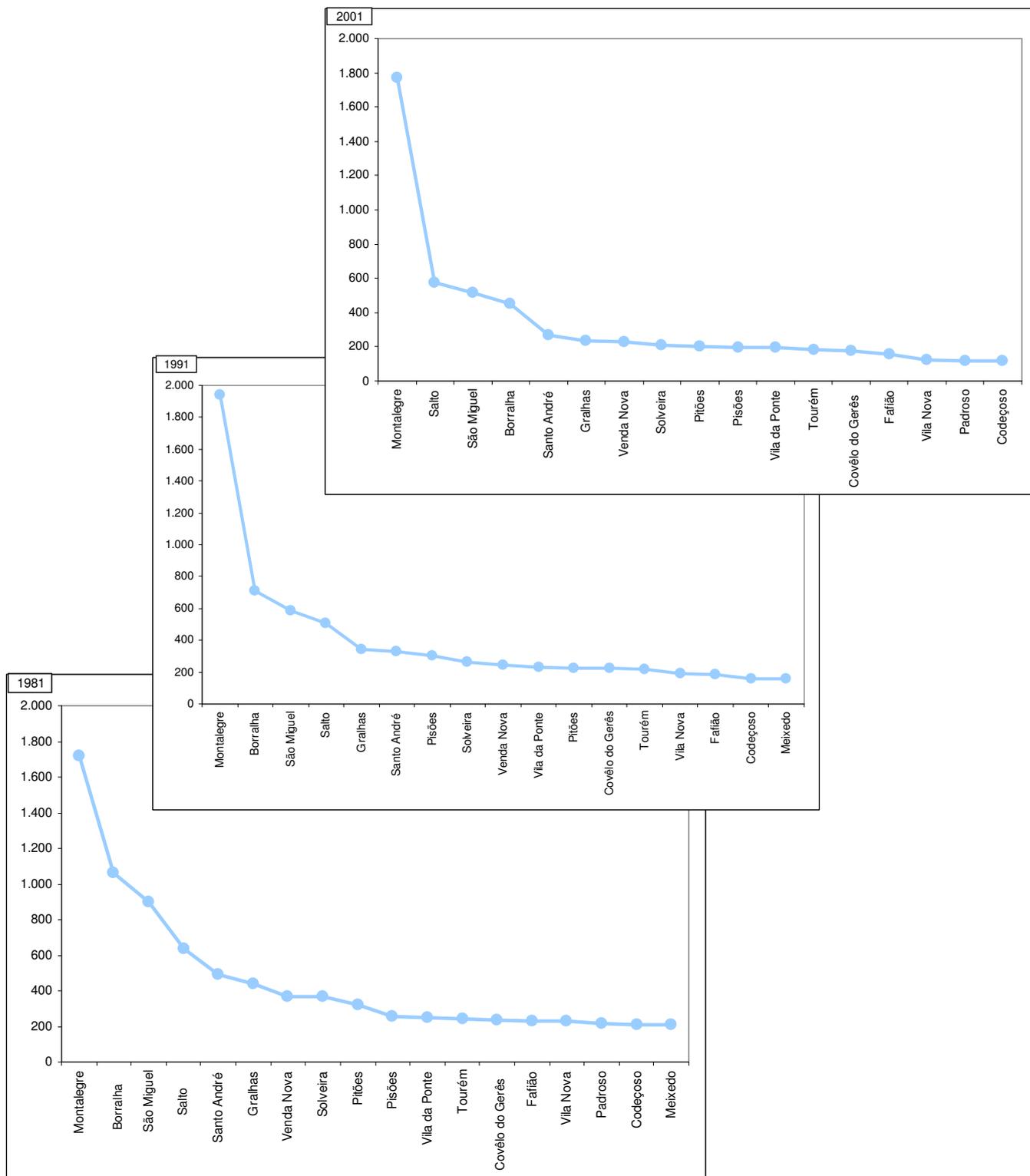
Ao invés, nos restantes aglomerados com mais de duzentos habitantes constata-se uma manutenção ou perda do seu peso relativo;

Quadro II.2 – Evolução da população por lugar do concelho de Montalegre e taxa de variação intercensitária (1981-1991-2001)

Lugar	População Residente			Freguesia	Nº Ordem 1981/1991/ 2001	Variação Intercensitária 2001/1991	% População do Concelho			% Acumulada		
	1981	1991	2001				1981	1991	2001	1981	1991	2001
Montalegre	1.721	1.943	1.770	Montalegre	1/1/1	-9%	9%	13%	14%	9%	13%	14%
Salto	636	509	578	Salto	4/4/2	14%	3%	3%	5%	12%	16%	18%
São Miguel	900	587	515	São Miguel	3/3/3	-12%	5%	4%	4%	17%	20%	22%
Borralha	1.063	709	448	Salto	2/2/4	-37%	5%	5%	4%	22%	24%	26%
Santo André	438	329	266	Santo André	6/6/5	-19%	2%	2%	2%	25%	26%	28%
Gralhas	369	339	233	Gralhas	7/5/6	-31%	2%	2%	2%	26%	29%	30%
Venda Nova	246	244	226	Venda Nova	11/9/7	-7%	1%	2%	2%	28%	30%	32%
Solveira	368	266	209	Solveira	8/8/8	-21%	2%	2%	2%	30%	32%	33%
Pitões	238	226	201	Pitões das Júnias	13/11/9	-11%	1%	1%	2%	31%	33%	35%
Pisões	494	304	198	Viade de Baixo	5/7/10	-35%	3%	2%	2%	33%	35%	36%
Vila da Ponte	323	233	198	Vila da Ponte	9/10/11	-15%	2%	2%	2%	35%	37%	38%
Tourém	259	218	185	Tourém	10/13/12	-15%	1%	1%	1%	36%	38%	39%
Covêlo do Gerês	241	226	178	Covêlo do Gerês	12/12/13	-21%	1%	1%	1%	38%	40%	41%
Fafião	229	185	158	Cabril	14/15/14	-15%	1%	1%	1%	39%	41%	42%
Vila Nova	228	188	126	Ferral	15/14/15	-33%	1%	1%	1%	40%	42%	43%
Padroso	217	140	119	Padroso	16/18/17	-15%	1%	1%	1%	41%	43%	44%
Codeçoso	213	159	119	Meixedo	17/16/16	-25%	1%	1%	1%	42%	44%	45%
Meixedo	210	157	95	Meixedo	18/17/18	-39%	1%	1%	1%	43%	45%	46%
Outros lugares <200 hab	10.517	8.193	6.481				54%	53%	51%	97%	98%	96%
Isolados	493	309	459				3%	2%	4%	100%	100%	100%

Fonte: INE

Figura II.3 – Evolução da população por lugar do concelho de Montalegre (1981-1991-2001)



Fonte:

INE

Apenas a freguesia de Salto apresenta dinâmica positiva entre os censos de 1981 e 2001. Todos os restantes aglomerados, inclusivé a sede do concelho, perdem população.

A população residente em outros lugares com menos de duzentos habitantes tem vindo a diminuir, em termos percentuais do total do concelho, neste período;

Os dezoito principais aglomerados do concelho em 1981 mantêm-se em 2001, apresentando apenas pequenas variações percentuais do seu peso relativo;

Nas duas últimas décadas, nos dezoitos principais aglomerados (o menor dos quais com apenas cerca de 95 habitantes) não se consegue atingir metade da população concelhia, o que mostra que, apesar da tendência crescente de urbanização, o povoamento do concelho é ainda bastante disperso, como é comum nos municípios eminentemente rurais do Norte do país.

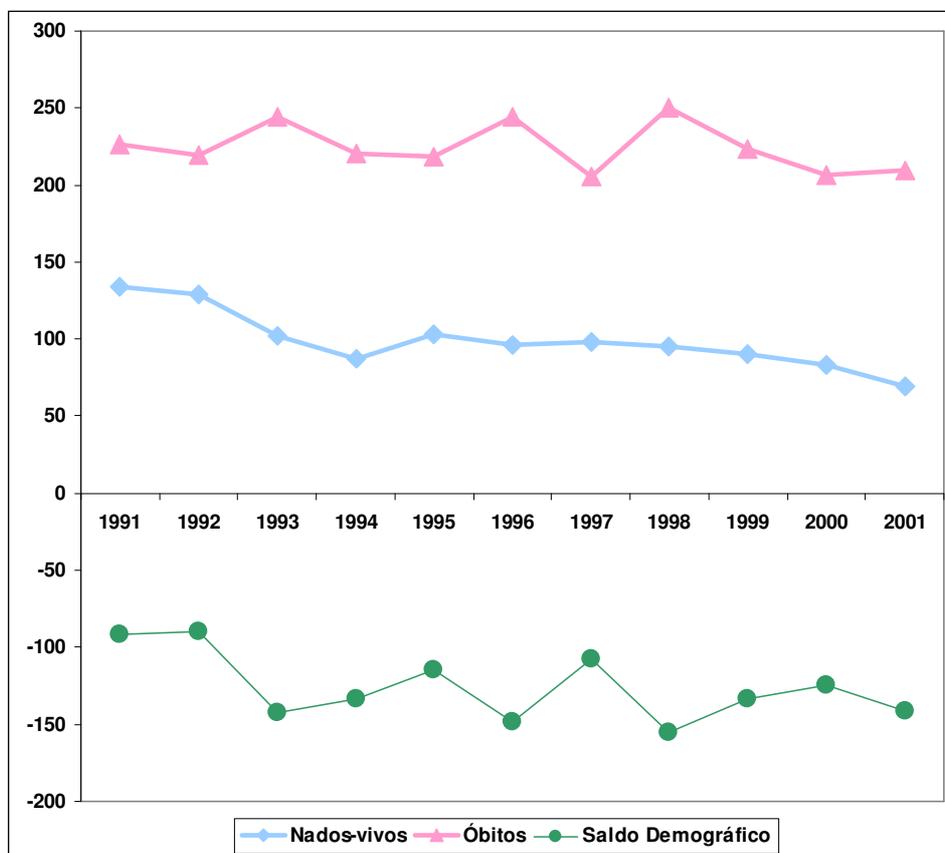
O concelho de Montalegre segue a mesma tendência verificada em Portugal, na região do Norte e Alto Trás-os-Montes no que respeita à evolução na última década da taxa de natalidade. Em relação à taxa de mortalidade, a situação altera-se, pois enquanto que Portugal e a Região Norte apresentam ligeira descida no valor deste indicador, Montalegre segue o mesmo comportamento que a região de Alto Trás-os-Montes, ou seja, apresenta uma subida da taxa de mortalidade na década de noventa (Quadro II.3).

Quadro II.3 – Variação Intercensitária da Taxa de Natalidade e de Mortalidade em Portugal, Região Norte Alto Trás-os-Montes e no concelho de Montalegre

Zona Geográfica	Taxa de Natalidade ‰		Taxa de Mortalidade ‰	
	1991	2001	1991	2001
Portugal	11.78	10.9	10.52	10.20
Região Norte	13.31	11.40	9.17	8.70
Alto Trás-os-Montes	15.70	7.50	8.38	13.2
Montalegre	8.7	5.5	14.6	16.6

Fonte: INE

Figura II.4 – Evolução do número de nados-vivos, óbitos e saldo demográfico no concelho de Montalegre (1991- 2001)

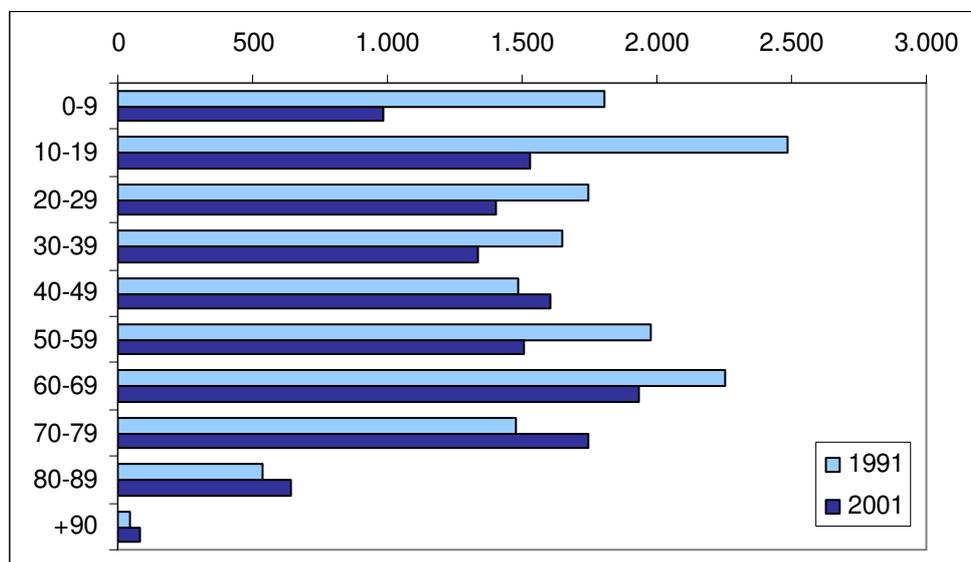


Fonte: INE

Nos últimos anos observou-se um decréscimo no número de nados-vivos e uma estabilização do número de óbitos, apresentando sempre este último valores mais elevados que conduzem a um saldo fisiológico negativo e de uma maneira geral crescente (Figura II.4). Assim, esta variável do movimento demográfico reflecte, nos últimos anos, a não substituição de gerações no concelho de Montalegre. Apresentam-se no Anexo II.1 os mesmos valores discriminados à freguesia.

A variação populacional inter-censitária é acompanhada por uma alteração da estrutura etária do concelho cuja população envelhece, nomeadamente como resultado daquele saldo fisiológico negativo (Figura II.5).

Figura II.5 – Evolução da Pirâmide Etária no concelho de Montalegre (1991-2001)



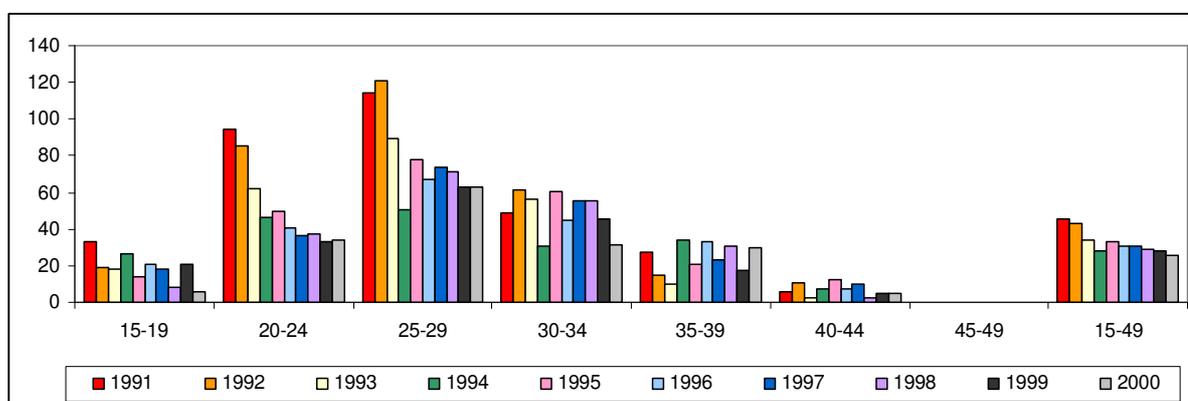
Fonte: INE

II.3. Indicadores Demográficos

II.3.1 Taxa de Fecundidade

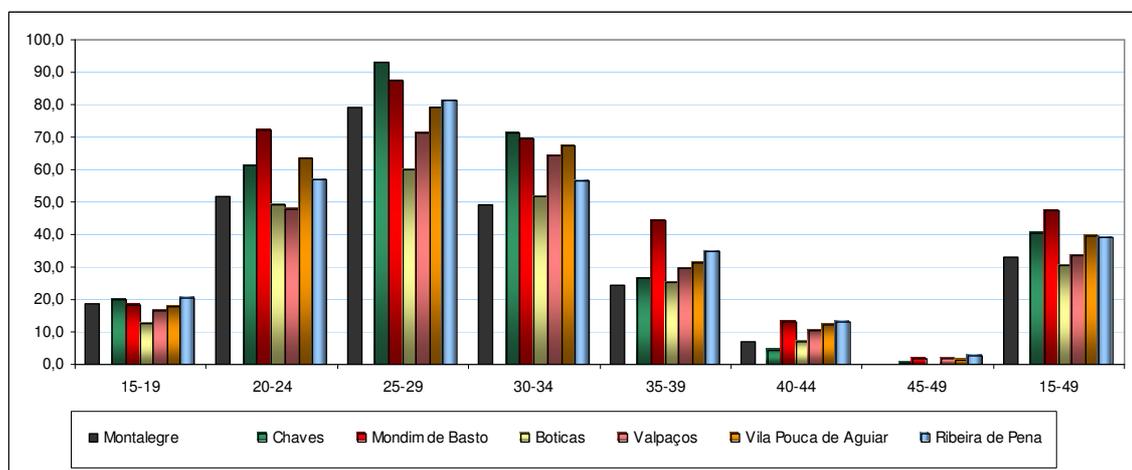
Na Figura II.6 apresenta-se a evolução da taxa de fecundidade para o Concelho entre 1991 e 2000, segundo a idade da mãe, verificando-se que o número médio de crianças nascidas de mães entre os 15 e 49 anos tem diminuído. No Anexo II.2 apresentam-se os mesmos valores discriminados à freguesia.

Figura II.6 – Evolução da taxa de fecundidade segundo a idade da mãe no concelho de Montalegre entre 1991 e 2000



Ao comparar o concelho de Montalegre, com outros concelhos já analisados pelo CESUR, verifica-se que apresenta globalmente a segunda taxa de fecundidade mais baixa e é o grupo etário dos 25 aos 29 anos aquele que revela maior fertilidade (Figura II.7).

Figura II.7 – Comparação da taxa de fecundidade segundo a idade da mãe no concelho de Montalegre e outros concelhos (média de 1991/2000)

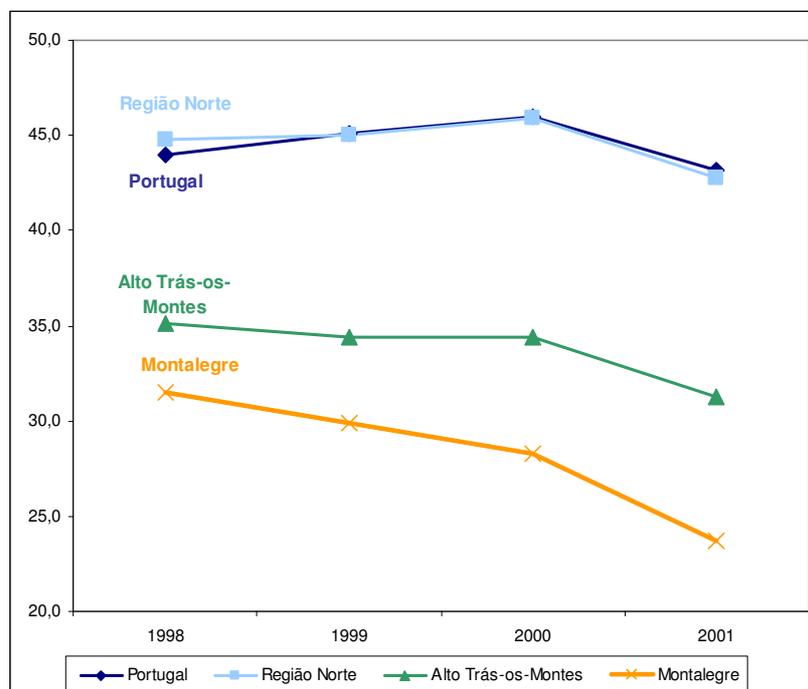


Se se alargar a análise aos concelhos limítrofes e à própria região de Alto Trás-os-Montes, região Norte e Portugal, verifica-se que as tendências verificadas nos últimos anos não são na sua maioria homogêneas (Quadro II.4 e Figura II.8). Somente Montalegre e Cabeceiras de Basto seguem a tendência geral de diminuição deste indicador verificada na região de Alto Trás-os-Montes.

Quadro II.4 – Evolução da taxa de fecundidade em Portugal, Região Norte, Alto Trás-os-Montes e concelhos limítrofes do concelho de Montalegre (1998/2001)

	1	1999	2000	2001
Portugal	4	45,1	46,0	43,2
Região Norte	4	45,0	45,9	42,8
Alto Trás-os-Montes	3	34,4	34,4	31,3
Montalegre	3	29,9	28,3	23,7
Boticas	2	24,4	26,1	21,7
Terras de Bouro	3	32,4	44,2	38,5
Vieira do Minho	4	42,2	40,3	39,9
Cabeceira de Basto	5	55,1	46,6	41,9

Figura II.8 – Evolução da taxa de fecundidade em Portugal, Região Norte, Alto Trás-os-Montes e concelho de Montalegre (1998/2001)



Fonte: INE

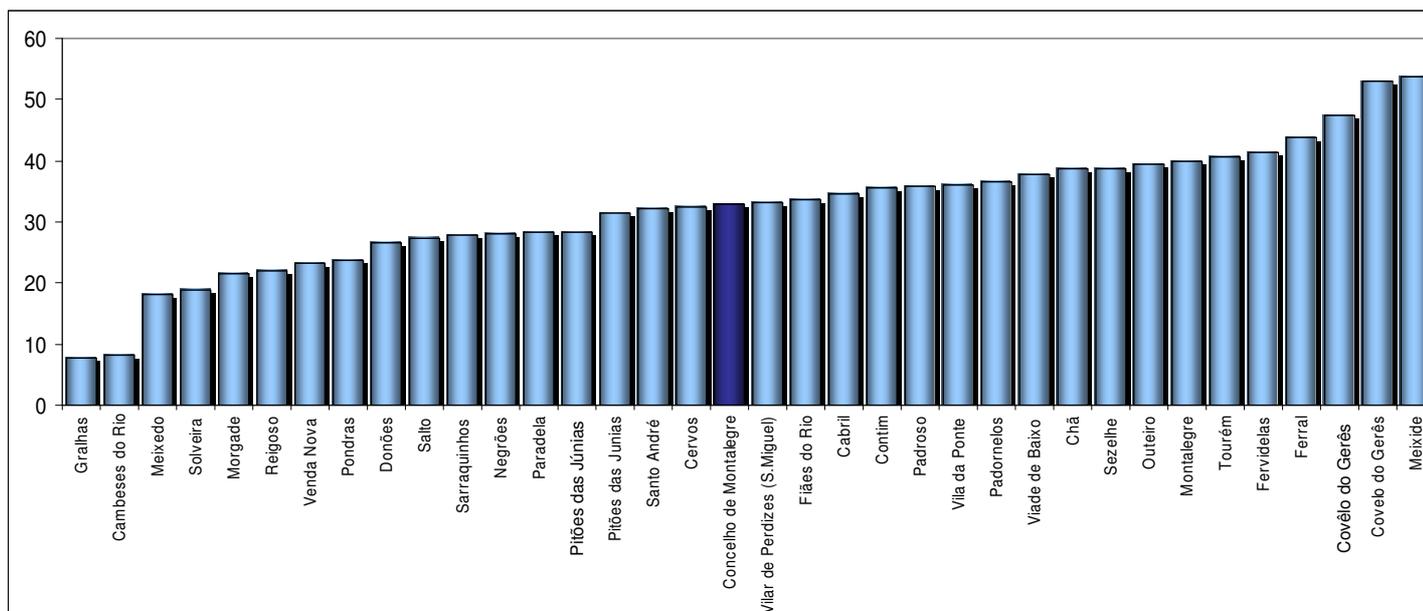
Neste cenário admitiu-se que a taxa de fecundidade, por grupo etário, do concelho de Montalegre, se manterá estável na próxima década, rondando a média de 1991 a 2000. De sublinhar que esta hipótese é de algum modo otimista uma vez que, como pode observar-se na Figura II.8, é constatável uma tendência de descida deste indicador na última década, pelo que se está admitir que haverá alguma inversão desta tendência e recuperação das taxas de fecundidade para os níveis médios da década de noventa.

A taxa de fecundidade foi estimada à freguesia, por grupo etário das mães, com base nos dados vivos dos anos de 1991 a 2000 e nas mulheres residentes nos mesmos anos, calculadas com base nos dados do censo de 1991.

Numa outra perspectiva de abordagem das taxas de fecundidade, estimou-se, para cada freguesia, a evolução da taxa global de fecundidade – dos 15 aos 49 anos de idade das mães – entre o ano de 1991 e o ano de 2000. A taxa de fecundidade média da década de noventa apresenta valores muito diferentes espacialmente, destacando-se as freguesias de Meixide, Covêlo do Gerês e Covelães como as que apresentam taxas de fecundidade mais elevadas (Figura II.9). Deste modo justifica-

se a adopção de taxas diferenciadas à freguesia (ao invés de adoptar uma taxa média uniforme em todas elas).

Figura II.9 – Taxa de fecundidade média da década de noventa segundo a idade da mãe por freguesia do concelho de Montalegre



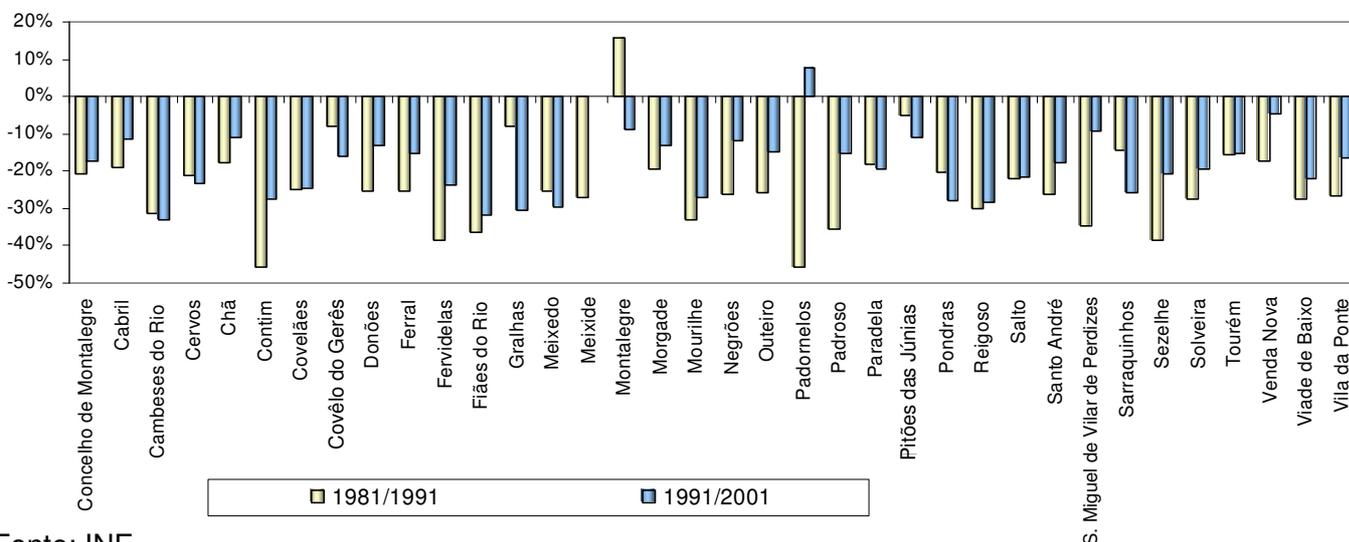
Obteve-se assim, para cada freguesia, e para o concelho no seu conjunto, uma visão a duas dimensões: na dimensão temporal 1991 – 2000, a taxa global de fecundidade, e na dimensão dos grupos etários das idades das mães, a taxa de fecundidade em cada grupo.

Para os anos de 1991 a 2000 utilizaram-se os valores dos nados vivos, por freguesia, efectivamente observados. A partir do ano de 2000, os valores dos nados-vivos foram estimados, considerando a migração das mulheres em idade fértil no concelho de Montalegre.

II.3.2 Taxa Migratória

Como já referido anteriormente, quer globalmente, quer na maioria das freguesias, excepto Meixide, Montalegre e Padornelos, a taxa de variação da população revelou-se negativa em ambas as décadas anteriores (Figura II.10 e Quadro II.5). A freguesia sede de concelho, apresenta um crescimento na década de oitenta de cerca de 16% que contrasta com a perda verificada na última década (9%). Globalmente, o concelho de Montalegre atenua a perda de população, que passa de 21% para 17% na década de noventa.

Figura II.10 – Taxa de variação intercensitária por freguesia do concelho de Montalegre (1981-1991-2001)



Fonte: INE

Quadro II.5 – População Residente e Taxa de variação intercensitária por freguesia do concelho de Montalegre (1981-1991-2001)

	População Residente			Taxa de Variação (%)	
	1981	1991	2001	1981/1991	1991/2001
Concelho de Montalegre	19403	15406	12762	-21%	-17%
Cabril	890	721	640	-19%	-11%
Cambeses do Rio	305	210	141	-31%	-33%
Cervos	543	428	328	-21%	-23%
Chã	1269	1042	928	-18%	-11%
Contim	254	138	100	-46%	-28%
Covelães	327	246	186	-25%	-24%
Covêlo do Gerês	329	302	254	-8%	-16%
Donões	111	83	72	-25%	-13%
Ferral	865	646	547	-25%	-15%
Fervidelas	247	152	116	-38%	-24%
Fiães do Rio	239	152	104	-36%	-32%
Gralhas	369	339	235	-8%	-31%
Meixedo	447	334	235	-25%	-30%
Meixide	174	127	127	-27%	0%
Montalegre	1721	1990	1817	16%	-9%
Morgade	394	317	275	-20%	-13%
Mourilhe	295	197	144	-33%	-27%
Negrões	301	222	196	-26%	-12%
Outeiro	320	238	203	-26%	-15%
Padornelos	258	140	151	-46%	8%
Padroso	217	140	119	-35%	-15%
Paradela	335	274	221	-18%	-19%
Pitões das Júnias	238	226	201	-5%	-11%
Pondras	336	268	193	-20%	-28%
Reigoso	400	280	200	-30%	-29%
Salto	3052	2375	1867	-22%	-21%
Santo André	446	329	271	-26%	-18%
São Miguel de Vilar de Perdizes	900	587	532	-35%	-9%
Sarraquinhos	594	509	378	-14%	-26%
Sezelhe	298	183	145	-39%	-21%
Solveira	368	266	214	-28%	-20%
Tourém	259	218	185	-16%	-15%
Venda Nova	509	421	401	-17%	-5%
Viade de Baixo	1378	1001	781	-27%	-22%
Vila da Ponte	415	305	255	-27%	-16%

Fonte: INE

A taxa migratória no período intercensitário foi estimada com base na diferença entre a população recenseada em 2001 e a população em crescimento natural (introduzindo os correspondentes números de nados-vivos e falecimentos ocorridos em cada ano), com avaliação à freguesia.

De seguida, face aos valores estimados, fizeram-se projecções ano a ano para todas as freguesias, que foram confrontadas com as estatísticas disponíveis. Destas confrontações resultaram pequenos ajustamentos que levaram aos valores das taxas migratórias estimadas no cenário prospectivo.

Assumida uma taxa migratória para cada uma das freguesias, passou-se ao cálculo das taxas migratórias por grupo etário. Estas taxas consideraram-se constantes dentro do mesmo grupo etário.

As taxas migratórias estimadas para a década de noventa e para o horizonte de projecto, para cada freguesia, são apresentadas no Quadro II.6. Este evidencia a continuada perda de população em Montalegre que resulta da projecção da tendência passada recente.

Quadro II.6 – Taxas Migratórias verificadas nas freguesias do concelho de Montalegre

	<u>Taxa Migratória 1991-2001</u>
<u>Concelho de Montalegre</u>	-0.99%
Cabril	-0.26%
Cambeses do Rio	-2.08%
Cervos	-1.72%
Chã	-0.54%
Contim	-1.04%
Covelães	-1.75%
Covêlo do Gerês	-1.42%
Donões	0.72%
Ferral	-1.02%
Fervidelas	-1.58%
Fiães do Rio	-1.82%
Gralhas	-1.91%
Meixedo	-2.38%
Meixide	4.35%
Montalegre	-0.80%
Morgade	-0.32%
Mourilhe	-1.53%

	Taxa Migratória 1991-2001
Negrões	0.26%
Outeiro	0.05%
Padornelos	2.50%
Padroso	-0.88%
Paradela	-0.94%
Pitões das Júnias	0.00%
Pondras	-2.03%
Reigoso	-1.85%
Salto	-1.9%
Santo André	-0.18%
Vilar de Perdizes (S. Miguel)	-0.40%
Sarraquinhos	-2.09%
Sezelhe	-0.34%
Solveira	0.00%
Tourém	0.44%
Venda Nova	0.36%
Viade de Baixo	-1.65%
Vila da Ponte	-0.86%

II.4. Projecções Demográficas 2013

II.4.1. Metodologia adoptada para a projecção da população

A metodologia utilizada para obter as projecções demográficas afasta-se da tradicional análise de simples projecção de tendências para se fixar na construção de cenários prospectivos, o que parece muito mais adequado face às dinâmicas populacionais dos nossos tempos e à realidade concreta dos concelhos do nosso país.

II.4.1.1 Dados de partida

Dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística:

Censo da População de 1991, residente no concelho de Montalegre, por idade ano a ano (dos 0 aos 100 anos de idade), para a totalidade do concelho e por freguesia;

Censo da População de 2001, residente no concelho de Montalegre, por idade ano a ano (dos 0 aos 100 anos de idade), para a totalidade do concelho e por freguesia;

Nados vivos e óbitos por idades, em particular de crianças com menos de um ano de idade, por freguesia, entre 1991 e 2000;

II.4.1.2. Projecção da População em Crescimento Natural e com Taxas Migratórias

As projecções em crescimento natural realizadas no âmbito da Carta Educativa do Concelho de Montalegre foram feitas utilizando os pressupostos de crescimento natural admitidos, a saber:

Taxas de fecundidade constantes e iguais às verificadas na década de noventa para cada uma das freguesias (consideraram-se as taxas médias para os anos de 1991-2000);

Taxas de mortalidade constantes e iguais às verificadas entre 1991 e 2000 para cada uma das freguesias (ver valores considerados no Anexo II.3).

Metodologia seguida em cada freguesia para a população discriminada por idades dos 0 aos 100 anos e posteriormente agregada em grupos etários de 10 anos em cada grupo:

a) Cálculo da população em 2001 em crescimento natural

Partindo da população em 1991, faz-se o seguimento da *cohort* ano a ano, introduzindo os nados vivos e subtraindo os óbitos. A partir de 2000, uma vez que não dispomos de informação sobre nados vivos, nem óbitos, adoptamos os seguintes critérios:

Estimativa dos nados vivos a partir das taxas de fecundidade médias entre 1991 e 2000;

Estimativa dos óbitos a partir das taxas de mortalidade média de 1991 a 2000.

b) Cálculo das taxas migratórias, por comparação com os valores do Censo de 2001

Partindo da população do Censo de 2001 e comparando com a população obtida em a), obtêm-se as taxas migratórias ocorridas na década de noventa, à freguesia e por grupo etário.

c) Cálculo da população em 2013 em crescimento natural

Partindo da população do Censo de 2001, faz-se o seguimento da *cohort* ano a ano, introduzindo os nados vivos e subtraindo os óbitos. Estes valores são estimados tal como em a).

d) Cálculo da população em 2013, considerando as taxas migratórias

Aplicam-se as taxas migratórias admitidas à população em 2013 com o crescimento natural.

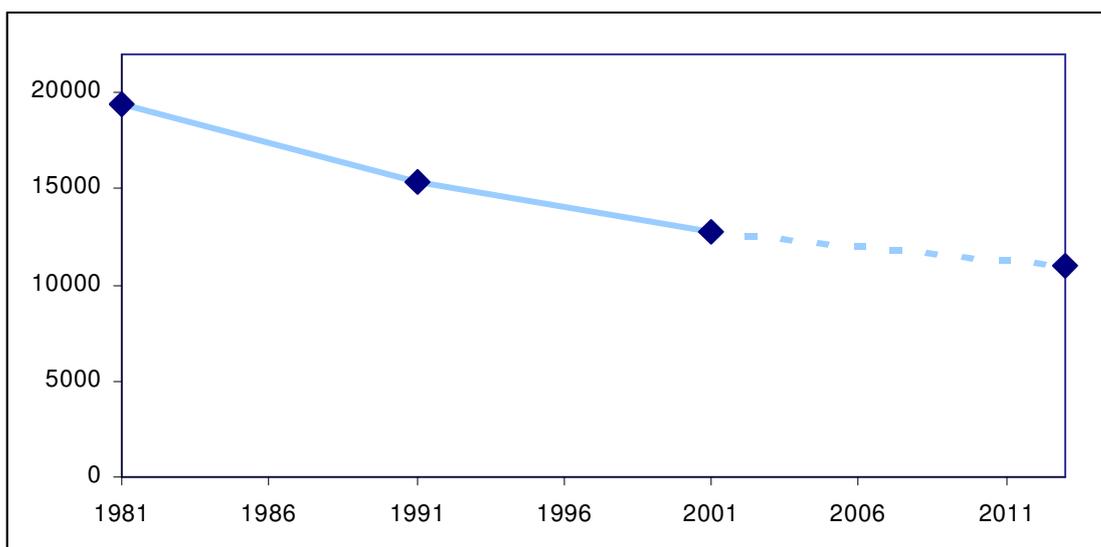
Obteve-se deste modo um cenário que permitiu estimar as taxas migratórias por freguesia e por idade ano a ano da população residente na freguesia. Esse cenário é adoptado para estimar um subconjunto constituído pelas idades próprias que

correspondem aos diferentes níveis de ensino, o que permite estimar as carências ou excesso de estabelecimentos de ensino, ao nível dos territórios educativos.

II.4.2. Projeções em Crescimento Natural

Face ao verificado, o concelho de Montalegre continuará a perder população, mesmo considerando apenas o crescimento natural. Efectivamente, a projecção em crescimento natural e utilizando os pressupostos referidos nos dois pontos anteriores relativos às taxas de fecundidade e mortalidade admitidas, conduziu a valores para a projecção da população em 2013 inferiores aos obtidos no censo de 2001 (Figura II.14).

Figura II.11 – Projeção em Crescimento Natural para 2013 do concelho de Montalegre



II.4.3. Projeções com Taxas Migratórias

As taxas migratórias estimadas para a década de noventa e para o horizonte de projecto, para cada freguesia, foram apresentadas no Quadro II.6.

Para efeito do planeamento da Rede Escolar adoptou-se o cenário apresentado no Quadro II.7 pois crê-se que ele é adequado para estimar o número de crianças que entrarão no sistema educativo até 2013, ou seja, as crianças que em cada ano completam 6 anos, todas elas nascidas até 2006.

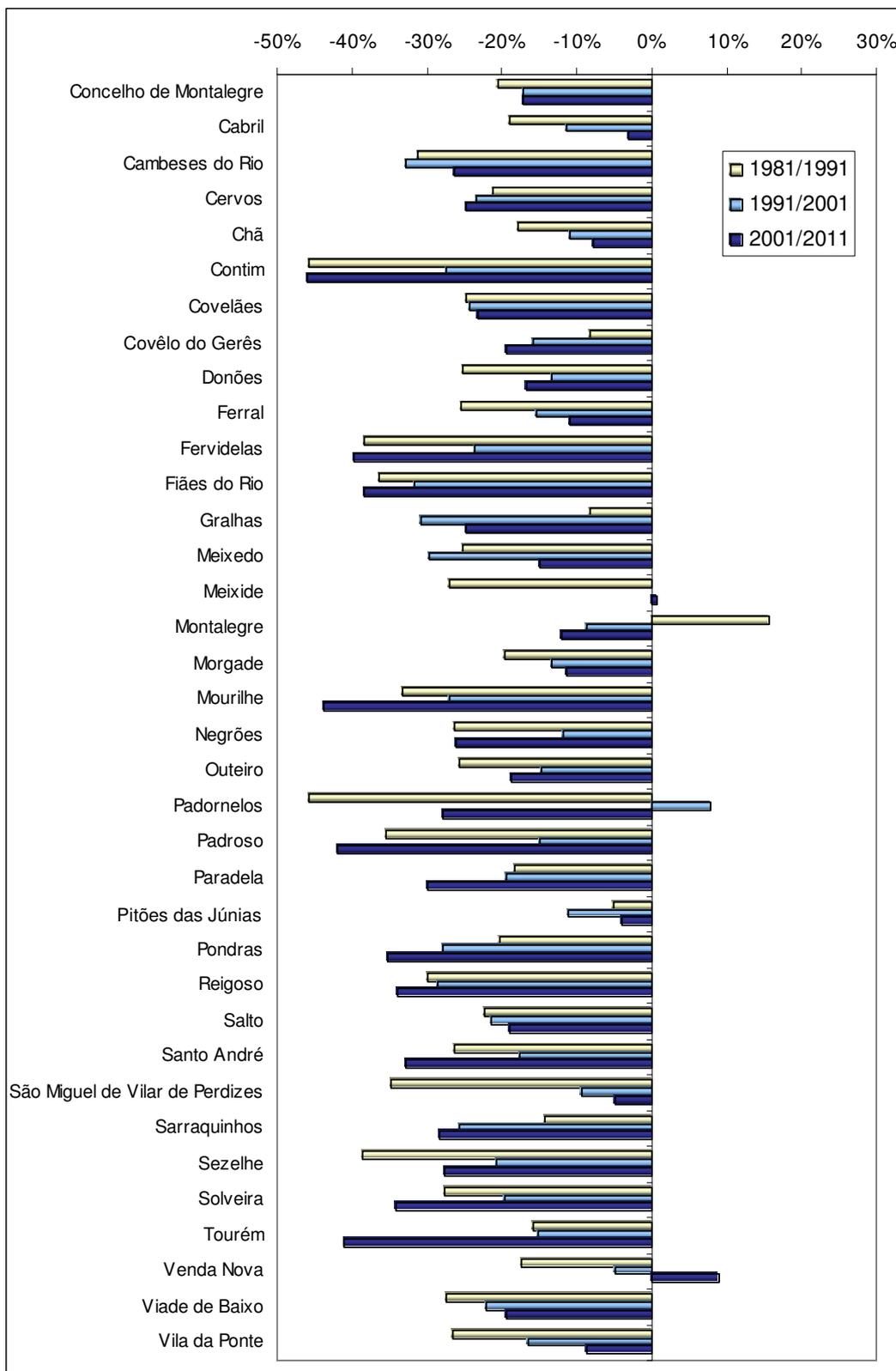
As estimativas das taxas de variação da população para a década 2001/2011 estão representadas na Figura II.12.

No Anexo II.4 apresentam-se, para o cenário adoptado, as projecções demográficas, para 2013, para o concelho e freguesias, por grupo etário.

Quadro II.7 – Cenário adoptado para o concelho de Montalegre

Zona geográfica	Censo 1991	Taxa Migratória 1991- 2001- 2013	Censo 2001	Saldo Migratório 2001-1991	População estimada para 2013	Saldo Migratório 2013-2001
Concelho de Montalegre	15406	-0,010	12762	-2644	10655	-2107
Cabril	721	-0,003	640	-81	643	3
Cambeses do Rio	210	-0,021	141	-69	91	-50
Cervos	428	-0,017	328	-100	256	-72
Chã	1042	-0,005	928	-114	870	-58
Contim	138	-0,010	100	-38	51	-49
Covelães	246	-0,018	186	-60	138	-48
Covêlo do Gerês	302	-0,014	254	-48	210	-44
Donões	83	0,007	72	-11	65	-7
Ferral	646	-0,010	547	-99	496	-51
Fervidelas	152	-0,016	116	-36	55	-61
Fiães do Rio	152	-0,018	104	-48	57	-47
Gralhas	339	-0,019	235	-104	156	-79
Meixedo	334	-0,024	235	-99	199	-36
Meixide	127	0,044	127	0	131	4
Montalegre	1990	-0,008	1817	-173	1589	-228
Morgade	317	-0,003	275	-42	246	-29
Mourilhe	197	-0,015	144	-53	72	-72
Negrões	222	0,003	196	-26	163	-33
Outeiro	238	0,001	203	-35	179	-24
Padornelos	140	0,025	151	11	122	-29
Padroso	140	-0,009	119	-21	67	-52
Paradela	274	-0,009	221	-53	158	-63
Pitões das Júnias	226	0,000	201	-25	233	32
Pondras	268	-0,020	193	-75	141	-52
Reigoso	280	-0,019	200	-80	127	-73
Salto	2375	-0,019	1867	-508	1475	-392
Santo André	329	-0,002	271	-58	210	-61
São Miguel de Vilar de Perdizes	587	-0,004	532	-55	563	31
Sarraquinhos	509	-0,021	378	-131	256	-122
Sezelhe	183	-0,003	145	-38	102	-43
Solveira	266	0,000	214	-52	124	-90
Tourém	218	0,004	185	-33	104	-81
Venda Nova	421	0,004	401	-20	469	68
Viade de Baixo	1001	-0,017	781	-220	622	-159
Vila da Ponte	305	-0,009	255	-50	215	-40

Figura II.12 – Taxas de Variação Intercensitária por freguesia para o concelho de Montalegre

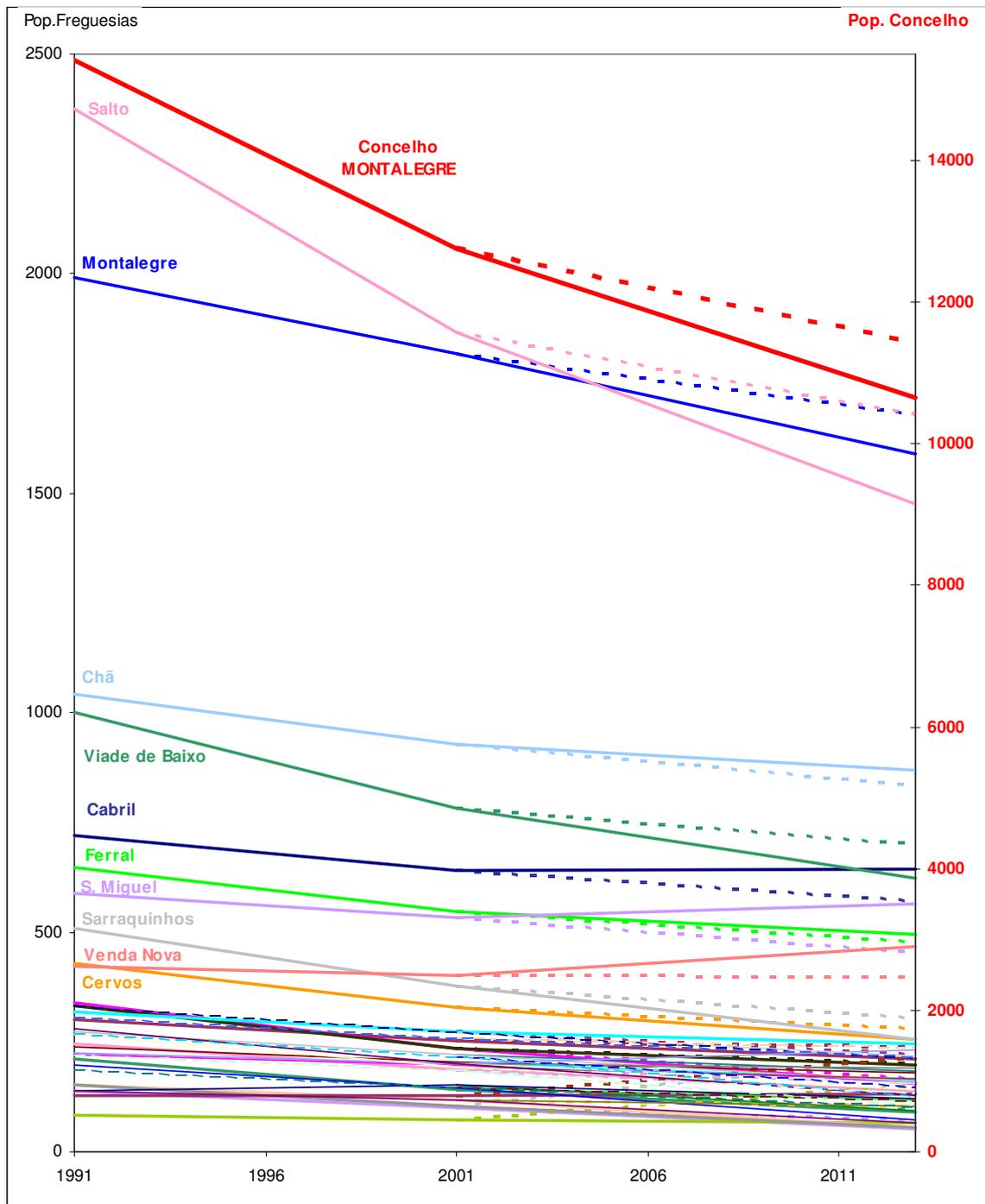


Na Figura II.13 apresenta-se a projecção para 2013, global e por freguesia. Nesta é possível comparar dois cenários de evolução da população:

População em crescimento natural (cn);

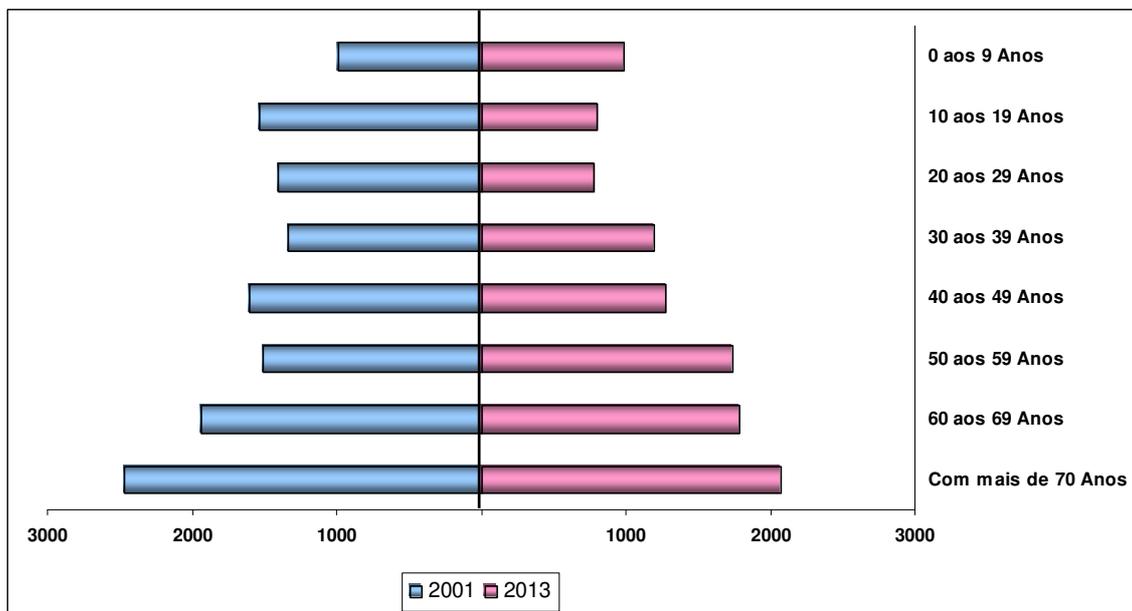
População resultante da aplicação da taxa migratória admitida e que atenua na maioria das freguesias (66%) as perdas populacionais verificadas nas últimas décadas

Figura II.13 – Projecção Demográfica para 2013 por freguesia



II.4.3.1. Pirâmides Etárias

Figura II.14 – Pirâmides etárias do concelho de Montalegre em 2001 e 2013



Quadro II.8 – Evolução das Pirâmides Etárias (2001 e 2013)

	2001	2013	Diferença 2013-2001	%
Concelho de Montalegre	12762	10655	-2107	-17%
0 aos 9 Anos	986	984	-2	-0,2%
10 aos 19 Anos	1527	804	-723	-47%
20 aos 29 Anos	1404	782	-622	-44%
30 aos 39 Anos	1336	1194	-142	-11%
40 aos 49 Anos	1601	1281	-320	-20%
50 aos 59 Anos	1504	1744	240	16%
60 aos 69 Anos	1935	1786	-149	-8%
Com mais de 70 Anos	2469	2080	-389	-16%

A Figura II.14 e Quadro II.8 comparam as pirâmides etárias da população recenseada em 2001 e da projecção para 2013. Como pode observar-se:

Apenas o escalão etário dos 50-59 apresenta uma variação positiva, o que traduz o progressivo envelhecimento da população;

Merecem referência especial os escalões etários dos 10-19 e 20-29 anos, pois são aqueles que maior erosão sofrem, quer em termos absolutos, quer relativos. Este é o resultado das baixas nas taxas de natalidade em décadas passadas, mas também da migração para fora do concelho de Montalegre dos jovens nesta faixa etária (20-29 anos): é nestas idades que muitos jovens contraem matrimónio e, não dispondo de ofertas de emprego, acabam por migrar para outros concelhos em busca de melhores condições de vida.

Apresentam-se no Anexo II.5, em dez quadros-resumo, as projecções da população do concelho de Montalegre, por freguesia e idade ano a ano, desde 2004 até 2013.

II.5. População em idade escolar

Apresenta-se nesta secção o resultado das projecções demográficas para 2013 ao nível da freguesia para o ensino pré-escolar, básico e secundário (isto é, cobrindo 12 anos de escolaridade, para além do pré-escolar) permitindo aferir qual a população-alvo a considerar para estimar a procura de ensino no curto/médio prazo (próxima década).

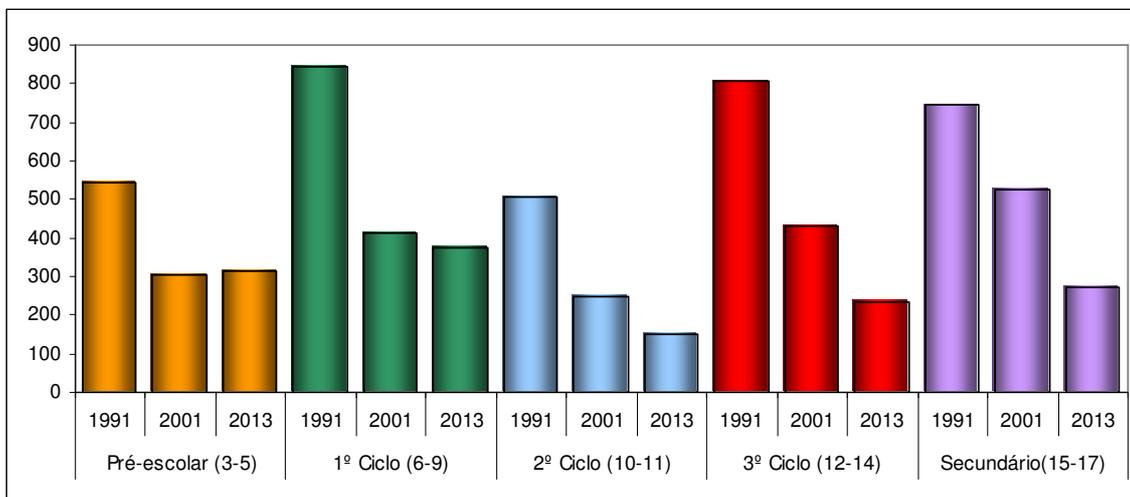
Como as idades dos vários ciclos de estudos não coincidem com os grupos etários usualmente utilizados em projecções demográficas, aplicou-se o modelo do *cohort survival* e taxas migratórias correspondentes para obter estimativas dos jovens que em 2013 terão entre 3 e 17 anos. Os resultados obtidos são apresentados no Anexo II.6.

No Quadro II.9 e Figura II.15 apresenta-se um resumo da população na idade correspondente a cada um dos ciclos de estudos em 2013, bem como a percentagem respectiva relativamente à população total. Embora o total da população do concelho e escolar diminua em 2013, a percentagem da população em idade escolar já apresenta sinais de inversão da tendência negativa verificada na década de noventa, nos escalões etários mais baixos correspondentes às idades do Pré-escolar e 1º Ciclo, sendo os valores percentuais da estimativa para 2013 superiores aos verificados em 2001, respectivamente. Pelo contrário, no escalão etário dos 10-17 anos (corresponde à idade própria do actual 2º, 3º Ciclos e Ensino Secundário) projecta-se uma redução como resultado da evolução natural da população de 2001 e das quebras de natalidade nas décadas passadas.

Quadro II.9 – População na Idade Própria de cada ciclo

	Pré-escolar (3-5)			1º Ciclo (6-9)			2º Ciclo (10-11)			3º Ciclo (12-14)			Secundário(15-17)		
	1991	2001	2013	1991	2001	2013	1991	2001	2013	1991	2001	2013	1991	2001	2013
Nº de Indivíduos	543	306	312	844	411	376	507	250	149	805	430	236	747	526	270
% da População Total	4%	2%	3%	5%	3%	4%	3%	2%	1%	5%	3%	2%	5%	4%	3%

Figura II.15 – Evolução da População na idade própria de cada ciclo no concelho de Montalegre



II.6. Considerações Finais

Nos pontos anteriores da Parte II deste relatório apresentou-se a metodologia utilizada nas projecções demográficas bem como os resultados obtidos para o concelho de Montalegre, desde o ano de 2004 a 2013. Crê-se que estas estimativas são uma boa base de trabalho para efeito de planeamento da Carta Educativa. No entanto, devem ser apenas considerados como valores indicativos a corrigir, no âmbito da monitorização da Carta.

Parte III – Plano de Reorganização da Rede Educativa

Parte III – Plano de Reorganização da Rede Educativa

PARTE III – PLANO DE REORGANIZAÇÃO DA REDE EDUCATIVA

III.1. Introdução

Esta Parte III constitui a parte propositiva da Carta Educativa de Montalegre onde são apresentadas as propostas de reorganização da rede educativa do Concelho, sendo estruturada como se indica de seguida.

No Capítulo III.2 são definidos os princípios orientadores que nortearam a elaboração das propostas apresentadas, tomando como ponto de partida o quadro legislativo actual e perspectivas da sua evolução.

No Capítulo III.3 é apresentado o conceito de Território Educativo e a proposta das suas delimitações para o Concelho de Montalegre.

No Capítulo III.4 são apresentadas as projecções da procura de ensino para 2013, elaboradas a partir dos resultados do modelo de projecções demográficas descrito na Parte II.

No Capítulo III.5 é apresentado o plano de reconfiguração da Rede Escolar que contempla dois cenários no que diz respeito à Educação Pré-escolar e 1º Ciclo:

- Um primeiro, a curto prazo e numa perspectiva de transição, em que são constituídos cinco pólos de concentração da oferta de 1º Ciclo no Concelho de Montalegre localizados em Montalegre e Salto (com a construção de novos equipamentos) e, dado o grande isolamento e dificuldades de acesso ao estabelecimento alternativo mais próximo, a manutenção das actuais EB1/JI de Tourém (servindo as crianças desta freguesia e da freguesia de Pitões das Júnias), EB1 de Ferral (que receberia os alunos das freguesias de Ferral e Covêlo do Gerês) e EB1/JI de Cabril. No que se refere ao pré-escolar e numa perspectiva de garantir uma oferta de proximidade que evite a deslocação destas crianças de tenra idade, manutenção dos actuais JI enquanto a inscrição de crianças permita justificar a manutenção dessa oferta;
- Um segundo, com um horizonte de implementação a médio/longo prazo e em função das evoluções demográficas e da procura de ensino, em que

toda a oferta de Pré-escolar e 1º Ciclo passa a concentrar-se exclusivamente nos dois pólos de Montalegre e Salto, com a desactivação dos restantes estabelecimentos.

A manutenção do estabelecimento com oferta exclusiva de pré-escolar na freguesia de Viade de Baixo é comum às duas alternativas acima referidas.

Relativamente ao 2º ciclo, está prevista a sua integração na EB3/S Bento da Cruz, com a construção de um novo pavilhão (já em curso) e desactivação da actual EB2 de Montalegre.

No Capítulo III.6 é apresentado o programa de actuações que operacionaliza aquelas propostas.

A concluir, no Capítulo III.7 são feitas algumas considerações finais centradas na necessidade de monitorização da Carta Educativa.

III.2. Considerações Prévias: Princípios Orientadores

Estabelecem-se neste capítulo as bases estratégicas e princípios que servem de vectores orientadores do ordenamento da rede de equipamentos de educação e ensino e do seu planeamento, começando-se por tecer algumas considerações sobre o quadro legislativo e orientador que serve de enquadramento geral.

III.2.1. Enquadramento Geral

Em qualquer processo de planeamento, há sempre que lidar com fontes diversas de incerteza e indeterminação que, no caso do planeamento das redes de equipamentos de ensino e educação no momento actual, são acrescidas face a expectáveis alterações significativas no quadro legislativo e orientador que enquadra o sistema educativo. As Fases I e II desta Carta foram elaboradas num contexto em que o XV Governo Constitucional tinha elaborado uma proposta de uma nova Lei de Bases da Educação (LBE) que foi aprovada pela Assembleia da República em 2004, já na vigência do XVI Governo Constitucional, mas que não chegou a ser promulgada pelo Presidente da República.

Ainda que a nova Lei de Bases da Educação não tenha chegado a ser promulgada, ela continha elementos que se julgam consensuais (como o alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos) cuja implementação no horizonte de projecto (a 10 anos) é altamente provável. Deste modo, julga-se que, sem descurar obviamente o quadro legal e normativo vigente, não se podem ignorar os desafios que essa LBE permite desde já perspectivar, sendo crucial que no planeamento da rede escolar se introduzam elementos de flexibilidade que permitam a adaptação do sistema às opções e orientações que venham a ser adoptadas pelo(s) próximo(s) Governo(s) na sequência da previsível revisão da actual Lei de Bases do Sistema Educativo, nomeadamente no que se refere ao alargamento da escolaridade obrigatória que consta do Programa do Governo actual.

III.2.2. Enquadramento Actual

No contexto actual, a Lei de Bases do Sistema de Ensino (LBSE) contempla um Ensino Básico obrigatório (de 9 anos, dividido em 3 ciclos) e um Ensino Secundário, não obrigatório, de 3 anos.

Neste contexto, o elemento estruturante do ordenamento das redes escolares é o **Território Educativo**, que permite organizar o espaço geográfico concelhio em áreas nas quais se assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória, contendo uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico. Cada Território Educativo é servido por uma Escola Nuclear, que funciona como um centro de dinamização e apoio, tanto pedagógico como de instalações, às restantes escolas que se encontram articuladas na sua área de influência. A Escola Nuclear que serve o Território Educativo pode ser, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo em vigor, uma Escola Básica do 2º e 3º ciclos (EB 2,3) ou uma Escola Básica Integrada (EBI), podendo haver escolas apenas com o 1º ciclo (EB1), eventualmente com Jardim de Infância (EB01).

Entretanto, e no âmbito da política de reforma estrutural do Ministério da Educação e do sistema educativo, o Governo (particularmente na sequência do Despacho nº 13313/2003 de 8 de Julho) veio dar novo impulso à criação de Agrupamentos de Escolas, tendo nomeadamente em vista a criação de condições de gestão das escolas, de racionalização dos meios e de aumento da qualidade das aprendizagens. O **Agrupamento de Escolas** (D.L. nº 115/98, de 4 de Maio) *“é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por*

estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis e ciclos de ensino, a partir de um projecto pedagógico comum, com vista à realização das finalidades seguintes:

- a) Favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica;*
- b) Superar situações de isolamento de estabelecimentos e prevenir a exclusão social;*
- c) Reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos;*
- d) Garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão, nos termos do presente diploma;*
- e) Valorizar e enquadrar experiências em curso.”*

A constituição de agrupamentos escolares “*considera critérios relativos à existência de projectos pedagógicos comuns, à construção de percursos escolares integrados, à articulação curricular entre níveis e ciclos educativos, à proximidade geográfica, à expansão da educação pré-escolar e à reorganização da rede educativa*”. O referido Despacho, tendo em vista o objectivo expresso em a), vem ainda privilegiar os agrupamentos verticais, apenas admitindo agrupamentos horizontais (isto é, de escolas de um mesmo nível de ensino) em casos excepcionais.

Face a esta orientação (preconizando uma lógica de verticalização), é de toda a conveniência que se fundam os conceitos de Território Educativo (que servia primordialmente objectivos de ordenamento da rede e, portanto, de planeamento da mesma) e de Agrupamento de Escolas (vertical), constituindo-se assim unidades estruturantes únicas para efeitos de planeamento e também de gestão da rede em todas as suas vertentes (administrativa, pedagógica, etc.)

III.2.3. Perspectivas Futuras

O alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos reúne consensos muito alargados e é considerada uma medida urgente para elevar os níveis de qualificação da população portuguesa a padrões internacionais, sendo a sua implementação a médio prazo (antes de 10 anos) muito provável, até por estar contemplada no Programa do XVII Governo Constitucional.

O alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos implica necessariamente um reforço da oferta de ensino e, portanto, da rede de escolas públicas do Ministério da Educação (adiante designada apenas por “rede pública”), tanto na vertente quantitativa como qualitativa. Nesta última vertente, haverá necessidade de reconfigurar a oferta de ensino secundário com um leque mais abrangente de opções, particularmente nas vertentes vocacionais / profissionalizantes, do que o actualmente existente na rede pública, uma vez que é expectável que os estratos de jovens que actualmente não prosseguem estudos após o 9.º ano (ou desistem durante o actual secundário) venham no futuro a enveredar maioritariamente por essas vertentes.

Não está ainda configurado pelo Ministério da Educação este modelo de oferta, embora seja de admitir que venha a contemplar parcerias público-privadas para o desenvolvimento de uma oferta de ensino para as opções vocacionais/profissionalizantes tirando partido de capacidades e “know-how” de escolas profissionais/centros de formação existentes que, com os cortes de financiamento de fundos comunitários, também se verão confrontados com um novo quadro de dificuldades acrescidas. Embora a configuração de oferta do futuro ensino secundário seja em boa parte uma incógnita e exija uma análise de âmbito geográfico alargado (até mesmo de âmbito supra-municipal), é certo que implicará um reforço da rede de escolas públicas do Ministério da Educação, pelo que se entende que o planeamento da rede escolar para 2013 deve visar essencialmente um dimensionamento indicativo de capacidades dos novos equipamentos necessários para cobrir as necessidades (quantitativas) projectadas para 2013.

Ainda assim, mesmo nos aspectos quantitativos há incógnitas no que respeita aos níveis de retenção (e de abandono precoce) do futuro secundário e à repartição da oferta entre a rede de escolas secundárias públicas e outros tipos de ofertas, públicas ou privadas (escolas profissionais, etc.).

No que se refere aos princípios estruturantes de ordenamento da rede escolar, o previsto alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos vem pôr em causa a configuração actual dos Territórios Educativos ou Agrupamentos Escolares, em que a escola nuclear é uma EB23 ou uma EBI, deixando de fora as actuais escolas secundárias (mesmo as que já acolhem o 3º ciclo). Com a plena implementação da escolaridade obrigatória a 12 anos, a escola nuclear do (futuro) Território Educativo será presumivelmente uma escola secundária.

Face a estas incertezas e indeterminações, importa que no planeamento da rede escolar se introduzam elementos de flexibilidade que permitam acomodar essas alterações previsíveis, nomeadamente adoptando para os equipamentos de ensino soluções funcionais que permitam adaptações simples a diferentes requisitos e utilizações num quadro de mutações permanentes.

III.2.4. Princípios Orientadores

Apesar de todas as incertezas e indeterminações que estão associadas à revisão da actual Lei de Bases, julga-se que a CMM não pode deixar-se aprisionar por uma perspectiva imediatista de gestão corrente que iniba um planeamento de médio prazo da rede de equipamentos de ensino do concelho. Deve antes, nesta oportunidade singular que a elaboração da Carta Educativa constitui, adoptar uma visão ambiciosa de futuro, dotando-se de instrumentos de planeamento que permitam responder eficazmente aos desafios que se lhe colocam num domínio - a educação - que é, de forma crescente, um factor vital de competitividade e determinante na capacidade de atracção e fixação das populações.

Neste enquadramento, o planeamento da rede de equipamentos de ensino no horizonte temporal adoptado (a 10 anos) foi baseado nos seguintes princípios orientadores:

- a. As previsões da procura de ensino contemplam desde já o alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos.
- b. No âmbito geográfico de cada Território Educativo, a rede escolar programada deverá dar cobertura integral à procura (projectada para 2013) de todos os níveis de ensino dentro desses âmbitos geográficos.
- c. Na estimação de procura de ensino para a rede pública considerou-se uma taxa de cobertura a 100% da procura gerada pela população residente no concelho de Montalegre (projectação para 2013).
- d. No que se refere a tipologias de escolas, admitiu-se que se mantêm as tipologias actualmente existentes.

Em última análise, entende-se que o planeamento da rede escolar para o horizonte de estudo (2013) deve estar estrategicamente voltado para um dimensionamento indicativo de capacidades dos novos equipamentos necessários para cobrir as

necessidades (quantitativas) projectadas para o horizonte de estudo. Não deve, portanto, no âmbito das suas atribuições, prender-se excessivamente a CMM com aspectos qualitativos, seja na vertente de oferta qualitativa de ensino (sobretudo no que respeita ao futuro Ensino Secundário), ou das tipologias das escolas, importando que se adoptem soluções flexíveis e com capacidade de adaptação dos espaços e equipamentos a evoluções diversas, quer do quadro legislativo e orientador, quer das dinâmicas urbanas, sociológicas e demográficas que importa monitorizar tendo em vista as necessárias alterações do plano estabelecido.

Adicionalmente, no reordenamento da rede escolar devem ser contemplados os seguintes critérios básicos:

- i. Desactivação de Jardins de Infância e escolas de 1º Ciclo com um número reduzido de alunos (abaixo de 10, como nível mínimo), salvo situações especiais de grande isolamento e dificuldades de acesso ao estabelecimento alternativo mais próximo;
- ii. Tempos de deslocação, em transporte escolar, entre o local de residência e a escola de acolhimento que não deverão, em princípio, exceder 30 minutos.
- iii. Criação de pólos de oferta de educação pré-escolar e de ensino de 1º ciclo em localizações que, pela sua área de influência, tenham um potencial de captação de alunos em números ajustados ao desenvolvimento de processos educativos e das aprendizagens.

Para além dos enunciados, são objectivos centrais do planeamento da rede de ofertas educativas:

- Criação de condições para combater eficazmente o isolamento e marginalização de alunos e professores e para promover o desenvolvimento integral e socialização das crianças e jovens.
- Requalificação do parque escolar, proporcionando a alunos e professores instalações e dotações de equipamento adequadas a uma boa vivência escolar, às actuais exigências pedagógicas e ao pleno desenvolvimento dos processos educativos.

- Integração dos trajectos escolares, procurando que os alunos completem a escolaridade obrigatória no mesmo estabelecimento.
- Racionalização da utilização dos recursos educativos (instalações e pessoal).
- Melhoria da oferta educativa, dando resposta adequada às necessidades e anseios dos residentes no concelho e contribuindo decisivamente para atrair e fixar a população.

III.3. Delimitação de Territórios Educativos

O elemento estruturante das novas redes escolares é o Território Educativo (TE), que permite organizar o espaço geográfico concelhio em áreas que asseguram o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento vertical, contendo assim uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico.

Cada Território Educativo é servido por uma Escola Nuclear, que funciona como um centro de dinamização e apoio, tanto pedagógico como de instalações, às restantes escolas que se encontram articuladas na sua área de influência. É na Escola Nuclear que se realizam certas funções e actividades que não é possível de desenvolver em escolas mais pequenas e menos equipadas.

A Escola Nuclear que serve o Território Educativo pode ser, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo em vigor, uma Escola Básica 2,3 (EB 23) ou uma Escola Básica Integrada (EBI¹²). Todavia, o Programa do XVII Governo introduz substanciais alterações na forma de estruturar os territórios educativos, uma vez que prevê uma escolaridade obrigatória de 12 anos. Neste enquadramento, a escola nuclear passaria a ser uma escola com Ensino Secundário.

No âmbito deste trabalho, irá ser tido em consideração o estabelecido pelo Programa do Governo, particularmente no que respeita ao alargamento da escolaridade

¹² Escola onde é ministrada a educação pré-escolar e os três ciclos do ensino básico (EPE + EB1,2,3). Uma EBI pode ser constituída num único edifício ou num conjunto de edifícios fisicamente separados, mas cuja utilização (sob o ponto de vista de gestão pedagógica e de gestão dos recursos físicos) é feita de forma interdependente e complementar.

obrigatória a 12 anos, embora obviamente sem ignorar a legislação ainda em vigor (Lei 46/86 - LBSE).

III.3.1. Características do Território Educativo

O território educativo é o espaço geográfico onde se assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento integrado, contendo assim, uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico. A característica principal do Território Educativo é garantir que os alunos que integram aquele espaço geográfico tenham assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória através da existência de uma Escola Nuclear, que funciona como um centro de dinamização e apoio, tanto pedagógico como de instalações, das restantes escolas que o compõem.

O Território Educativo também pode ser encarado *“como o conjunto de unidades educativas que têm em vista o prosseguimento de acções, actividades ou projectos educativos de interesse comum que lhe permitam encontrar melhores soluções pedagógicas, administrativas e financeiras”*.

Para efeitos de delimitação dos Territórios Educativos foram consideradas como fundamentais as seguintes características:

- a. Conter população a escolarizar que, segundo os critérios de dimensionamento da rede pública de equipamento escolar, justifique a existência de instalações escolares de educação pré-escolar, dos ciclos do ensino básico e do ensino secundário;
- b. Conter instalações escolares públicas destinadas à educação pré-escolar, ao ensino básico e ensino secundário, com capacidades suficientes face à respectiva população a escolarizar;
- c. Conter uma escola que, pelas suas características físicas, possa desempenhar as funções de Escola Nuclear;
- d. Nas zonas urbanas densamente habitadas, ter uma dimensão compatível com a distância que se considere aceitável os alunos de cada grupo etário percorrerem a pé, nas suas deslocações diárias entre a casa e a escola. Nas zonas menos urbanas, existir um sistema de

transporte escolar que permita uma fácil (sobretudo a nível de tempo de percurso) ligação casa-escola;

- e. Não ser atravessada por barreiras físicas que dificultem ou tornem inseguras as deslocações pedonais de acesso às escolas. Estas barreiras físicas são fundamentalmente:
- a rede viária principal;
 - a rede ferroviária de superfície,
 - situações topográficas que dificultem as deslocações pedonais (por exemplo declives muito acentuados ou vales muito marcados),
 - grandes áreas de usos não habitacionais ou de atravessamento inseguro (por exemplo instalações industriais);
- f. Coincidir, sempre que possível, com os limites administrativos das freguesias.

III.3.2. Metodologia de Delimitação dos Territórios Educativos

A metodologia a utilizar para a delimitação dos Territórios Educativos desenvolve-se em dois níveis.

Num primeiro nível, a análise é efectuada à escala do concelho, tendo como aspectos mais relevantes o ordenamento do território, a rede viária principal, o relevo e os limites administrativos das freguesias, bem como as projecções da procura de ensino.

Num segundo nível, cada território educativo é estudado a uma escala maior, para testar a sua funcionalidade face a aspectos mais pormenorizados, como por exemplo, a sua população por escalão etário, as características físicas e equipamentos das escolas candidatas a Escola Nuclear, a localização das restantes escolas, a existência de barreiras físicas não detectadas à escala do concelho, etc.

III.3.2.1. Ordenamento do Território

Relativamente ao ordenamento do território, atendeu-se aos Planos Municipais de Ordenamento do Território, nomeadamente o Plano Director Municipal (P.D.M.).

O P.D.M. classifica o espaço urbano em categorias de uso de solo (isto é, espaços onde um dado uso de solo deverá ser dominante) e define, para cada uma delas, as regras de ocupação, uso e transformação do solo.

As categorias de uso do solo identificadas no Regulamento do P.D.M. permitem perceber onde se localizam os usos de solo determinantes para a delimitação dos territórios educativos, especialmente as zonas de concentração da habitação, as localizações preferenciais para os equipamentos escolares ou as barreiras físicas às deslocações pedonais.

Importa ainda que o planeamento da rede escolar e a delimitação dos Territórios Educativos na qual aquele se apoia estejam articulados com os vectores estratégicos de desenvolvimento do concelho e constituam um dos elementos de suporte dessas estratégias.

III.3.2.2. Limites Administrativos das Freguesias

Na elaboração da Carta Educativa não pode ser ignorada a importância das freguesias, tanto ao nível do planeamento como ao nível da gestão da rede de infra-estruturas (a freguesia é a menor divisão administrativa territorial).

Neste sentido, é conveniente que um território educativo corresponda a uma freguesia, a um número inteiro de freguesias ou a uma parte de uma única freguesia.

Tendo em conta que cada território educativo se deve articular em torno de uma Escola Nuclear e deve conter população a escolarizar que justifique a existência de instalações escolares, é possível identificar as freguesias onde a população a escolarizar é insuficiente para constituir um território educativo, as que podem corresponder a um único território educativo e aquelas que deverão ser divididas em vários territórios educativos.

Um indicador da necessidade de agregação ou de divisão das freguesias é a relação entre o número de jovens com idades até 18 anos residentes na freguesia e o número de alunos aceitável para uma escola nuclear.

III.3.3. Gestão Educativa

Para além dos aspectos referentes às infra-estruturas, a gestão da rede escolar tem uma vertente de carácter pedagógico/administrativo que convém acautelar aquando da constituição dos territórios educativos.

O Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio veio criar o conceito de Agrupamento Escolar, propiciando assim a articulação do funcionamento da rede educativa. A constituição destes Agrupamentos Escolares, visou permitir a implementação do Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário. Existe uma grande liberdade na forma de constituição desses agrupamentos de natureza vertical, os quais integram níveis complementares de ensino. Deste modo, o funcionamento da rede será facilitado se os agrupamentos de escolas coincidirem com os territórios educativos, permitindo que os alunos completem a escolaridade obrigatória em escolas localizadas na sua área de influência.

No concelho de Montalegre existem actualmente dois agrupamentos escolares de articulação vertical: o de Montalegre e o das escolas do Baixo Barroso. O primeiro é composto por 16 escolas do 1º ciclo e 8 jardins de infância, sendo que o ensino correspondente ao 3º ciclo e secundário é garantido pela sua escola nuclear (ES/3 Dr. Bento Cruz) e o 2º ciclo pela EB2 de Montalegre (que, com construção do novo pavilhão na Dr. Bento Cruz, será desactivada). O agrupamento das escolas de Baixo Barroso tem como unidade nuclear a escola EB2,3/S de Baixo Barroso e ainda 4 e 11 estabelecimentos com oferta de pré-escolar e 1º ciclo, respectivamente. Importa ainda referir que há duas escolas privadas que não integram qualquer agrupamento: a Escola Profissional das Minas da Borralha (2º e 3º ciclos e secundário) e o JI da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre. A escola Misarela Coop (com 2º 3º ciclos e secundário) foi encerrada.

III.3.4. Delimitação dos Territórios Educativos

Tendo em conta a análise aprofundada ao concelho de Montalegre, a nível de ordenamento do território, rede viária principal, relevo e limites administrativos, bem como, a nível do parque escolar e das projecções da procura de ensino, considera-se apropriado definir dois Territórios Educativos:

- Território Educativo de Montalegre que abrange as freguesias de Cambeses do Rio, Cervos, Chã, Contim, Covelães, Donões, Fervidelas, Fiães do Rio, Gralhas, Meixedo, Meixide, Montalegre, Morgade, Mourilhe, Negrões, Outeiro, Padornelos, Padroso, Paradela, Pitões das Júnias, Santo André, Sarraquinhos, Sezelhe, Solveira, Tourém, Viade de Baixo e Vilar de Perdizes e que terá como escola nuclear a EB2,3/S Dr. Bento Cruz;
- Território Educativo de Baixo Barroso que abrange as freguesias de Cabril, Còvelo do Gerês, Ferral, Pondras, Reigoso, Salto, Venda Nova e Vila da Ponte e que terá como escola nuclear a EB2,3/S de Baixo Barroso.

Estas duas escolas nucleares terão de assegurar a cobertura de toda a procura de 2º e 3º ciclos (do 5º ao 9º ano de escolaridade) gerada na região definida pela sua irradiação.

III.4. Projecções da Procura de Ensino para 2013

Com base nas projecções demográficas para 2013 apresentadas na Parte II, que produziram estimativas do número de crianças e jovens nos escalões etários correspondentes às idades próprias de frequência de cada nível e ciclo de ensino, apresentam-se no Quadro III.1 as projecções da procura de ensino para 2013, desde o Pré-escolar até ao Secundário, por freguesia. Os valores da procura apresentados neste quadro consideram uma **taxa de cobertura de 100%** da procura para todos os níveis de ensino.

Sublinhe-se que as projecções apresentadas para o ano de 2013 assentam nomeadamente nos seguintes pressupostos:

- Escolaridade obrigatória de 12 anos (em 2013), prevista no Programa do XVII Governo Constitucional;
- Como referido, a taxa de cobertura da procura de ensino será de 100% da procura para todos os níveis de ensino (desde o Pré-escolar até ao Secundário) gerada pela população residente no concelho;
- Ausência de abandono escolar;

- Manutenção dos níveis de retenção verificados em anos recentes, com implicação nas proporções apuradas de alunos em idade própria (e fora destas idades) de frequência de cada ciclo de ensino.

Quadro III. 1 – Projecções da procura de ensino (2013), por freguesia

Procura de Ensino em 2013	Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário
CONCELHO DE MONTALEGRE	282	391	165	302	240
Cabril	0	0	0	0	0
Cambeses do Rio	0	0	0	1	0
Cervos	7	12	3	6	4
Chã	35	39	14	31	21
Contim	0	0	2	0	0
Covelães	6	1	1	5	2
Covelo do Gerês	1	6	5	7	11
Donões	0	0	0	3	3
Ferral	20	14	15	10	10
Fervidelas	0	1	0	0	0
Fiães do Rio	0	0	0	2	0
Gralhas	0	0	0	2	0
Meixedo	3	5	2	3	2
Meixide	3	5	2	3	4
Montalegre	43	58	30	56	38
Morgade	1	1	3	2	4
Mourilhe	4	0	3	1	1
Negrões	3	5	5	3	4
Outeiro	0	2	2	7	2
Padornelos	3	2	0	5	8
Padroso	0	1	0	2	4
Paradela	1	4	3	4	0
Pitões das Junias	3	15	3	4	5
Pondras	1	2	1	1	3
Reigoso	1	1	0	4	7
Salto	57	54	27	50	40
Santo André	1	12	7	10	3
Vilar de Perdizes (S.Miguel)	5	8	3	6	5
Sarraquinhos	5	10	4	12	9
Sezelhe	2	2	0	2	5
Solveira	0	2	1	0	0
Tourém	3	5	0	4	4
Venda Nova	15	52	11	12	5
Viade de Baixo	23	27	9	21	16
Vila da Ponte	13	10	1	9	6

Pretende-se desta forma, dar cobertura integral à procura de todos os níveis de ensino, desde o Pré-escolar ao Ensino Secundário, gerada pela população residente no concelho.

III.5. Planeamento da Rede Educativa

III.5.1. Capacidade dos Equipamentos Escolares Existentes e Programados

A capacidade (em número de alunos/crianças) dos equipamentos escolares é estimada pelo produto da capacidade em turmas de cada instalação (dados fornecidos pelos inquéritos realizados às escolas) pelo número de alunos/crianças recomendável por turma.

Deste modo, para o Concelho de Montalegre a capacidade em número de crianças dos equipamentos de Educação Pré-escolar adopta uma capacidade máxima de 20 crianças por sala de actividades, valor estabelecido face à capacidade actual das salas destes equipamentos.

No caso do 1º Ciclo do Ensino Básico, este valor foi fixado numa capacidade recomendável de 24 alunos por sala de aula, salvo quando expressamente referido pelo estabelecimento que a capacidade por sala é inferior a este valor.

Para o 2º e 3º ciclos do ensino básico e para o Secundário, o processo de cálculo da capacidade dos equipamentos é semelhante, isto é, a capacidade por turma recomendável é de 24 alunos por turma. No entanto é de referir que a capacidade máxima por turma indicada pelo Ministério da Educação é de 28 alunos por sala.

Deste modo, obtêm-se as capacidades apresentadas no Quadro III.2, no qual se contempla desde já a construção de um novo pavilhão para acolher o 2º ciclo na EB3/S Dr. Bento Cruz em Montalegre, com desactivação da actual EB2 de Montalegre. De referir ainda que as referidas alterações programadas vêm associadas à concentração da oferta de pré-escolar e 1º Ciclo em centros escolares nas freguesias de Salto e Montalegre, com desactivação a prazo dos restantes JI e EB1 actualmente existentes, com excepção do JI da freguesia de Viade de Baixo e dos seguintes estabelecimentos:

- JI de Cabril (freguesia de Cabril)
- EB1 de Ferral(freguesia de Ferral)
- JI e EB1 de Tourém (freguesia de Tourém)

No Quadro III.3 apresenta-se uma síntese destas capacidades, por freguesia e nível de ensino, na qual as repartições das capacidades entre oferta de 2º, de 3º ciclo e secundário, nas escolas com este tipo de ofertas, reflecte a afectação verificada em 2003/04.

Quadro III. 3 – Capacidade actual por freguesia e por ciclo

Freguesia	CAPACIDADE ACTUAL									
	Capacidade em Turmas					Capacidade em Alunos				
	PE	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Sec.	PE	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Sec.
Cabril	1	2	0	0	0	20	48	0	0	0
Cambeses do Rio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cervos	0	1	0	0	0	0	24	0	0	0
Chã	1	2	0	0	0	20	48	0	0	0
Contim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Covelães	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Covelo do Gerês	0	1	0	0	0	0	24	0	0	0
Donões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ferral	0	2	4	5	4	0	48	96	120	96
Fervidelas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fiães do Rio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gralhas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Meixedo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Meixide	0	1	0	0	0	0	24	0	0	0
Montalegre	5	9	5	12	6	100	216	120	288	144
Morgade	1	1	0	0	0	20	24	0	0	0
Mourilhe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Negrões	0	1	0	0	0	0	24	0	0	0
Outeiro	0	1	0	0	0	0	24	0	0	0
Padornelos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Padroso	0	1	0	0	0	0	24	0	0	0
Paradela	1	4	0	0	0	20	96	0	0	0
Pitões das Júnias	0	1	0	0	0	0	24	0	0	0
Pondras	0	1	0	0	0	0	24	0	0	0
Reigoso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Salto	3	8	4	6	5	60	192	96	144	120
Sarraquinhos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sezelhe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Solveira	0	3	0	0	0	0	72	0	0	0
Stº André	1	1	0	0	0	20	24	0	0	0
Tourém	1	1	0	0	0	20	24	0	0	0
Venda Nova	0	2	5	6	5	0	48	120	144	120
Viade de Baixo	1	3	0	0	0	20	72	0	0	0
Vila da Ponte	1	2	0	0	0	20	48	0	0	0
Vilar de Perdizes	1	2	0	0	0	20	48	0	0	0
TOTAL	17	50	18	29	20	340	1200	432	696	480

Fonte: Inquéritos realizados às escolas

III.5.2. Balanço Prospectivo – Rede Actual

Nesta secção faz-se uma análise prospectiva (para o horizonte de 2013) centrada em balanços de oferta-procura de ensino. Este balanço assenta, por um lado, nas projecções da procura de ensino apresentadas na secção III.4 do presente documento e, por outro lado, nas capacidades dos equipamentos existentes. Este balanço prospectivo permite caracterizar a rede escolar actual do Concelho de Montalegre, servindo de ponto de partida para a reconfiguração da rede escolar que se apresentará mais adiante.

Como resultado deste balanço prospectivo, identificam-se as debilidades da rede escolar actual face à procura projectada para 2013 que permitem esboçar propostas de reconfiguração da rede tendo em vista a superação dos desequilíbrios identificados.

Neste balanço prospectivo, admitiram-se as seguintes hipóteses de trabalho:

- Uma cobertura total da procura de ensino nos seus diversos níveis pela rede escolar do concelho, considerando todas as escolas existentes, independentemente da sua natureza (públicas e privadas).
- Os actuais estabelecimentos não integrados na rede pública do Ministério da Educação (IPSS, particulares, cooperativos, etc.) manterão em 2013 a oferta e capacidades actualmente existentes.
- Os restantes estabelecimentos da rede pública do M.E. manterão as suas tipologias e capacidades actuais (no caso da Capacidade Actual indicada).

O balanço Oferta-Procura apresentado no Quadro III.4 é obtido pela diferença entre a Capacidade Actual e a Procura de Ensino em 2013 (valores em número de alunos).

Da análise deste balanço, centrada na rede actual, resultam as seguintes conclusões principais:

- No Pré-escolar, verifica-se um excesso de oferta a nível do concelho de 58 lugares, sendo no entanto de referir que a maioria das freguesias de Montalegre apresenta um saldo negativo/nulo oferta-procura, dada a ausência de oferta deste tipo naquelas freguesias;

Quadro III. 4 - Balanço Oferta-Procure por ciclo para a Rede Actual

CENÁRIO ACTUAL Oferta-Procure de Ensino em 2013	Pré-escolar	Básico			Secundário
		1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	
CONCELHO DE MONTALEGRE	58	713	267	394	240
Cabril	20	48	0	0	0
Cambeses do Rio	0	0	0	-1	0
Cervos	-7	12	-3	-6	-4
Chã	-15	9	-14	-31	-21
Contim	0	0	-2	0	0
Covelães	-6	-1	-1	-5	-2
Covelo do Gerês	-1	18	-5	-7	-11
Donões	0	0	0	-3	-3
Ferral	-20	34	81	110	86
Fervidelas	0	-1	0	0	0
Fiães do Rio	0	0	0	-2	0
Gralhas	0	0	0	-2	0
Meixedo	-3	-5	-2	-3	-2
Meixide	-3	19	-2	-3	-4
Montalegre	57	158	90	232	106
Morgade	19	23	-3	-2	-4
Mourilhe	-4	0	-3	-1	-1
Negrões	-3	19	-5	-3	-4
Outeiro	0	22	-2	-7	-2
Padornelos	-3	-2	0	-5	-8
Padroso	0	23	0	-2	-4
Paradela	19	92	-3	-4	0
Pitões das Junias	-3	9	-3	-4	-5
Pondras	-1	22	-1	-1	-3
Reigoso	-1	-1	0	-4	-7
Salto	3	138	69	94	80
Santo André	19	-12	-7	-10	-3
Vilar de Perdizes (S.Miguel)	15	40	-3	-6	-5
Sarraquinhos	-5	-10	-4	-12	-9
Sezelhe	-2	-2	0	-2	-5
Solveira	0	-2	-1	0	0
Tourém	17	19	0	-4	-4
Venda Nova	-15	-4	109	132	115
Viade de Baixo	-3	45	-9	-21	-16
Vila da Ponte	7	38	-1	-9	-6

- No 1º ciclo do Ensino Básico, o excesso de oferta no concelho é muito elevado (713 lugares) embora cerca de metade das freguesias do concelho não possuam qualquer tipo de oferta deste nível de ensino;
- No conjunto dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, verifica-se que a oferta cobre a totalidade da procura, havendo um excesso de 267 lugares no 2º Ciclo e 394 lugares no 3º Ciclo. De salientar que existe oferta destes níveis de ensino na sede do Concelho e nas freguesias de Salto e Venda Nova, verificando-se portanto um elevado excesso de oferta nestas freguesias, que servem todo o Concelho de Montalegre.
- A oferta ao nível do Ensino Secundário é garantida pelos mesmos estabelecimentos referidos no ponto anterior, constatando-se um excesso de capacidade de 240 lugares relativamente à procura estimada para 2013 deste nível de ensino no Concelho.

III.5.3. Configuração da Rede Escolar

O balanço prospectivo apresentado na secção anterior mostra um claro excesso de oferta ao nível do Ensino Básico, particularmente no que diz respeito ao 1º Ciclo, como resultado das dinâmicas demográficas verificadas e concomitante rarefacção da procura de ensino. Acresce que, como indicado no diagnóstico apresentado no relatório da Fase I, a maioria dos actuais Jardins de Infância e escolas de 1º ciclo são tipicamente de muito pequena dimensão e estão mal dotadas de infraestruturas de apoio e equipamentos, para além de serem construções antigas e com algumas deficiências ao nível do estado de conservação. Deste modo, julga-se que a solução mais adequada (e que corresponde à orientação que vem sendo seguida pela Câmara Municipal de Montalegre e pela DREN) para o Concelho é a concentração da oferta conjunta de pré-escolar e 1º ciclo em dois pólos escolares, a médio prazo.

Um dos pólos de oferta de pré-escolar e de 1º ciclo será naturalmente implementado na sede do Concelho, servindo o Território Educativo de Montalegre. O segundo pólo, servindo o Território Educativo do Baixo Barroso, será localizado em Salto, o segundo maior aglomerado urbano do Concelho e que, como analisado na Parte II, apresentou uma dinâmica demográfica positiva na última década.

Esta concentração da oferta na sede do concelho e em Salto, para além de argumentos de racionalização da utilização de recursos educativos, insere-se numa

estratégia de superação da marginalização e isolamento de alunos e professores das escolas das freguesias mais rurais do concelho, de criação de condições propícias ao desenvolvimento integral das crianças e à elevação dos processos pedagógicos e da aprendizagem.

As alterações da rede de equipamentos, relativamente à situação actual, são as que se seguem:

a) No Território Educativo de Montalegre:

a1) Construção de uma nova Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância (tipologia 11+6 turmas), concentrando a oferta de 1º Ciclo (com desactivação de todas as EB1 actualmente existentes) na Vila de Montalegre;

a2) Concentração da oferta pública de educação pré-escolar no pólo de Montalegre com desactivação dos restantes Jardins de Infância públicos deste Território Educativo com excepção de um JI na freguesia de Viade de Baixo;

a3) Construção de um pavilhão (já em curso) para acolher o 2º ciclo na actual ES/3 Dr. Bento Cruz, com desactivação da actual EB2 de Montalegre.

b) No Território Educativo de Baixo Barroso:

b1) Construção de uma nova Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância (tipologia 7+6 turmas), concentrando a oferta de 1º Ciclo e pré-escolar na freguesia de Salto com desactivação de todos os JI e EB1 actualmente existentes;

Com este plano de actuação, a rede escolar do concelho seria constituída pelos equipamentos constantes do Quadro III.5. O dimensionamento da oferta pré-escolar pública está dependente de opções políticas relativamente à complementaridade da oferta privada (das IPSS) já hoje implantada na freguesia de Montalegre.

Tendo nomeadamente em vista o alargamento da escolaridade obrigatória, a necessidade acrescida de reforçar as ofertas de carácter vocacional / profissionalizante e as enormes incertezas sobre a repartição futura da procura de

ensino de nível secundário entre Cursos Gerais e outros tipos de opções (tecnológicos / vocacionais / profissionais), particularmente num concelho em que actualmente uma proporção muito significativa dos jovens não prossegue estudos após conclusão da escolaridade obrigatória, optou-se por afectar toda a procura de secundário projectada para 2013 às duas escolas públicas existentes (ES/3 Dr. Bento da Cruz e EB23/S Baixo Barroso), tendo em vista uma análise prospectiva, de carácter quantitativo, confrontando capacidades da rede pública programada (oferta) com a procura prevista. Os aspectos qualitativos da oferta educativa e das complementaridades da oferta privada de nível secundário (da Escola Profissional das Minas da Borralha) serão abordados mais adiante.

De sublinhar, a este propósito, que as projecções da procura de secundário para 2013 atrás apresentadas assentam numa hipótese de manutenção dos níveis de retenção verificados em anos recentes, hipótese esta que encerra um elevado grau de optimismo, não sendo de excluir que, pelo menos numa fase inicial de implementação do alargamento da escolaridade obrigatória, os níveis de retenção subam de forma significativa, empolando portanto as projecções apresentadas.

Quadro III. 5 – Rede escolar planeada (médio prazo).

Nome do Estabelecimento	Território Educativo	CAPACIDADE FUTURA PROGRAMADA									
		Capacidade em Turmas					Capacidade em Alunos				
		PE	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Sec.	PE	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Sec.
Centro escolar com oferta de JI e 1º ciclo	Montalegre	6	11				120	264			
EB23/S Dr. Bento da Cruz				7	11	12			168	264	288
JI Santa Casa da Misericórdia de Montalegre		1					20				
JI da Freguesia de Viade de Baixo		1					20				
Sub-total TE Montalegre		8	11	7	11	12	160	264	168	264	288
Centro escolar com oferta de JI e 1º ciclo	Baixo Barroso	6	7				120	168			
EB 23/S Baixo Barroso				4	6	6			96	144	144
Sub-total TE Baixo Barroso		6	7	4	6	6	120	168	96	144	144
TOTAL		14	18	11	17	18	280	432	264	408	432

No Quadro III.5 apresenta-se a lista completa das escolas públicas e das IPSS que integram a rede escolar planeada (cenário de médio prazo), bem como as capacidades por ciclo (em turmas e alunos).

No Quadro III.6 apresenta-se o balanço oferta-procura prospetivo (para 2013), para esta rede planeada.

Quadro III. 6 - Balanço Oferta-Procura (2013) por ciclo e Território Educativo (em nº de alunos)

CENÁRIO PROGRAMADO Oferta-Procura de Ensino em 2013	Pré-escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário
		1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	
CONCELHO DE MONTALEGRE	21	73	81	121	206
Território Educativo de Montalegre	9	44	45	70	144
Território Educativo Baixo Barroso	12	29	36	51	62

Da análise do Quadro III.6 podem tirar-se as seguintes conclusões:

- A nível da educação Pré-escolar, constata-se uma cobertura integral da procura, com ligeira folga de oferta. A distribuição concentra-se em três freguesias – Montalegre, Salto e Viade de Baixo - que constituem freguesias de razoável acesso pelas restantes sem oferta de Pré-escolar (com saldo negativo). É de sublinhar que para este saldo positivo contribuem maioritariamente os dois novos centros escolares propostos que representam no conjunto uma oferta de 240 lugares (12 salas de actividades).
- No 1º Ciclo diminui-se o grande excedente de oferta existente actualmente, com vista à obtenção do equilíbrio oferta-procura ao nível do concelho, prevendo-se uma ligeira folga para dar cobertura a valores de procura acima dos agora previstos e/ou um número efectivo de alunos por turma abaixo do valor nominal considerado (24 alunos/turma).
- No que respeita aos 2º, 3º ciclos e Secundário, as capacidades das duas escolas públicas seriam suficientes para, em termos puramente quantitativos, acomodar com folga apreciável a procura projectada para 2013 em ambos os Territórios Educativos.

De sublinhar que, com esta concentração de oferta, é indispensável a implementação de uma boa rede de transporte escolar e o reforço da Acção Social Escolar, nomeadamente no que respeita a serviço de refeições às crianças deslocadas.

No entanto, a concentração da oferta de pré-escolar e de 1º ciclo nos dois pólos referidos (Montalegre e Salto) levanta sérias dificuldades às crianças de tenra idade das freguesias mais periféricas, particularmente das freguesias de Tourém e Pitões das Júnias, no Território Educativo de Montalegre, e de Cabril, Ferral e Covêlo do Gerês no Território Educativo do Baixo Barroso, para as quais os tempos de deslocação até aqueles pólos seriam superiores a 30 minutos. Deste modo, é intenção da CMM manter a curto prazo a EB1/JI de Tourém, EB1/JI de Cabril e EB1 de Ferral. Isto porque, numa perspectiva de oferta de proximidade e de forma a evitar tempos de deslocação excessivos das crianças de mais tenra idade destas zonas do Concelho, considerou-se que a manutenção destes estabelecimentos permite uma melhor transição a curto prazo, devendo manter-se esta oferta enquanto a procura de ensino nestas zonas remotas e de mais difícil acesso aos dois pólos referidos o justificar.

Não será, aliás, de descartar a possibilidade de vir a ampliar a EB1 de Ferral com uma sala de actividades para implantar uma oferta de pré-escolar que, em conjunto com o 1º ciclo, permitisse acolher as crianças desta freguesia e das vizinhas (Cabril e Covêlo do Gerês). A viabilidade e interesse desta hipótese deve ser alvo de avaliação em anos futuros, em função das evoluções demográficas e da procura de ensino nesta zona remota e de problemáticas acessibilidades do concelho.

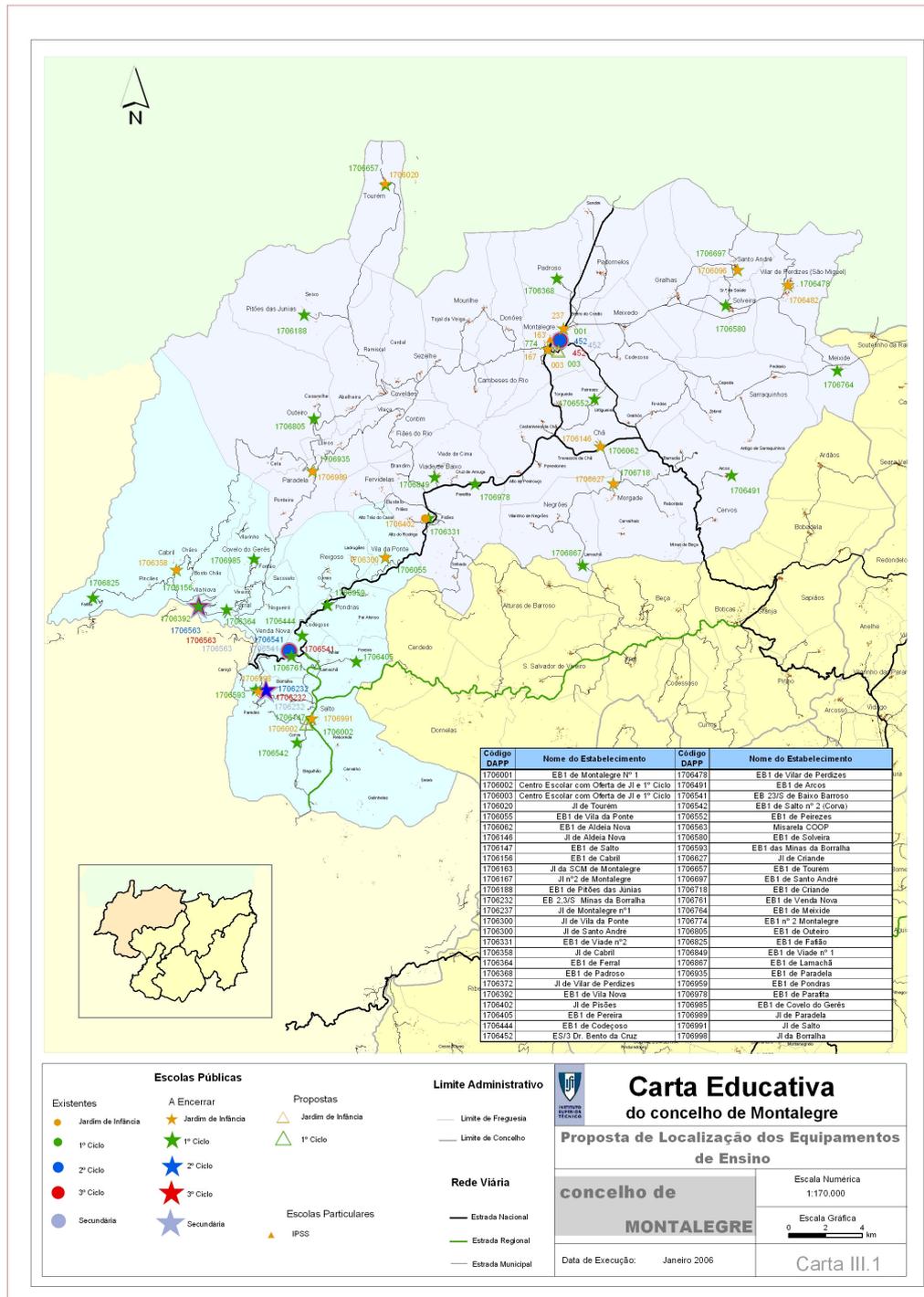
Adicionalmente, e ainda numa perspectiva de oferta de proximidade que evite deslocações de crianças de mais tenra idade, é intenção da CMM manter em funcionamento os JI actualmente existentes enquanto a procura de educação pré-escolar viabilizar essa oferta. Face às tendências demográficas e de procura de ensino perspectivadas na Parte II, e que importa monitorizar, é expectável que estes estabelecimentos venham a ser desactivados a prazo, concentrando-se a oferta nos pólos referidos.

Por fim, é de referir que no Território Educativo do Baixo Barroso e numa perspectiva de curto prazo (trabalhando com os alunos matriculados em 2003/04 nas 3 escolas activas nesse ano lectivo), a EB 2,3/S do Baixo Barroso não teria capacidade para acolher todos os alunos do 2º e 3º ciclos e Secundário deste Território Educativo, a que acresce o facto de esta escola não ter condições de ampliação e a sua oferta de secundário ser limitada. Muito embora as tendências recentes de redução do número de alunos destes níveis de ensino e as projecções de procura de ensino para 2013 apontem no sentido da superação deste estrangulamento (em termos puramente

quantitativos), será prudente no curto prazo manter alguma oferta na E.P. das Minas da Borralha como forma de evitar roturas da rede pública. Adicionalmente, e na vertente qualitativa, convém ter presente as características singulares da oferta de secundário na E.P. das Minas da Borralha (cursos tecnológicos, não oferecidos pela EB 2,3/S do Baixo Barroso que não dispõe de laboratório e equipamentos adequados), tipo de oferta que, conjuntamente com cursos profissionais, importa preservar e até alargar, particularmente num contexto de alargamento da escolaridade obrigatória e de diversificação das ofertas educativas, como se abordará na secção seguinte.

Na Carta III.1 são representadas as localizações dos equipamentos escolares da rede planeada (médio prazo).

Carta III.1 – Rede de Equipamentos Escolares



III.5.4 Elevação das ofertas educativas

Com o plano de reordenamento da rede educativa apresentado na secção anterior cria-se uma rede de equipamentos de educação e ensino que, através da requalificação do parque escolar, proporcionará a alunos e professores instalações e dotações de equipamento adequadas a uma boa vivência escolar, às modernas exigências pedagógicas e ao pleno desenvolvimento dos processos educativos.

No que respeita à educação pré-escolar e 1º ciclo, a concentração da oferta em dois pólos qualificados cria condições propícias para:

- Superar o isolamento e marginalização de alunos e professores;
- Promover os processos de socialização e o desenvolvimento integral das crianças;
- Elevar os processos pedagógicos, nomeadamente evitando o funcionamento de turmas agregadas no 1º ciclo que, ao juntarem numa mesma sala alunos de diferentes anos de escolaridade, prejudicam as aprendizagens;
- Combater o insucesso e o abandono escolar.

Para que estes objectivos possam ser alcançados, é crucial que seja implementada uma adequada rede de transporte escolar e o reforço da Acção Social Escolar, nomeadamente no que respeita a serviço de refeições às crianças deslocadas. Estas são medidas de suporte essenciais para o sucesso do plano apresentado.

Complementarmente, e ainda como medidas de suporte à elevação das ofertas educativas, importa:

- Dotar as escolas de equipamentos informáticos, recursos multimédia, aplicações educativas e acessos rápidos à internet e desenvolver nas crianças competências na exploração das Tecnologias de Informação;
- Desenvolver actividades extra-curriculares, nomeadamente tirando partido do alargamento do horário de funcionamento dos JI e escolas do 1º ciclo, promovendo a educação não-formal e as actividades lúdico-desportivas.

No que se refere ao 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, importa adoptar medidas de combate ao insucesso, abandono e saída antecipada. Neste particular, assume grande relevância promover uma oferta educativa mais ajustada ao perfil, motivação e interesses dos jovens do concelho de Montalegre, o que passa pelo desenvolvimento de ofertas formativas de cariz tecnológico e profissional.

A necessidade da diversificação das ofertas educativas é particularmente aguda num quadro de alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade que constitui um desafio difícil num concelho em que as taxas de saída antecipada e de abandono precoce são elevadas. Para a montagem e desenvolvimento de ofertas educativas tecnológicas e profissionais importa mobilizar diversos actores como associações profissionais e empresariais, escolas e centros de formação profissional implantados em concelhos vizinhos e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, tirando partido de capacidades e *know-how* existentes e promovendo parcerias publico-privadas e complementaridades. Neste particular, merece referência a Escola Profissional das Minas da Borralha que dispõe de instalações bem dotadas de equipamentos didácticos, tecnológicos e desportivos e de experiência na oferta de cursos tecnológicos e que se afigura também vocacionada para desenvolver uma oferta de cariz profissional. Esta é uma possibilidade que importaria potenciar, até porque a EB2,3/S do Baixo Barroso não está bem dotada de laboratórios e equipamentos tecnológicos, as suas instalações não são passíveis de ampliação e não tem experiência ou *know-how* neste tipo de ofertas.

Na mesma linha, seria interessante desenvolver mecanismos de cooperação com municípios vizinhos no sentido de montar uma oferta educativa e formativa abrangente, de carácter supra-municipal.

Ainda com os mesmos objectivos e visando também a elevação dos níveis de qualificação da população residente no concelho de Montalegre, importaria promover currículos alternativos (nomeadamente para os 2º e 3º ciclos) e o ensino de segunda oportunidade (ensino recorrente), com curricula e regime de funcionamento, nomeadamente em horários, ajustados às necessidades e motivações dos residentes no concelho. Também neste particular as ofertas de cariz tecnológico ou profissional seriam uma mais valia significativa para atrair à escola aqueles que, por razões diversas, a abandonaram precocemente.

III.6 - Programa de Intervenções

Através de fichas sintéticas, apresentam-se de seguida as acções que operacionalizam o planeamento desenvolvido no capítulo anterior.

ACÇÃO 1: Reordenamento da rede de Pré-escolar e de 1º ciclo no Território Educativo de Montalegre

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Construção de uma nova Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância (tipologia 11+6 turmas), concentrando a oferta de Pré-escolar e 1º ciclo em Montalegre, com desactivação de todos os JI e EB1 actualmente existentes neste Território, com excepção de um JI na freguesia de Viade de Baixo.

PRIORIDADE: Elevada.

CALENDÁRIO: Conclusão até Setembro de 2007.

ESTIMATIVA DE CUSTOS: 1.350.000 €.

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Montalegre (com co-financiamento através de Programas Comunitários).

ACÇÃO 2: Reordenamento da rede de Pré-escolar e de 1º Ciclo no Território Educativo de Baixo Barroso

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Construção de uma nova Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância (tipologia 7+6 turmas), concentrando a oferta de Pré-escolar e 1º ciclo na freguesia de Salto com desactivação de todos os JI e EB1 actualmente existentes neste Território Educativo.

PRIORIDADE: Elevada.

CALENDÁRIO: Conclusão até Setembro de 2007.

ESTIMATIVA DE CUSTOS: 1.225.000 €.

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Montalegre (com co-financiamento através de Programas Comunitários).

Nota: a estas estimativas de custos acrescentam os encargos correntes com a Acção Social Escolar e transporte de todas as crianças deslocadas.

Acção 3: Integração do 2º ciclo e beneficiação das instalações da ES/3 Dr. Bento da Cruz.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Construção de novo pavilhão (com 7 salas de aulas, 1 laboratório, 1 auditório, 1 biblioteca e 1 arrecadação) para acolher o 2º ciclo (com desactivação da actual EB2 de Montalegre) e beneficiação das instalações da ES/3 Dr. Bento da Cruz.

PRIORIDADE: Muito elevada.

CALENDÁRIO: Conclusão até Janeiro de 2007.

ESTIMATIVA DE CUSTOS: já definidos (construção em curso)

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Ministério da Educação.

Acção 4: Medidas de suporte à elevação da oferta educativa.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Reforço do transporte escolar e da Acção Social Escolar, nomeadamente no que respeita a serviço de refeições às crianças deslocadas.
- Dotação das escolas com equipamentos informáticos, recursos multimédia, aplicações informáticas e acessos rápidos à internet.
- Desenvolvimento de programas de actividades extra-curriculares e de animação desportiva de iniciativa autárquia.

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Montalegre, com o apoio do Ministério da Educação.

Acção 5: Diversificação das ofertas educativas.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Reforço do ensino tecnológico e profissional, quer nas escolas públicas (nomeadamente, na ES/3 Dr. Bento Cruz), quer através de parcerias publico-privadas (como na E.P. Minas da Borralha).

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Ministério da Educação, em articulação com o IEEP e apoio da CMM.

Acção 6: Promoção do ensino de segunda oportunidade.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Implementação de currículos alternativos e reforço do ensino recorrente.

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Ministério da Educação.

III.7 – Considerações Finais

Como é sabido, o processo de planeamento não se esgota no acto de elaboração do plano, o qual deve ser alvo de revisão permanente face ao acompanhamento e monitorização do sistema alvo desse plano.

As Cartas Educativas constituem-se como instrumentos sectoriais de planeamento que organizam o conhecimento sobre um domínio específico – os serviços de educação e ensino – e visam adequar a rede educativa às perspectivas de desenvolvimento dos concelhos, de acordo com cenários de evolução demográfica e socio-económica estabelecidos e com as necessidades e aspirações das populações.

A presente Carta Educativa, enquanto instrumento de planeamento da rede educativa do Município de Montalegre, reflecte o conhecimento actual sobre esta rede e perspectiva a sua evolução com base na informação hoje disponível. Para se tornar num instrumento vivo e permanentemente actual, carece de aprofundamento sucessivo e de revisão e actualização dinâmicas face a evoluções demográficas, socio-económicas e da procura de ensino que importa monitorizar, bem como de alterações do quadro legislativo e orientador que enquadram o sistema educativo.

Deste modo, recomenda-se que a Câmara Municipal de Montalegre promova a monitorização do sistema e revisão da Carta Educativa, introduzindo dinamicamente as necessárias alterações ao plano agora estabelecido.

Em particular, julga-se recomendável monitorizar:

- As dinâmicas urbanas, sociológicas e demográficas, particularmente naqueles aspectos que possam constituir inflexões de trajectória relativamente às tendências previstas.
- As ocorrências de nascimentos (nados-vivos por área geográfica), com previsão da procura que lhes estará associada.
- Planos e projectos urbanísticos (Planos de Urbanização, Planos de Pormenor, projectos de loteamento, licenças de construção), com previsão dos acréscimos populacionais que lhes estão associados e correspondentes acréscimos da procura de ensino e/ou alterações da expressão espacial dessa procura.

- A evolução da população escolar, nomeadamente no que respeita à frequência dos estabelecimentos de ensino e respectivas inflexões de trajectória cujas determinantes importa tentar perceber.
- A evolução do desempenho do sistema educativo, quer na vertente endógena de desempenho escolar (abandono, retenção, etc.), quer na vertente de relações com a envolvente, nomeadamente no que respeita à adequação da oferta educativa às necessidades e anseios das populações.
- A evolução do estado de conservação das instalações e da adequação dos equipamentos e recursos complementares às necessidades pedagógicas e das aprendizagens vigentes em cada instante.
- Indicadores de eficiência em relação aos serviços prestados, designadamente no que respeita à sobre ou subutilização das infra-estruturas escolares;
- Indicadores de eficácia associados aos resultados do processo educativo e tendo em conta os fenómenos de retenção e abandono, inserção ou exclusão social e integração profissional da formação obtida.

A análise da informação acima referida permite construir um “Tableau de Bord” que será de grande utilidade para a monitorização da rede educativa do Município de Montalegre, evitando assim deseconomias e desajustamentos entre a procura e a oferta.

No que respeita ao quadro legislativo e orientador, não é por demais sublinhar as profundas alterações que se perspectivam com o previsível alargamento da escolaridade até aos 18 anos, como atrás discutido. É da maior importância que se procure acompanhar as evoluções deste processo e as orientações do Ministério da Educação decorrentes das intervenções expressas no Programa do Governo.

Por fim, refira-se a importância da participação da população nas soluções a erguer através das entidades apropriadas (associações de pais, juntas de freguesia, grupos ou associações locais, etc.) a fim de que se compreenda o significado das transformações pretendidas e se colham ensinamentos e apoios para a sua implementação. Também nesta vertente importa desenvolver mecanismos de consulta e monitorização.

São todos os factores acima referidos que tornam esta Carta Educativa num documento aberto e permanentemente inacabado conduzindo, conseqüentemente, à necessidade de periodicamente ser revista e actualizada à luz da informação actualizada sobre a conjuntura do momento em questão e perspectivas da sua evolução.

ANEXOS